

PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

# CADERNOS

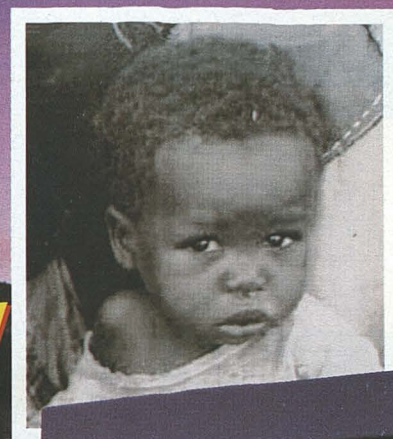
## DO TERCEIRO MUNDO

181

**CEM ANOS SEM JUSTIÇA SOCIAL**

# AVANÇOS TECNOLÓGICOS, RETROCESSOS SOCIAIS

*Ao longo do século XX não se eliminaram a fome, o racismo, o ultranacionalismo nem o fanatismo religioso*



**PRIMEIRO ENCONTRO  
MUNDIAL DE  
SOLIDARIEDADE COM CUBA**

**O NOVO  
PERFIL POLÍTICO  
DO BRASIL**

# A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL - ARGENTINA: \$48,00 - PARAGUAI: G72,00 - URUGUAI: N\$ 76.800 - BRASIL: R\$44,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL  
EM SUA MOEDA NACIONAL.

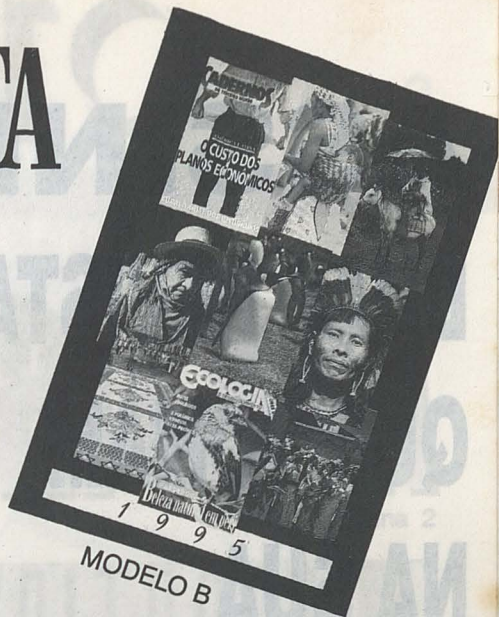
**Correspondência para:**

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

# ANOTE ESTA AGENDA PARA 1995



MODELO A



MODELO B

Lançamos nossa Agenda/95, onde você encontra, além das tradicionais informações e espaços para anotações de trabalho e compromissos, muitos dados sobre ecologia e datas nacionais e internacionais. Tudo isso em 464 páginas.

Impressa em papel de qualidade, tem acabamento sofisticado e reforçado, apresentando duas opções de capa, em cores e plastificada.

É uma ótima opção de presente. Oferecemos descontos na compra de mais de um exemplar por pedido. Adquira para você e seus amigos. A tiragem é limitada. Peça ainda hoje!



## PEDIDO DA AGENDA/95

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 05/02/95

Quantidade por pedido	Percentual de desconto	Preço por exemplar
1	-	R\$ 15,00
2	5%	R\$ 14,25
3	10%	R\$ 13,50
4	20%	R\$ 12,00

## MEU PEDIDO É DE:

Quantidade	Modelo	Uso da Editora <input type="checkbox"/>
	A	
	B	

## DADOS DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_

Estou efetuando o pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.  
 Reembolso postal  
 Por telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)  
 Vale postal Ag. Lapa  
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de

crédito: \_\_\_\_\_, que tem validade até \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
nome do cartão

Nome do titular do cartão \_\_\_\_\_

Nº do cartão \_\_\_\_\_

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Comprador

Enviar para **Editora Terceiro Mundo Ltda.**  
 Depto. de Assinaturas  
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Peça também pelo telefone:  
 (021) 221-7511 ou FAX (021) 252-8455

# ASSINE DUAS REVISTAS QUE SOMAM NA SUA INFORMAÇÃO



## PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	<b>A</b> R\$ 41,00	<b>B</b> 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	<b>C</b> R\$ 82,00	<b>D</b> 3 X R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias

## CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

cadernos     Ecologia

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

**Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas**  
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ  
 PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511  
 OU PELO FAX (021) 252-8455

## MEU PEDIDO DE:

Assinatura "cadernos"     Assinatura "Ecologia"

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Minha opção de pagamento é:    ( A )    ( B )    ( C )    ( D )

A opção do meu amigo é:    ( A )    ( B )    ( C )    ( D )

Estou efetuando meu pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso Postal

Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: \_\_\_\_\_, que tem validade até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

\_\_\_\_\_

Nº do Cartão

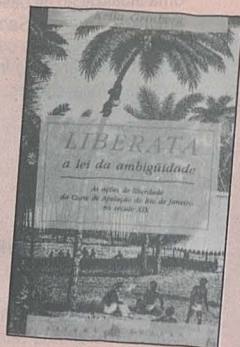
\_\_\_\_\_

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comprador

# POSTAL NORTE SUL



## OS HERDEIROS DO PODER

Francisco A. Doria e outros  
Rastreamo a história de algumas famílias no Brasil, o autor mostra o modo "de pai para filho" que caracteriza a transmissão de poder da elite dirigente em nosso país, com uma análise sociológica apoiada numa rica exposição de árvores genealógicas.  
R\$ 18,60 209 pp  
cod. 405

## BECO DAS GARRAFAS - UMA LEMBRANÇA

Marcello Cerqueira  
Com narração leve, o romance desfilia personagens que habitaram um certo quarteirão da Copacabana dos anos 60, onde nasceu a bossanova e onde marginais, boêmios, trabalhadores, empresários e prostitutas conviviam pacificamente.  
198 pp. cód. 357 R\$ 14,00

## CONDOMÍNIO DO DIABO

Alba Zaluar  
O livro reúne ensaios publicados sobre dois aspectos destacados pela antropóloga em suas pesquisas: o efeito devastador do crime organizado sobre os jovens da periferia urbana e a incapacidade do Estado de atingir os processos de conversão destes jovens à carreira criminosa. O livro tenta desmontar a máquina destes "círculos infernais", para ir em busca de uma sociedade de paz, justiça e liberdade.  
278 pp. cód. E-351  
R\$ 24,50

## INTEGRAÇÃO, REGIÃO E REGIONALISMO

Lena Lavinas, Liana da Frota Carleial e M. Regina Nabuco  
Dezesseis ensaios abordam temas como diferenciações regionais dos mercados de trabalho no Brasil, Mercosul, territorialização em economia global, meio ambiente e relações econômicas internacionais  
R\$ 24,00 316 pp  
cod. 418

## A SAGRAÇÃO DA LIBERDADE - HERÓIS E MÁRTIRES DA AMÉRICA LATINA

Vários autores  
Trabalhos apresentados em seminário que juntou historiadores e ensaístas latino-americanos no Rio, em comemoração dos 200 anos de Tiradentes. Simón

Bolívar, José Martí e outros são tratados de forma criativa e original. 182 pp  
cód. 353 R\$ 13,00

## O NOVO ORIENTE MÉDIO

Shimon Peres  
Os bastidores do histórico Tratado de Paz entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina e as propostas do dirigente israelense Shimon Peres para um Oriente Médio com paz e prosperidade  
R\$ 19,00 264 pp  
cod. 413

## COLAPSO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Organizado por Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral  
Um convite à reflexão sobre os impasses e limites deste setor da vida nacional, através de textos de Benício Viero Schmidt, Brasilmar Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo Conde Aguiar. 152 pp  
R\$ 10,00  
E 341

## LIBERATA

A lei da ambigüidade  
Keila Grinberg  
Através da escrava Liberata, um personagem real, a autora mostra parte da história do direito brasileiro. Também são enfocadas as relações entre o público e o privado no Brasil do século XIX  
R\$ 11,00 122 pp  
cod. 412

## A FOME COM A VONTADE DE COMER

Monique Deheinzelin  
Uma tentativa de abrir para os adultos a possibilidade de mergulhar no universo sincrético e poético das crianças. Uma proposta curricular de educação infantil  
R\$ 17,50  
215 pp  
cod. 410

## PENSAR PELO AVESSE

Benjamin Coriat  
O economista francês analisa no livro o modelo de administração e gerenciamento adotado nas empresas do Japão, levando em conta a própria mentalidade japonesa, determinante para as relações de trabalho existentes no país. Coriat mostra quais os aspectos da experiência japonesa que poderiam ser transferidos ou não para o Brasil, no qual esteve diversas vezes.  
209pp  
400  
R\$ 14,80

## CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour  
O livro fala sobre as descobertas, invenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobreviveu graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.  
406 pp  
E 349  
R\$ 10,00

## PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA

Elaboração, acompanhamento e avaliação

Angelo Dalmás  
O encontro de pessoas, por meio do diálogo e do debate, provoca crescimento pessoal e comunitário, tornando possível uma educação mais humana e participativa. O planejamento a serviço de uma proposta libertadora  
R\$ 11,50 142 pp cod. 414

## JOHN DEWEY

Uma filosofia para educadores em sala de aula

Marcus Vinicius da Cunha  
A face de um educador que se formou na sala de aula e destinou seu trabalho a uma reflexão filosófica e uma aplicação prática. Suas propostas continuam válidas nos dias de hoje  
R\$ 8,80  
pp 89  
cod. 415

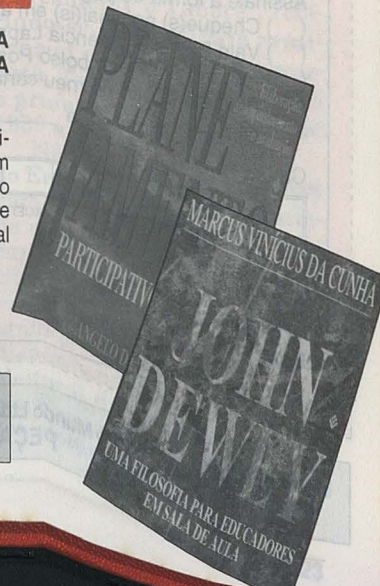
## POLÍTICA BRASILEIRA DE 1945 A 1990 - UMA VISÃO NACIONALISTA

Oswaldo Lima Filho

Uma visão aprofundada dos principais temas que estiveram em discussão nas últimas décadas no Brasil, sempre com a perspectiva de identificar, analisar e defender o real interesse nacional

324 pp  
E-340 R\$ 18,70

**ATENÇÃO:** Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.





# SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

# LITERATURA AFRICANA

Página 2

## INFÂNCIA

O "paraíso" do  
sexo infantil

Página 8

## MULHER

O preço da  
 vaidade

Página 11

## ESCRITORES MOÇAMBICANOS



# A CRIAÇÃO LITERÁRIA AFRICANA



*Produção dos escritores e poetas dos países de língua portuguesa na África mostra a dor, a perplexidade e os anseios das populações*

## Isabel Cristina Mauad

**V**ocê já estudou literatura africana de língua portuguesa no colégio? A resposta é obviamente negativa. Esta obviedade horroriza a professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carmen Lúcia Tindó Secco – a única concorrente, em maio de 1993, ao concurso da UFRJ que exigia doutorado em Letras para quem fosse ocupar a nova cadeira.

“É um absurdo não estudarmos literaturas africanas e, principalmente, de língua portuguesa”, diz ela. “Somos um país mestiço. Mas mesmo nas universidades este ensino é tênue. A maior parte delas não trabalha com África, e muito menos com disciplina específica sobre literaturas africanas de língua portuguesa.”

A professora passou no concurso, foi levantar na biblioteca da Faculdade o que existia a respeito e encontrou 119 volumes. Em março de 1994, começou cursos de poesia e prosa e pensou num seminário. O primeiro objetivo? “Fazer muito barulho e dizer: eu existo.”

Os versos do poema que abriram a programação do I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na Faculdade de Letras da UFRJ, em novembro passado, eram estimulantes:

“O ritmo do tantã eu não tenho no sangue, nem na pele; tenho, sobretudo, no que pensa”, do poeta angolano Antonio Jacinto, que, junto com Agostinho Neto, lutou pela independência do país.

Foram mesas-redondas, declamações de poesias, comunicações (breves relatos a respeito do tema), apresentações de músicas, danças, teatro e exposição de pinturas do angolano Filipe Salvador. O seminário saltou das literaturas para as artes e os temas diversificaram-se.

Foi, assim, gerado um outro seminário, em junho de 1995, ano em que serão comemorados 20 anos da independência dos países africanos de língua portuguesa. E desta vez unindo forças: além da Faculdade de Letras da UFRJ, participarão do evento o Centro Afro-Asiático da Faculdade Cândido Mendes, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Faculdade de História da UFRJ. Esta união

pode possibilitar a vinda ao Brasil de intelectuais da África de língua portuguesa, que não vieram no primeiro por falta de verbas.

**Incentivar o intercâmbio** – Um dos resultados positivos do I Seminário – que enfocou as literaturas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – foi o de ter criado comissões para cobrar de embaixadas, consulados e instituições culturais o envio de mapas, revistas, livros e jornais destes países. “Praticamente não temos nada sobre autores mais recentes”, reclama Carmen Lúcia.

Fazem coro as vozes do pintor angolano Filipe Salvador, que mora no Brasil há cinco anos, e do estudante cabo-verdiano Nuno Álvaro Leão Melício, que cursa Ciências Sociais na UFRJ e está criando a Associação dos Estudantes de Cabo Verde, com 150 cabo-verdianos e o apoio da Secretaria Estadual de Promoção e Defesa das Populações e da Cultura Afro-Brasileiras. Segundo eles, quase nada se tem sobre a África no Brasil, ao contrário de alguns países europeus, como Itália e França.



“A literatura africana está muito escondida, e inclusive nós não temos acesso a estas informações no âmbito escolar. Nem nos nossos países estudamos literatura africana”, lamenta Nuno Melício. Salvador, pela sua vez, atribui o fato aos reflexos da presença opressiva colonial ao longo de sucessivas gerações.

**A produção de Angola** – Entre os autores mais citados durante o evento, estão Pepetela, Luandino Vieira e Henrique Abranches, mostrando que a literatura de Angola tem tido maior penetração entre intelectuais brasileiros. Também a poesia declamada pela estudante Fabiana de Lima Peixoto foi a do angolano António Jacinto, que morreu no início dos anos 90. “O ritmo do tantã marcou momentos de emoção” (ver quadro).

A emoção poética teria mesmo de ocupar lugar. Pois, como salienta o pintor Filipe Salvador, a poesia na África é muito forte, “até como uma questão de luta e necessidade de se defender”. Aliás, uma poesia que, hoje, pela ótica de Carmen Lúcia, está saindo do “nós” e voltando-se mais para o indivíduo, para a necessidade de também cantar o amor individual, que por muitos anos ficou abafado pelas palavras de ordem.

O poema *O ritmo do tantã* também foi objeto de análise da aluna de Letras e professora municipal Maria de Lourdes de Athayde Costa, que lhe abordou a musicalidade dando ênfase ao final que, até mesmo pela distribuição da palavra África, assinala um batuque. Outro poema esmiuçado por Maria de Lourdes foi *Aqui no cárcere*, de Agostinho Neto, indicando a metáfora usada em relação à chuva: a água como sinônimo de vida.

**Falta informação** – Entre as diversas mesas-redondas, uma conclusão ficou evidenciada: a tendência atual de valorização das línguas nacionais, que cada vez mais se intensifica. Ou seja, estas literaturas têm passado pela questão plurilingüística. Desde quando? De acordo com Carmen Lúcia, “desde o momento em que se fundou a literatura de consciência nacional”. Para ela, com maior extensão a partir dos anos 50.

Já Filipe Salvador acredita que as raízes deste movimento são de 1935, “só que ficaram reprimidas por imposição colonial”.

Interessante também foi a discussão sobre as relações entre a literatura brasileira/americana e a africana, da qual participou o presidente da Fundação Cultural Palmares, Joel Rufino dos Santos, professor do Mestrado da Faculdade de Comunicação da UFRJ. Para Joel Rufino, porém, estas relações não existem se não há divulgação. “Os escritores africanos, por não serem divulgados, não influíram nos autores negros brasileiros. Seria importante um fluxo de comunicação. Hoje, é mais comum os escritores negros brasileiros conhecerem a literatura dos negros americanos do que a dos africanos. Isto porque ela fala de uma realidade mais próxima do brasileiro.”

Óticas diferentes, porém, são as de Carmen Lúcia e Filipe Salvador. Entre o estilo mais usado nas literaturas africanas de língua portuguesa, Filipe Salvador aponta o surrealismo, diferenciando: “O africano, não o europeu.” Ao que Carmen Lúcia complementa: “Dentro de uma visão africana que se identifica com o fantástico latino-americano.” E exemplifica:

“Um conto de Bernardo Honwana, por exemplo, lembra outro de Júlio Cortázar, em que o fantástico é uma alegoria. No conto de Honwana, *Inventário de imóveis e jacentes*, 17 anos de luta em Moçambique mostram um povo amortilhado pela guerra, sonâmbulo. O fechamento da narrativa em ambos os contos reflete o fechamento da realidade social”, interpreta Carmen Lúcia.

**Identidades diferentes** – A análise de Rufino, porém, vem complementada por

**Martinho da Villa, Denise de Oliveira, Carmen Lucia Secco e Nuno Melício**

um outro viés: o da necessidade de, ao se focar o negro africano e o negro brasileiro, observar que se tratam de identidades diversas, embora o brasileiro descenda do africano. Identidade, aliás, foi outro tema do seminário.

“Nós, do ‘Movimento Negro’, não gostamos de descender do negro-brasileiro, que foi escravo. Ninguém quer descender de escravo: gostamos de descender do negro africano”, salienta Joel Rufino, que dimensionou bem o chamado “Movimento Negro” no livro *Atrás do muro da noite (Dinâmica das Culturas Afro-Brasileiras)* que produziu com Wilson do Nascimento Barbosa. No entretítulo “O Problema da Identidade Negra”, escrevem eles:

“O chamado ‘Movimento Negro’, movimento social de negros, sempre existiu. Por que só agora consegue lugar próprio na mídia, na reflexão de vários sistemas dominadores? Isto resulta da destruição do MN como potencialidade revolucionária, subversiva, condição que ele ostentou no passado. Agora é retomado a partir dos pontos de vista dos ‘brancos’, e se torna passível de manipulação pelos partidos políticos, pela cultura ocidental.”

**A importância de Palmares** – Joel Rufino, que participou ao lado do cantor e compositor Martinho da Villa nas discussões sobre “África: Literatura, História e Música”, fez questão de ressaltar a realização do I Seminário dentro da programação do tricentenário de Palmares:

“Palmares representa a radicalização da dialética de ser negro, ou



## O ritmo do tantã

O ritmo do tantã não tenho no sangue  
nem na pele  
nem na pele  
tenho o ritmo do tantã no coração  
no coração  
o ritmo do tantã não tenho no sangue  
nem na pele  
nem na pele  
tenho o ritmo do tantã sobretudo  
mais no que pensa  
mais no que pensa  
Penso África, sinto África, digo África  
Odeio em África

Amo em África  
Estou em África  
E também sou África  
Tenho o ritmo do tantã sobretudo  
no que pensa  
no que pensa  
penso África, sinto África, digo África  
e emudeço  
dentro de ti, para ti África  
dentro de ti, para ti África  
África  
África  
África



seja, a dialética da aceitação-rejeição. Ao mesmo tempo, o negro quer ser aceito e rejeitado. Este dilema está presente em toda a história e na literatura negra. A poesia de Cruz e Souza, por exemplo, ilustra este fenômeno. Ele procurou desesperadamente ser aceito pelo mundo dos brancos — foi dos maiores simbolistas, em estilo ocidental, branco — mas ao mesmo tempo cantou a negritude, sendo porta-voz da religiosidade negra. Cantou dialeticamente a brancura e a negritude. Segundo Roger Bastide, seu tema é branco e o ritmo, africano. Outros exemplos são Lima Barreto, Pelé etc. Já em Palmares, a dialética se radicalizou e foi levada às últimas consequências.”

Joel Rufino também sugeriu, durante o seminário, um curso de introdução aos países africanos. Já Martinho da Villa falou sobre sua experiência em Angola, dizendo que o negro brasileiro lá se sente em casa. Outro debatedor foi o professor José Maria Nunes Pereira, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes, que abordou a questão universitária em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Diante de tantas diferentes visões e angulações, o estudante cabo-verdiano Nuno Melício — que, juntamente

com outros colegas, falou e cantou cinco tipos de músicas de seu país, também mostrando a dança — lamentou após o seminário: “As potências internacionais vão à África pelo comércio, priorizam o lado econômico, e a parte cultural-literária fica sempre de lado, esquecida.”

**Denúncia da fome** — Numa análise sobre a literatura de Cabo Verde, Nuno Melício acentua, entre outros, o tema da denúncia da fome e da mortalidade. Num dos veios da literatura de seu país, ele cita o antigo movimento “claridoso”, denominação proveniente da revista *Claridade*, dos anos 30, na qual escreviam os poetas Baltazar Lopes, Aurélio Gonçalves, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, expondo “o espírito cabo-verdeano entre ficar ou partir à procura de melhoria”. Já a última geração concentra a idéia de ficar para resistir, e dela, entre outros, fazem parte Tomé Varela e Moacir Rodrigues, ambos dentro da atual tendência de utilizar línguas nacionais em seus escritos: no caso deles, o crioulo.

**Nomes de primeira linha** — Entre a produção literária contemporânea dos países africanos de língua portuguesa, Carmen Lúcia aponta alguns

nomes para quem se interessar em aprofundar conhecimento: de Angola, na ficção, Pepetela, Luandino Vieira, José Eduardo Agualusa, Sousa Jamba, Manuel Rui, Uanbenga Xitu, Boaventura Cardoso, Henrique Abranches e Arnaldo Santos. Na poesia, Manuel Rui, Ruy Duarte de Carvalho, Paula Tavares, Gabriela Antunes. Já em Moçambique, na ficção, Mia Couto, Ba Ka Khosa, Suleiman Cassano, Lília Momplê e Marcelo Panguana.

“No caso da ficção moçambicana, há muito a catarse dos anos de guerra e a produção de contos é maior do que a de romances”, destaca Carmen Lúcia, indicando, na poesia, Armando Artur, Eduardo White e Luís Carlos Patraquim.

**Sondagem à Boca das Urnas**, poema de Patraquim, faz um apelo à memória moçambicana para romper com o sonambulismo que anestesia o país dilacerado por 17 anos de guerra. Já em Cabo Verde, a coordenadora do seminário indica Orlanda Amarílis na ficção, e, na poesia, Vera Duarte, Kaoberdiano Dambará e Alberto Lopes. Na Guiné-Bissau, Vasco Cabral e Helder Proença na poesia; na ficção, Domingas Samy, escritora que publicou o primeiro livro de contos após a independência: *A Escola*. Já em São Tomé e Príncipe, Carlos e Alda Espírito Santo. ■

# O esperanto e a comunicação internacional

*Um idioma fácil de ser aprendido e que respeita as diferenças nacionais pode ser o caminho para o entendimento universal*

**Pekim Vaz**

**A** utilização de um idioma internacional é necessário nos eventos em que pessoas de países ou etnias diferentes precisam comunicar-se. Comumente a língua adotada é aquela de um país política e economicamente dominante ou influente. Portanto, há discriminação na adoção de um idioma mais global. Ele não é escolhido por seus méritos, mas porque representa interesses de uma potência econômica e política.

Há uma alternativa para esta questão: o esperanto, língua planejada e não-nacional, que em seus congressos realizados anualmente na Europa, China, Coreia, Austrália e Brasil já se provou eficaz.

O objetivo do esperanto é ser o segundo idioma de cada habitante da Terra, e jamais substituir as línguas nacionais, mas sim apoiar a sua preservação e a evolução histórica e natural. Seu propósito é a comunicação internacional entre pessoas cujas línguas pátrias sejam diferentes. Adotando-se o esperanto, far-se-á uso de um idioma politicamente neutro e não da linguagem de um país economicamente poderoso.

O vocabulário do esperanto deriva de palavras do latim, das línguas neolatinas, germânicas, eslavas e grega. A sua gramática, incluindo-se a fonemática, é regular e mais racional que as dos idiomas nacionais. Disso resulta redução do tempo para sua aprendizagem.

Há dicionários e livros de esperanto em muitas línguas europeias e em algumas asiáticas, aprendido e prati-

cado em clubes culturais em quase todos os países. Na maioria das capitais e em várias cidades do Sul e Sudeste do Brasil, organizações promovem cursos desse idioma. Em escala mundial, a atividade esperantista é administrada pela Associação Universal com sede em Rotterdam, na Holanda.

Os esperantistas trocam cartas, revistas, discos e dispõem de um serviço de intercâmbio de hospedagens gratuitas entre estrangeiros. Assim, promovem o conhecimento da cultura, dos costumes e da vida política e econômica dos diversos países, favorece a amizade internacional e estimula o turismo.

Esperantistas médicos, filósofos, jornalistas, músicos, matemáticos, cientistas e de outras profissões mantêm associações próprias.



*Esta língua promove a busca da paz incentivando o intercâmbio entre os seres humanos*

O congresso universal dos esperantistas deste ano foi em Seul, na Coreia, e o de 1995 ocorrerá em Tampre, na Finlândia. Nesses eventos, alguns milhares de pessoas de mais de 60 países assistem ou participam de concertos, apresentações teatrais, de dança ou de artes marciais, de cursos e palestras sobre diversos temas.

Programas radiofônicos em esperanto são transmitidos com regularidade do Vaticano, da Polônia, da Finlândia, da Hungria, do Brasil, da França, da China. Há também cantores e grupos musicais que se apresentam em eventos esperantistas e editam cassetes e discos no idioma internacional.

O esperanto já dispõe de uma vasta literatura originalmente escrita nesse idioma e também de traduções. São poetas da África do Sul, Albânia, Brasil, Bulgária, Escócia, Israel, Polónia e da Rússia; romancistas da Croácia, França, Hungria, Holanda e Suíça; contistas e romancistas da Alemanha, Áustria, Japão, Rússia e do Togo.

Fábulas e dramas foram publicados originalmente em esperanto por escritores da Bulgária, Croácia, Inglaterra, Hungria e Japão.

As traduções para o esperanto abrangem desde obras religiosas – a Bíblia, o Corão, livros da Fé Bahá'í e de Allan Kardek, da Oomoto, do Budismo e de outras crenças – a livros de escritores, filósofos e políticos: Tolstói, Brecht, Thomas Mann, Miguel de Cervantes, Gabriel Garcia Marques, Charles, Sartre, Castro Alves, Saint-Exupéry, Gibran, Shakespeare, Ibsen, Aristóteles, Marx, Nietzsche, Descartes, Fidel Castro, Mao Tsé Tung.

Uma das mais nobres contribuições do esperanto, e talvez exclusiva deste, é divulgar mundialmente escritores cujos trabalhos eram inéditos ao público estrangeiro, e assim participar na democratização do saber universal.

O esperanto é uma solução democrática e racional na escolha do idioma internacional – por não discriminar as línguas nacionais, pois não privilegia uma em prejuízo das demais, e por exigir menos tempo para ser aprendido. Ademais, auxilia na promoção do estabelecimento da paz, ao incentivar a correspondência entre seres humanos de todos os pontos do planeta. ■

## TRABALHO PERIGOSO

Duzentas mil pessoas morrem a cada ano devido a acidentes de trabalho, segundo um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS). O órgão defende uma mobilização mundial para a redução desse total, baseada numa intensa campanha de prevenção, uso de tecnologias seguras, desenvolvimento da medicina do trabalho e maior participação nas decisões relativas às tarefas desenvolvidas.

Segundo a OMS, os casos de acidentes no local de trabalho ocorrem especialmente nos países em desenvolvimento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) registrou 100.944 acidentes desse tipo no Brasil e 2.750 mortes. A própria entidade admite que o número real talvez seja bem maior.

Entre 30 e 50% dos trabalhadores do mundo ficam expostos a elementos químicos, físicos ou biológicos perigosos ou cumprem tarefas que podem trazer danos à saúde e à capacidade laborativa.



## IDOSOS DESNUTRIDOS

Não só as crianças menores de cinco anos de idade estão sujeitas à morte por desnutrição no Brasil. Os casos de idosos mortos por falta de alimentação adequada aumentou em até 90% em áreas metropolitanas, em comparação com a década passada. Em compensação, o número de crianças de até quatro anos cuja *causa mortis* foi exclusivamente a desnutrição é duas vezes menor nas grandes cidades do que há dez anos.

Segundo Sônia Bittencourt, pesquisadora da Escola Nacional de Serviço Público e uma das organizadoras de um levantamento sobre a situação dos idosos no país, os dados são reflexo das perdas financeiras enfrentadas pelos maiores de 65 anos nos últimos anos. Atualmente, mais de 80% dos aposentados recebem até um salário mínimo da Previdência Social. Devido à idade, também estão sujeitos a perdas orgânicas, com um aproveitamento menor dos nutrientes.

## GUIA CULTURAL

A Agir S/A Editora lançou a coleção *Guias do Rio*, cujo primeiro volume é sobre os 40 maiores museus da cidade, trazendo informações sobre parte do patrimônio cultural da cidade maravilhosa. Além desses museus, 39 outros são listados com nome e endereço.

O guia apresenta, por exemplo, um museu quase desconhecido do grande público, a Casa do Pontal, no Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste do Rio. Organizado pelo francês Jacques Van de Beuque, a casa possui um vasto acervo de arte popular, com peças trazidas de várias regiões de todo o país. Os temas para os próximos guias serão praias, parques e igrejas, e serão editados ao longo deste ano.

## JORNAL NACIONALISTA



MOVIMENTO A SERVIÇO DA SOBERANIA NACIONAL

Criado a partir da mobilização de um grupo de brasileiros na defesa do monopólio estatal do petróleo ameaçado pelo processo de revisão constitucional, o jornal *Nação Brasil* completou um ano de existência em dezembro. O semanário é o veículo do

movimento Nação Brasil, que tem como objetivo fundamental a defesa da soberania nacional, seriamente ameaçada, na opinião de seus membros, pelo governo Fernando Henrique. Contatos pelos telefones (021) 240-5456 e 532-2901.

## LIVRO DERRUBA TABUS

O livro *Quem é o brasileiro?*, editado por três psicólogos, foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada por outros quatro profissionais da área ao longo dos últimos 11 anos. Apresentando um perfil do povo brasileiro, o livro derruba alguns tabus, como o interesse excessivo pelo sexo, que não é um dos principais valores, de acordo com uma escala de hierarquia utilizada na pesquisa. O sexo não seria fator dominante para o brasileiro, ficando abaixo de saúde, felicidade, amizade, honestidade, família, sabedoria, fidelidade, liberdade, paz, dignidade, amor, solidariedade, equilíbrio interior, amor à natureza, igualdade e prazer. Porém, o sexo está acima de dinheiro, patriotismo, religião, beleza e reconhecimento social.

A obra mostra ainda que o brasileiro é ainda um otimista ingênuo, que acredita muito na sorte e na fantasia, ao invés de trabalhar e estudar para atingir seus objetivos.

## LUCRO ECOLÓGICOS

Uma política governamental que priorize medidas que não prejudiquem o meio ambiente, além dos benefícios para a qualidade de vida da população, pode trazer resultados econômicos satisfatórios. Mais de 700 mil empregos poderiam ser criados até 2010 na Grã-Bretanha com a chamada "economia verde".

Segundo estudo da ONG britânica Amigos da Terra, investimentos ecologicamente corretos em agricultura, indústria e transporte poderiam proporcionar uma economia anual de cerca de US\$ 3,57 bilhões ao governo só com o não-pagamento de seguros-desemprego.

Algumas sugestões da entidade: a priorização do transporte ferroviário, o aproveitamento da energia eólica em fazendas, o fim do uso da energia nuclear e a pesquisa e adoção pelas indústrias de sistemas não-poluidores.

## NOVO USO PARA OS SATÉLITES

A partir de maio, os horários dos 707 ônibus que compõem a frota de Campinas (SP), que transportam 600 mil pessoas por dia, serão controlados por 21 satélites. O sistema, chamado Geoposicionamento por Satélite (GPS), substituirá os 140 fiscais que fazem o trabalho atualmente e custará R\$ 40 mil mensais à prefeitura de Campinas.

Cada veículo terá um microcomputador de bordo e uma antena para a emissão de sinais, que serão captados pelos satélites, indicando a localização do ônibus. Os satélites passarão os dados para uma central da prefeitura, que diariamente terá um relatório completo do funcionamento do sistema de transporte de passageiros da cidade.

O novo sistema permitirá o acompanhamento de 100% da frota, enquanto o atual permite o controle de 25% dos ônibus. A prefeitura espera acabar com os atrasos do serviço.



## EPIDEMIA IMPORTADA

Depois da dengue, cólera e meningite, o Brasil está ameaçado de sofrer com o aumento do número de casos da peste negra. A forma mais branda e corriqueira da doença é a peste bubônica, transmitida pelas pulgas de ratos e de outros animais. Segundo a bióloga Alzira de Almeida, há a possibilidade da peste chegar ao país através de navios vindos da Índia, onde existe uma epidemia.

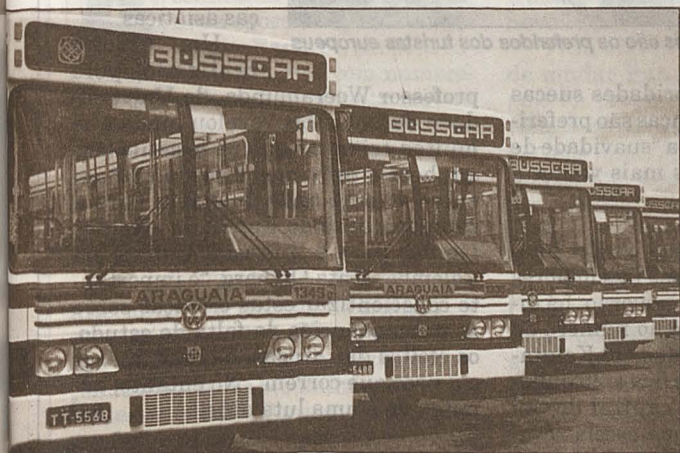
Além da necessidade de desinfetar os porões de navios vindos do país asiático, é preciso também realizar o acompanhamento médico das pessoas suspeitas de possuírem a bactéria que causa a doença. A peste bubônica pode avançar para a peste pulmonar, caracterizada por uma pneumonia grave, transmitida pelo ar.

Nos últimos dez anos, foram registrados 300 casos da doença no Brasil, com seis mortes. Como o diagnóstico é difícil, os números oficiais não refletem a realidade. Segundo a bióloga, entre 1986 e 1987, houve um surto na Paraíba, "que pode ter atingido 200 pessoas". Entretanto, apenas 52 casos foram notificados.

## CÉREBRO NACIONAL

O médico brasileiro Renato Assad, do Instituto do Coração de São Paulo, é um dos pesquisadores que desenvolve estudos que deverão permitir no início do século XXI a realização de cirurgias cardíacas em fetos humanos.

Depois de experimentos em ovelhas grávidas, Assad descobriu a solução para uma das principais dificuldades da operação: ligar o feto a um coração artificial durante a cirurgia. O fluxo sanguíneo que deixa o coração do embrião é duas vezes maior do que o de um recém-nascido, o que inviabilizava a operação devido à pressão exigida do órgão artificial. Além disso, a placenta sofria danos que causavam a morte do feto. Assad descobriu que a cirurgia pode ser bem-sucedida se o coração artificial tiver a mesma pressão sanguínea de uma operação cardíaca comum. Com o bloqueio do cordão umbilical com uma pinça, a placenta suportaria 30 minutos sem ser alterada.



# 'O paraíso do sexo infantil'

*Na luta pela sobrevivência, crianças também são obrigadas a se prostituir*

**Vijita Fernando\***

**E**m uma bela praia de Hikkadwa, ao sul de Sri Lanka, jovens como Janaka, de 14 anos, e Sarath, de 15, se dedicam a vender conchas... mas também se prostituem para poder sobreviver. Hikkadwa tem fama internacional, não pela beleza de suas praias, mas pelo comércio do sexo com crianças como Janaka. Na Suécia, esta praia asiática é conhecida como "o paraíso do sexo infantil", afirma Maureen Seneviratne, diretora da organização Proteção do Meio Ambiente e da Infância em todos os lugares (Peace, em sua sigla inglesa), que luta implacavelmente contra o abuso à infância. Sri Lanka, Tailândia e Filipinas são terras férteis para turistas escandinavos, alemães, canadenses e franceses que buscam relações sexuais com crianças, principalmente meninos.

Helena Karlen, diretora da organização sueca Radda Baren (Salvem as Crianças), levou a diretora da Peace para conhecer um centro de pesquisa que tem dados estatísticos sobre menores de três países asiáticos que se dedicam a satisfazer qualquer tipo de desvio sexual. Seneviratne fez estas revelações na Suécia, quando participava de uma conferência sobre a exploração sexual que atrai turistas ocidentais à Ásia. "Horrorizada, vi filmes pornográficos de crianças, onde elas mantinham todo tipo de relação com homens ocidentais, e não pude sequer identificar se eram lugares turísticos

do meu país como Negombo, Galle, Kalutara, Bentota, Kikkadwa", afirma Seneviratne.

O governo sueco está dando os primeiros passos para cooperar com funcionários destes países a fim de localizar e prender estes homens - chamados pedófilos. Com esse objetivo, liberou 90 mil dólares para que um funcionário designado por eles atue junto às agências encarregadas da aplicação da lei nestes três países. Uma pesqui-

adquirido sapatos, roupas e outros bens importados que não poderiam ter sido comprados por suas famílias de poucos recursos. "Não podemos dizer exatamente quantos são porque o problema não tem sido abordado com seriedade, pois muita gente faz vista grossa", afirma Seneviratne.

Por sua vez, o ministro da Reconstrução, Reabilitação e Bem-Estar Social, P. Dayaratne, declarou que "o governo do Sri Lanka está totalmente comprometido com a erradicação desta grave violação aos direitos das crianças", referindo-se à Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por este país em 1991. No final de 1994, o Parlamento discutiu promulgação de novas leis que protejam as crianças. É possível que desta forma se tenha dado o primeiro passo para evitar a dor de muitas crianças asiáticas.

Um estudo

realizado pelo professor Weeramunda, da Universidade de Colombo, revelou ainda que muitas crianças que se prostituíam em hotéis próximos à praia tinham entre 10 e 12 anos de idade. Para a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Colombo, Brita Ostberg, "é importante conscientizar estas crianças sobre as conseqüências da falta de estudo, os efeitos das drogas, o crime, a Aids e o risco que correm". No entanto, admite que é uma luta difícil. ■

sa realizada por autoridades suecas revelou que estas crianças são preferidas pelos pedófilos pela "suavidade de sua pele, respeito aos mais velhos e por não falar inglês".

**Direitos violados** - No Sri Lanka, onde o turismo é uma das maiores fontes de divisas para o governo, há divergências em relação ao número de crianças envolvidas. Mas em Kalutara, cidade costeira que fica a 25 quilômetros de Colombo, capital do Sri Lanka, o diretor de uma escola revelou que cerca de 500 crianças tinham



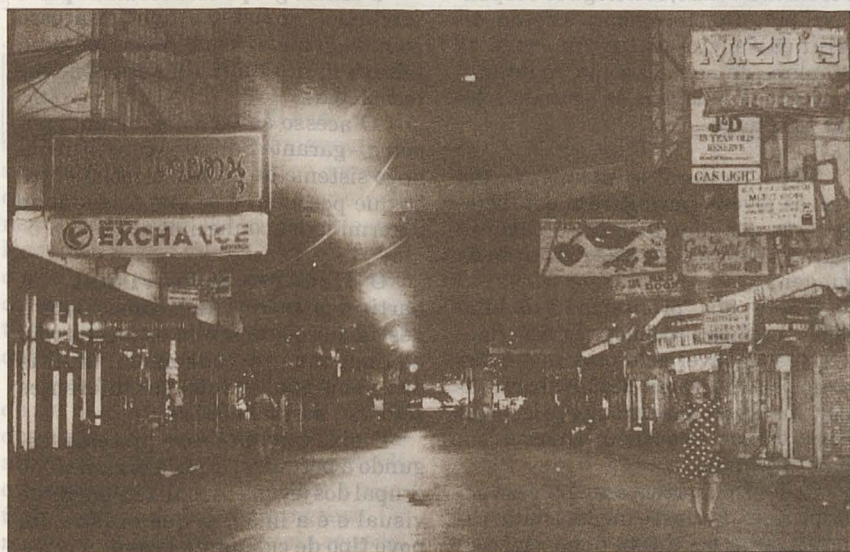
*No comércio do sexo com jovens, os meninos são os preferidos dos turistas europeus*

\*Serviço de Notícias da Mulher (SEM)

TAILÂNDIA

# Nasce uma nova Bangcoc

*Transferir a capital do país deverá ser a solução das autoridades tailandesas para melhorar as condições de vida da população*



Setores comerciais também deverão se transferir para a nova capital

## Yuli Ismartono

**A** Veneza da Ásia. Assim era conhecida em uma determinada época a capital da Tailândia, Bangcoc, por seus canais ou *klongs* cobertos com numerosas buganvílias. Atualmente restam poucos canais. A maioria foi aterrada e converteu-se em auto-estradas de quatro pistas para acomodar os cerca de dois milhões de automóveis da cidade, aos que se somam a cada dia 500 novas unidades.

A conseqüente luta diária com as intermináveis vítimas do trânsito, a contaminação atmosférica e os grandes congestionamentos estão começando a afetar os 6,5 milhões de habitantes da cidade. Por isso, os moradores de Bangcoc não parecem ser mais contrários ao plano do governo de

construir uma nova cidade, tal como sucedeu no passado. O Ministério do Interior definiu um plano para transferir a sede do governo para um novo lugar.

Para alguns analistas esse plano de mudar Bangcoc tem mais apoio, pois foi proposto por um governo de eleição civil e não mais pelos todo-poderosos militares. A idéia de mudar a capital não é nova. Antes de Bangcoc ser fundada há 211 anos, a sede do governo dos reis Tai estava nas cidades de Sikhothai e Ayuthaya, e posteriormente no outro lado do rio Chaophyraya, em Thonburi. Os militares que governaram a Tailândia após a abolição da monarquia absoluta, em 1932, também propuseram a idéia, mas os freqüentes golpes de estado impediram que o projeto fosse levado adiante.

Os planejadores assinalam que o primeiro passo é transferir os escritórios do governo, separando-os dos setores comercial e industrial, como parte de um esforço de descentralização do desenvolvimento. Em uma clara prova de falta de planejamento, as agências e departamentos do governo estão dividindo espaços com lojas, bares e em alguns casos ao lado de pequenas fábricas.

Segundo a Junta Nacional Tailandesa de Desenvolvimento Econômico e Social, cerca de 75% das fábricas do país localizam-se em Bangcoc, consumindo 58% da energia gerada.

**A polêmica do plano** - Os críticos do plano de realocização assinalam que uma cidade composta apenas por escritórios do governo teria dificuldades em atrair a população devido às limitadas oportunidades de trabalho. "Necessita-se de uma combinação de pessoas de diferentes níveis econômicos para dar vida à cidade, ou do contrário morrerá", afirmou Apichat Wongkaew, presidente da Sociedade de Planejadores Tailandeses. Os que propõem o plano de mudança asseguram que uma vez transferidos os escritórios governamentais para a nova cidade, os setores comerciais e de negócios seguiriam o mesmo caminho.

Os planejadores indicaram que a nova cidade ficaria a uma distância de 100 quilômetros de Bangcoc, englobando cinco províncias que são prósperas áreas agrícolas. "Seria um grande erro para o governo usar terrenos agrícolas para construir uma nova cidade", revelou um arquiteto que pediu para não ser identificado. Além disso, acrescentou que "a maior parte dos 530 mil quilômetros quadrados da Tailândia é composta por solos salinos e florestas degradadas".

No entanto, os críticos apontam que o principal problema de se construir uma nova cidade é a necessidade do abastecimento adicional de água, que já é escassa. E também não está claro se o governo assumirá os astronômicos custos do plano, e se o setor privado ajudará. Mas o maior temor é que a nova capital se torne uma cidade-satélite vazia, abandonada, porque a atividade comercial não se desenvolveu.

# Diz com que andas...

*Além da forma de se vestir e se comportar, o domínio de tecnologias audiovisuais – como o vídeo e a fotografia – torna-se um parâmetro para muitos jovens definirem quem pertence à sua “tribo” ou não*

**Silvia Agosto**

**A** política não parece lhes importar muito, a comunicação verbal tem, para eles, um valor relativo e secundário e a única coisa que conta na hora de identificar-se ou diferenciar-se é a imagem, o *look* relacionado às novas tecnologias audiovisuais. São os jovens da cidade de Buenos Aires, que formam suas “tribos urbanas” ao mesmo tempo em que vão construindo imagens de si mesmos fortemente influenciadas pelo vídeo e a fotografia, segundo se depreende de um trabalho do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Buenos Aires.

A pesquisa se centrou na forma como a juventude utiliza as técnicas de imagem (vídeo, fotografia, televisão, cinema) e no peso que elas têm na sua vida cotidiana.

O conceito de “jovem” utilizado na pesquisa se limitou ao período de 18 a

25 anos e abrangeu todas as camadas sociais e culturais da cidade. Segundo Veronica Devalle, socióloga co-responsável pelo projeto, embora existam diferenças sócio-culturais entre os membros da nova geração, “o intenso consumo de imagens se estende a todos os setores”.

**Três “tribos”** – As entrevistas com os jovens permitiram estabelecer três grandes grupos, de acordo com os níveis de uso e de produção de imagens.

O setor dos “profissionais da imagem” – explica a socióloga Leticia Sabsay, responsável pelo projeto – é formado por fotógrafos, publicitários, cameramen, estudantes ou pessoas ligadas ao cinema e constitui o núcleo com maior prestígio.

Os jovens pertencentes a esse setor provêm da classe média e alta, caracterizadas por dispor de capital econômico e cultural.

“Nessa área, os casos de jovens

profissionais de níveis sócio-culturais baixos são muito isolados, apesar do uso das novas tecnologias ser cada vez mais acessível e constituir uma possibilidade de ascensão social”, acrescenta Devalle.

Um segundo grupo está formado pelos “usuários”, que podem manipular diferentes tipos de tecnologias audiovisuais. Esse setor se distingue do anterior, pois, embora aptos a decodificar as mensagens, não utilizam profissionalmente essas tecnologias.

O último grupo está formado pelos “excluídos” do sistema, que têm acesso ao mundo audiovisual, mas com uma leitura muito limitada dessas novas tecnologias.

“O acesso às tecnologias audiovisuais – garante Sabsay – constitui um novo sistema de exclusão social entre os que possuem e os que carecem de determinados conhecimentos.”

**O discurso audiovisual** – “A partir das entrevistas, começamos a desvendar o que fazem os jovens com as imagens que consomem, muitas das quais são comuns aos diferentes setores”, assinala Sabsay.

O eixo comum desse processo, segundo a pesquisa, é que a organização grupal dos jovens se realiza a partir do visual e é a imagem que ordena um novo tipo de cidadania jovem. A constituição dos grupos juvenis, segundo esse enfoque, está determinada pela

idéia do *look*, isto é, dos códigos visuais.

“Os sistemas de agrupação e exclusão são analisados nesse trabalho a partir do conceito de ‘tribos urbanas’, que indicam grupos juvenis com princípios comuns de percepção, concepção e ação”, explica Devalle.

As “tribos” analisadas por Sabsay se nucleiam e se diferenciam pela forma como se vestem, a maquiagem, as cores, o penteado, isto é, por todo um “discurso audiovisual”. ■



Para muitos jovens, é basicamente a imagem que conta na hora de selecionar o seu grupo social



# O preço da vaidade

*Mulheres negras correm até risco de vida para clarear a pele na tentativa de se tornarem mais atraentes aos olhos masculinos*

## Ebunolwa Okusanya

**T**ornar-se atraente era o que desejava Joke Oladiji, uma estudante de 20 anos. Decidiu então fazer alguma coisa a respeito e, seguindo seu conceito de beleza, resolveu clarear sua pele negra. Mas agora se lamenta. Naquele momento, não lhe interessava saber o que continham os produtos branqueadores, assim como não se importava com as advertências de possíveis danos irreversíveis.

Dois anos mais tarde, se arrepende de não ter escutado os conselhos dos amigos e do médico. Ao sofrer um acidente de trânsito teve um profundo corte na coxa, que ao demorar a cicatrizar resultou em uma gangrena. Os médicos de um dos hospitais especializados em problemas dermatológicos disseram que a única solução é a amputação.

Segundo uma médica da Clínica Dermatológica Harvey, localizada em Lagos, a capital nigeriana, "a pele quando é clareada fica transparente e fina, enquanto as paredes dos vasos sanguíneos que estão sob a pele ficam frágeis". A médica - que pediu para não ser identificada - assinalou que "a maior parte dos agentes clareadores, os sabonetes e os cremes, contém mercúrio hidroxiquinona que prejudica a pele e os rins e pode provocar um câncer".

A especialista acrescentou ainda que "a presença de corticóides em alguns produtos usados para clarear a pele pode aumentar a tendência a contrair diabetes e hipertensão arterial".

**Remédios caseiros** - Segundo a esteticista Angel Iwgo, a maioria das pessoas que clareia a pele não se de-

tém nos efeitos colaterais que esses produtos provocam. A única coisa que desejam é se tornarem atraentes para o sexo oposto. "Apesar da campanha para evitar essa prática, alguns teimosos ainda insistem em fazer", declarou a esteticista.

Uma mulher de cor escura tem que investir cerca de três mil nairas - o equivalente a 142 dólares - em cosméticos para clarear ligeiramente sua pele. E essas aplicações são feitas pelo menos cinco vezes por mês. "O que essas mulheres não conseguem enxergar é que estes cremes e sabonetes as deixam enrugadas e as envelhecem em vez de embelezá-las", acrescentou Angel Iwgo.

Mas além desses produtos caros, as mulheres ainda fazem unguentos de fabricação caseira, misturando cremes para depilação, suco de limão e mel. Descobriu-se ainda que uma pasta de dente popular na Nigéria também serve a este objetivo.

Mesmo proibidos pelo governo, os cosméticos que contêm mercúrio e hidroxiquinona estão ao alcance de todos. Por isso, a Administração Nacional de Alimentos e Drogas está tentando restringir a produção e importação de sabonetes e cremes que contenham elementos branqueadores.

Segundo Gabriel Osuide, diretor



*Algumas mulheres negras estão rejeitando seu padrão de beleza*

geral desse órgão, "embora a maioria dos produtos de beleza tenham efeitos colaterais, não se comparam às substâncias branqueadoras, pois estas causam sérios danos à saúde humana".

O governo já solicitou aos fabricantes desses produtos que reduzam a quantidade de elementos prejudiciais à saúde. Caso não acatem o pedido, terão suas licenças de fabricação cassadas e ainda correm o risco de perder as licenças de manufaturas em geral.

Mas, para mulheres como Joke, as novas restrições chegaram muito tarde. ■

# O diabo está à espreita

*Pesquisa mostra que a crença na existência do demônio continua profundamente enraizada em alguns países do Leste europeu, como a Polônia*

**Nilda Navarrete**

**F**igura mítica presente em todas as culturas, com diferentes nomes e representações, o “diabo” continua tendo milhões de seguidores em todo o mundo. Nem em países do Leste europeu, décadas de regime comunista fizeram esmorecer a crença na sua existência, como mostram pesquisas realizadas na Polônia, um país fortemente católico.

O fato da maioria esmagadora dos poloneses acreditar na sua existência levou diversos estudiosos a pesquisarem a origem dessa crença. Segundo o historiador Michal Rozek, autor do livro “Demonologia folclórica polonesa”, as tribos pagãs que povoaram o país há mais de um milênio já acreditavam na existência de “criaturas malignas, que espreitavam os homens atrás de cada árvore”.

A imagem mais antiga de satanás na Polônia, que pode ser vista na porta da catedral de Gniezno, data do século XI e mostra o diabo durante uma cerimônia de exorcismo. O historiador conta que, no início, nas figuras que representavam os diabos poloneses eles eram “feios, peludos, com a pele escura, enormes cabeças e grandes dentes, muitos dedos nas mãos e pés de animal”.

Nos tempos modernos, os diabos começaram a se “parecer” com figuras odiadas pelo povo, como policiais e agentes dos serviços de repressão, e até com figuras históricas, como Adolf Hitler e o líder comunista soviético Leonid Brejnev.

**Uma crença milenar** – O diabo está tão enraizado na cultura polonesa que muitos artistas se inspiraram em sua figura, como o cineasta Jerzi Kawalerowicz, cujo filme “Mãe Joana” gira em torno de um caso de exorcismo, e o compositor Krzysztof Pend-



recki, autor da ópera “Os diabos de Loudun”.

Segundo o especialista Kazimierz Wojcicki, que dedicou toda a sua vida a colher informações sobre o folclore polonês em torno do demônio, o mais importante deles é Boruta, um camponês que chegou a ser alçado à condição de nobre devido a favores que prestou ao rei Kazimierz, o Grande.

“Reza a crença popular que Boruta foi um diabo patriota. Ele teria previsto a derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo (18 de junho de 1815) e interveio em todas as guerras representando a firmeza e a coragem de oficiais poloneses”, explicou Wojcicki.

Outro livro que aborda esse tema, “História dos costumes da velha Polônia”, de Jan Stanislaw Bystron, revela a crença de que alguns animais, como o cachorro, o lobo, o cavalo e os ratos, podem servir aos objetivos do demô-

nio. O livro também mostra que quando os poloneses começaram a odiar os alemães devido a problemas religiosos, imaginaram o diabo vestido com os trajes típicos alemães, a tal ponto que, na aldeia de Leczyca, no século XVIII, assassinaram um oficial prussiano ao confundir-lo com o demônio.

O interesse em torno do tema levou o Museu de Etnografia de Varsóvia a montar, ano passado, uma exposição de figuras do diabo na Europa (a primeira está na Lituânia). A mostra apresentou 1.300 figuras, entre esculturas e pinturas, pertencentes a Wiktoryn Grabczewski, que começou a coleção há 35 anos.

Em sua coleção não faltam Belzebu, Lúcifer e Mefistófeles, mas em geral “trata-se de diabos do folclore local, principalmente representações de Boruta, o chefe dos demônios poloneses”, explica.

## CAPA

Se compararmos alguns cenários do fim do século XIX com os problemas enfrentados pela Humanidade hoje, vemos que não houve avanços em muitos terrenos para a maior parte da população mundial

Janeiro 1995 • Nº 181 • ANO XX

### 2 CARTAS

#### POLÍTICA

4 O novo perfil do Brasil

9 Balanço negativo

#### MÍDIA

10 Violência simbólica

#### SAÚDE

12 Médico brasileiro na guerra em Ruanda

14 Minoria assistida

17 Um jeito mecânico de ser saudável

#### MULHER

20 A força do sexo frágil

#### PONTO DE VISTA

22 Novos caminhos da educação

#### AMÉRICA LATINA

23 Uruguai: Eleições enterram bipartidarismo

26 Cuba: Solidariedade sem pré-condições

32 México: Promessas pendentes

34 Cúpula de Miami: Um projeto ambicioso

#### ÁFRICA

36 Moçambique: A aposta na conciliação

#### ÁSIA

38 Sri Lanka: Hora de negociar

39 Uma invasão diferente

#### CAPA

40 Fim de século: Cem anos sem justiça social

### □ SUPLEMENTO

#### CULTURA

2 A cultura literária africana

5 O esperanto e a comunicação internacional

#### 6 PINGUE-PONGUE

8 INFÂNCIA: O 'paraíso' do sexo infantil

9 CIDADE: Nasce uma nova Bancoc

10 COMPORTAMENTO: Diz com quem andas...

11 SAÚDE: O preço da vaidade

12 RELIGIÃO: O diabo está à espreita

## SUMÁRIO

▶ *Fernando Henrique Cardoso precisará dos votos dos parlamentares conservadores para aprovar as propostas que considera fundamentais para o sucesso do programa de estabilização econômica*



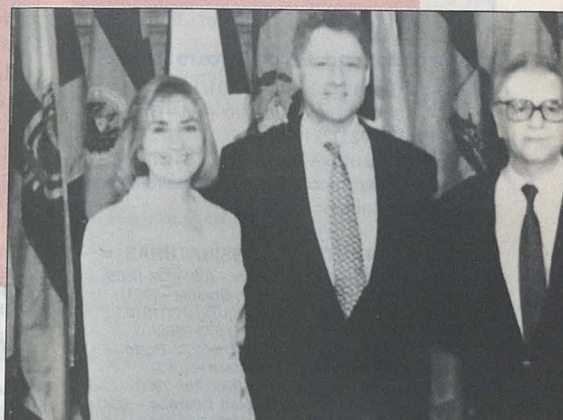
4

▶ *O voto do eleitorado do Uruguai em três opções políticas decreta o fim do bipartidarismo e exige do novo presidente uma hábil negociação para poder governar*



23

▶ *Presidentes de 34 países americanos chegam a um acordo na Cúpula das Américas para estabelecer uma zona de livre comércio do Alasca até a Patagônia a partir do ano 2015*



34

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

**DIRETOR:** Neiva Moreira  
**DIRETOR ADJUNTO:** Pablo Piacentini  
**EDITORA:** Beatriz Bissio

**SUBEDITORES:** Claudia Guimarães, Elias Fajardo.

**CONSULTORES ESPECIAIS:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

**REDAÇÃO:** Marcelo Monteiro e Patrícia Costa (Rio de Janeiro), Carlos Lopes (Brasília), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

**REVISÃO:** Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto  
**DEPTO. DE ARTE:** Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

**FOTOS:** A. C. Júnior

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:** Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

**ADMINISTRAÇÃO:** Henrique Menezes

**PUBLICIDADE:** Ari J. Silva

**CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:**

Mauro Mendes – Rua da Glória, 122 – 1º andar  
☐ (021)221-7511

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (EI Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)

**Fotos:** Agence France Press (AFP)

## SUCURSAL DE LISBOA:

**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 – Tel.:32-0650.  
Telex: 42720 CTM-TE-P

## Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106  
20241-180 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
Tel. PABX: (021)221-7511  
**Fax:** 55 21 252-8455 – **Telex:** (021) 33054 CTMB-BR  
**Correio Eletrônico – Geonet:** Terceiro-Mundo  
**Alternex:** Caderno

## REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☐

**Maringá** – (0442) 224182, **Recife** – (081) 224-9609  
**224-0936, BH** – (031) 271-3757, **Brasília** – (061)  
226-6644 e 225-0683, **Aracaju** – (079) 211-1912,  
**Rio** – (021) 221-7511, **SP** – (011) 573-8562/  
571-9871/826-5442/816-3042/816-0272, **Porto Alegre** – (051) 228-8636, **Fortaleza** – (085)  
252-4858, **Curitiba** – (041) 264-9969/252-7900  
**Belém** – (091) 235-2146/235-2446, **Uberaba** – (034)  
333-1635, **Campina Grande** – (083) 322-7536,  
**Macapá** – (096) 222-0855, **Maceló** – (082) 326-3960/  
323-3387, **Salvador** – (071) 358-7416, **Mato Grosso do Sul** – (067) 382-4650

# CARTAS

## Haiti

*Quero manifestar a minha insatisfação com o pouco caso que a revista tem dado à invasão do Haiti pelos Estados Unidos, principalmente nos últimos seis números, período em que o mundo inteiro estava na expectativa. Apenas uma pequena citação foi feita o n° 174, no Panorama Internacional do Suplemento que, por sinal, é muito evasiva e coloca os Estados Unidos como o salvador da pátria.*

*Fiquei à mercê dos grandes meios de comunicação, que sempre mostram a notícia de acordo com os seus interesses, e sempre que recorri à cadernos do terceiro mundo, nada encontrei. O que aconteceu?*

*Aproveito para enviar os meus votos de parabéns pelos 20 anos. Continuem com a mesma perseverança para que, com o exemplo de vocês, outras alternativas também possam surgir ao longo dos próximos anos.*

**João Benvindo de Moura**  
Picos – PI

Devido ao caráter de nossa publicação – uma revista mensal, com os artigos sendo escritos às vezes com quase dois meses de antecedência –, nem sempre é possível cobrir os eventos internacionais com a rapidez com que seria desejável. No caso do Haiti, publicamos no n° 180 um artigo sobre o importante papel dos sindicatos no processo de recuperação da democracia e pretendemos preparar outro, com uma análise mais profunda sobre a volta do presidente Aristide ao poder.

## Botsuana

*País bem pouco conhecido mas interessante e simpático é Botsuana, antiga possessão inglesa da Bechuanalândia, nome que os ingleses deram porque não entendiam bem a pronúncia dos nativos tsuanas.*

*As línguas oficiais da Botsuana são o inglês e o setsuana, isso porque há bastante coesão étnico-lingüística, o contrário da maioria dos países artificiais da África Negra. Enfim, a Espanha, a Iugoslávia e a Suíça também são artificiais...*

*O Botsuana tem apenas 1.359.000 habitantes em estimativa de 1992. Tem uma renda per capita elevada, para os padrões africanos: US\$ 2.040 anuais, pouco menos que os US\$ 2.645 anuais do Brasil, uma garantia de que o pequeno país já saiu do “Quarto Mundo”.*

*O grupo sul-africano De Beers detém 80% da produção de diamantes industriais de Botsuana, quinto produtor mundial do raríssimo mineral. Lá existe um aparelho de rádio para cada 1,2 habitante, um telefone para cada 26 habitantes e um veículo automotor para cada 32 pessoas. O país ainda não tem canal de televisão, mas capta a vizinha África do Sul.*

*A taxa de analfabetismo de Botsuana é de 26%, mas a University College of Botswana, na capital, Gaborone, tem 3.400 alunos e 370 professores. Ao contrário do Brasil, na África Negra é bastante comum um rapaz negro da classe média matricular-se na universidade. Os rapazes preferem engenharia. As moças preferem Letras.*

**Pedro Gomes Silva**  
Niterói – RJ

Botsuana, de fato, é um dos países com mais alta renda per capita da África. Mas vale destacar que ostenta também um triste índice: o de pior distribuição de renda do mundo (o segundo é o Brasil). Quanto ao percentual de jovens negros chegar à Universidade nesses países africanos (que não é tão grande como o leitor afirma), é preciso não comparar automaticamente esse dado com a realidade brasileira, pois lá os negros são maioria esmagadora da população.

## Transformação

Parabenizo toda a equipe desta revista pela edição n° 177, particularmente pela matéria "Duas décadas que mudaram a face do país", de Marcelo Monteiro. Há muito queria reler uma retrospectiva sobre o período da história de nosso país, da ditadura até os dias de hoje.

É revoltante ter que relembrar o quanto o povo brasileiro tem sofrido por ações políticas doentias e irresponsáveis. Nós, brasileiros, nunca tivemos a nossa vez. Em nenhum governo o povo foi prioridade, foi respeitado em seus direitos individuais ou coletivos. Seja pela repressão, tortura; seja pela fome, desemprego, baixos salários, sempre fomos sofrendores e vítimas de regimes inescrupulosos. Por que não tentamos mudar esse quadro, uma vez que temos direito ao voto?

Lamento que o nosso futuro vice-presidente da República, Marco Maciel, tenha servido à ditadura e ainda ter classificado, na época, a eleição fraudulenta como "clara, límpida e imaculada". Ora, imaculada só Maria Santíssima e olhe lá! Não podemos deixar no esquecimento políticos ainda votados e ovacionados pelo povo como Antônio Carlos Magalhães, Delfim Neto e Paulo Maluf e que foram servidores de um regime tão brutal na história de nossa nação. Aliás, a revista pecou por não ter citado mais nomes de outros políticos ainda no auge da carreira que foram a favor da ditadura e hoje continuam em sua redoma, intocáveis, "imaculados". Não temos por que reclamar: o voto é o caminho da transformação. Acorremos e mudemos o país!

**Cleide Alecrim**  
Salvador - BA

## 20 anos de lutas

Parabenizamos a revista **cadernos do terceiro mundo** pelo vigésimo aniversário. Nós, trabalhadores rurais sem-terra, sempre encontramos nesta revista informações e

análises que muito têm contribuído em nossa luta pela conquista da reforma agrária e de um Brasil socialmente justo e democrático.

Em nosso país, onde o direito à comunicação restringe-se a um seleto grupo de famílias, condição que lhes permite serem censores da comunicação de forma imperial, **cadernos do terceiro mundo** marca história, abrindo espaço para os que fazem a história, os trabalhadores.

Ressaltamos a importância da revista em trazer-nos conhecimento das lutas, culturas e aspirações de todos os povos do Terceiro Mundo. Acreditamos que cada um, de forma específica, de acordo com sua realidade e sonhos, luta por ideais que acabam nos unificando mundialmente. Une-nos a luta contra a opressão, a pobreza e o desrespeito ao direito à vida com dignidade. E a revista tem sido um elo de ligação entre essas lutas e ideais. Parabéns pelos 20 anos ao lado dos trabalhadores e das lutas democráticas!

**Egidio Brunetto**

Movimento dos Sem-Terra  
São Paulo - SP

## Perseverança

Li a edição especial, comemorativa dos 20 anos de **cadernos do terceiro mundo** e fiquei emocionado com as dificuldades que vocês enfrentaram nos anos difíceis quando a América Latina estava infestada por ditaduras de direita. A perseverança de vocês manteve acesa a chama de um jornalismo independente, não-comprometido com o grande capital. Com o desaparecimento da União Soviética, a História engrena uma marcha à ré. É um triunfo do egoísmo e, por conseguinte, o futuro se afigura sombrio. Entretanto, continuem firmes nos seus propósitos de lutarem por um mundo melhor e de justiça social.

Parabéns pelos 20 anos!

**Rubens da Silva Sampaio Júnior**  
Itabuna - BA

## INTERCÂMBIO

• **Ana Paula Machado Abreu**

Córrego da Prata  
28642-000 Carmo - RJ

• **Idolidia Valdivia Maria**

Apartado Postal 21  
Ciego de Avila 1  
65100 Prov. Ciego de Avila - Cuba

• **Reidel Manero Sánchez**

Calle F # 36 e 3<sup>th</sup> y H  
Cumanayagua  
57600 Cienfuegos - Cuba

• **Edson Nogueira Nonato**

Conj. Sr. do Bonfim, R.C - n° 101  
Plataforma  
40715-100 Salvador - BA

• **Antônio Eduardo Zumbua**

Cx. Postal 18442  
Luanda - República de Angola

• **Solange Bispo**

R. Buique, 17 - Pina  
51110-080 Recife - CE

• **Rosa Jorge F. de Sousa**

Rua Tipografia Mama Tita n° 27  
Andar 2°, apt° A  
Engonhotas  
Luanda - República de Angola

• **María Florido Sánchez**

Calle 125 n° 27211  
e/ 272 y 274  
P. Nuevo  
40200 Matanzas - Cuba

• **Ana Cecilia Estevão**

R. Lúcio de Oliveira, 220  
Florammar  
31760-550 Belo Horizonte - MG

• **Kênia Rocha**

E. Lúcio de Oliveira, 75  
Florammar  
31760-550 Belo Horizonte - MG

• **Elza Hernández Rodill**

Ave 5<sup>ta</sup>, n° 827 e/ 8 y 10  
Caibarién  
52610 Villa Clara - Cuba

# O novo perfil do Brasil

*Fernando Henrique Cardoso precisará dos votos dos parlamentares conservadores para aprovar as propostas que considera fundamentais para o sucesso do programa de estabilização econômica*

## Marcelo Monteiro

**A** eleição quase geral realizada em 1994 no Brasil, para a escolha do presidente da República, governadores, dois terços dos senadores, deputados federais e estaduais, teve resultados que sinalizam mudanças no cenário político nacional, mas também indicam que muita coisa permanece inalterada.

A ambigüidade começa pela própria escolha do principal mandatário da nação. Fernando Henrique Cardoso se tornou em 3 de outubro o primeiro opositor do regime militar a ser eleito presidente do Brasil. Durante os 21 anos de vigência (1964-1985), o regime deixou como principais legados uma distribuição de renda extremamente injusta (a segunda pior do mundo, ganhando apenas de Botsuana, na África), com o conseqüente aumento da miséria e da violência, o endividamento externo do país e exten-



sas listas de torturados, exilados e desaparecidos políticos.

O atual presidente do Brasil tem o seu nome registrado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo e na lista de exilados. Fernando Henrique foi indiciado em 1964 num inquérito policial militar que investigava "atividades subversivas" na Universidade de São Paulo (USP), onde era professor da faculdade de Filosofia. Um mês depois do golpe militar, FHC chegou a Santiago do Chile, deixando para trás uma prisão quase certa no Brasil. Voltou ao país em 1968, ano em que foi aposentado compulsoriamente do emprego de professor da USP pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5).

**Contradição** - O passado de oposição do atual presidente, que ingressou na política em 1978 pelo MDB, contrasta com o histórico de alguns dos seus principais aliados na campanha presidencial. O companheiro de chapa, Mar-

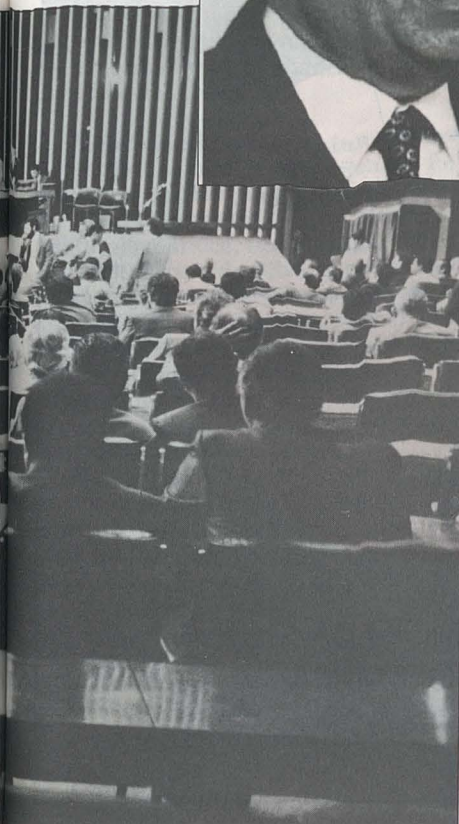
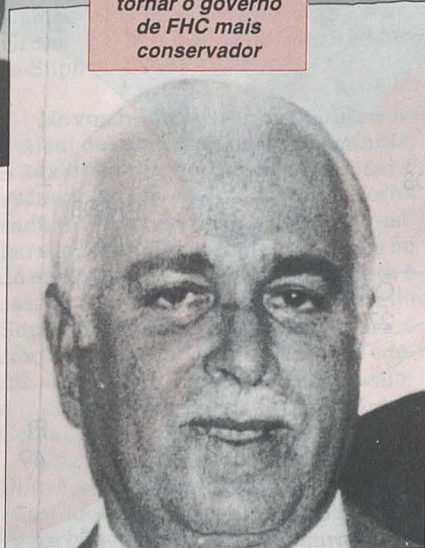
co Maciel, foi membro importante da Arena e do PDS, os partidos que deram base de sustentação ao regime militar.

Nessa condição, Maciel foi um dos articuladores do "pacote de abril", baixado em 1977 durante o governo Geisel, que fechou o Congresso, manteve as eleições indiretas para governos de estados em 78 e criou os senadores "biônicos", que representavam 1/3 do Senado, garantindo a maioria do governo na casa. Em 1978 foi escolhido governador de Pernambuco e durante a gestão Collor exerceu o cargo de líder do governo no Senado.

Outro governador "biônico" do regime militar foi um dos principais aliados de FHC: Antônio Carlos Magalhães, governador baiano eleito indiretamente em duas ocasiões (1970 e 78). Principal líder do PFL, ACM viu em Fernando Henrique Cardoso a melhor aposta para que o PFL continuasse a ter participação no governo, o que ocorre desde 1964, com os mesmos nomes abrigados em diferentes legendas.



**A aliança com o PFL, do vice Marco Maciel (à dir.) e de Antônio Carlos Magalhães (abaixo), e a futura composição do Congresso deverão tornar o governo de FHC mais conservador**



verá levar o Congresso a ter um perfil mais conservador que o anterior.

Mesmo com o desempenho fraco de Orestes Quércia, candidato do partido à presidência da República, o PMDB, graças à estrutura montada durante anos em todos os estados, conseguiu se manter como a maior bancada, tanto na Câmara Federal, como no Senado. A legenda aumentou sua representação de 96 para 107 deputados federais (20,8% da Câmara); porém no Senado, o partido deverá ter 21 ou 22 senadores, menos do que os 27 anteriores. Para ser confirmado, o número final de senadores peemedebistas depende da resolução do caso Humberto Lucena. O partido somente não fez deputados federais no Amapá, Pernambuco, Roraima e Distrito Federal.

Mantendo a tradição de eleições passadas, o PFL elegeu a segunda maior bancada na Câmara e no Senado. Na primeira, manteve o número de deputados (89), e ampliou a representação no Senado, de 14 para 19 ou 20, dependendo da decisão sobre a segunda vaga da Paraíba. Raimundo Lira (PFL), terceiro colocado, assumiria a vaga de Humberto Lucena.

Impulsionado pela votação de Fernando Henrique e pela influência eleitoral do Plano Real, o PSDB fez a terceira maior bancada na Câmara, superando o PPR. Os tucanos ampliaram a representação de 48 para 62 deputados federais, mas perderam uma vaga no Senado (de 11 para dez). O partido também fez seis governadores, incluindo os dos três estados mais importantes da federação: São Paulo (Mário Covas), Rio de Janeiro (Marcello Alencar) e Minas Gerais (Eduardo Azeredo).

O temor de peesedebistas históricos é que, com a Presidência da República e seis governos estaduais, o partido receba adesões de políticos de várias ten-

mam o provável perfil neoliberal do governo FHC: reforma do sistema de Previdência pública, intensificação do processo da venda de estatais e flexibilização dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, iniciativas defendidas em coro pelos líderes do PFL.

**Perfil do Congresso** – A tendência mais conservadora do governo FHC será provavelmente direcionada pela nova composição das bancadas na Câmara Federal e no Senado. Apesar do significativo crescimento do PSDB nas duas casas, o governo deverá recorrer aos votos do PFL, PTB, PP, PL, PMDB e até mesmo do PPR para obter os 3/5 dos votos necessários para aprovação de certas emendas constitucionais e assim garantir a aprovação das propostas que considera fundamentais para a continuidade do programa de estabilização econômica.

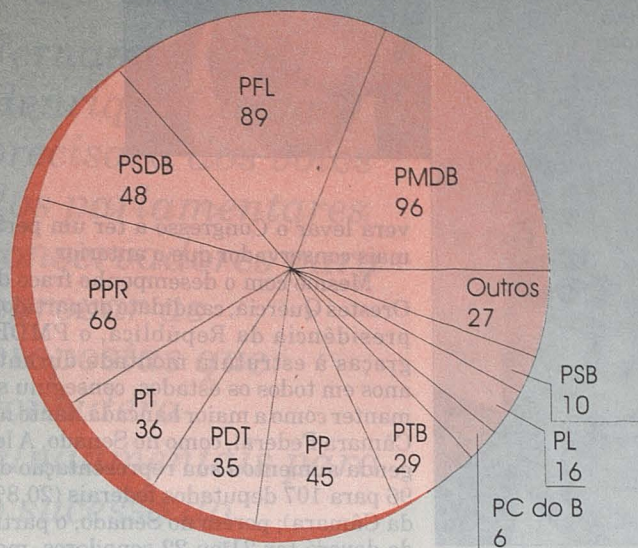
A ambigüidade do resultado das últimas eleições brasileiras também pode ser percebida na composição do futuro Congresso Nacional. Apesar do crescimento das bancadas dos partidos de esquerda, como o PT, PSB e PC do B (exceção feita ao PDT, que perdeu duas vagas, embora tenha ampliado a representação no Senado de cinco para seis vagas), a guinada do PSDB para o centro – influenciada pela aliança com o PFL – de-

Essa é uma das dúvidas sobre o futuro governo do sociólogo Fernando Henrique: qual será a orientação do governo? Será de centro-direita, retribuindo com benesses o apoio dos conservadores do PFL, PTB, PP e PL durante o pleito? Ou terá uma linha de centro-esquerda, o perfil clássico de FHC e dos demais fundadores do PSDB?

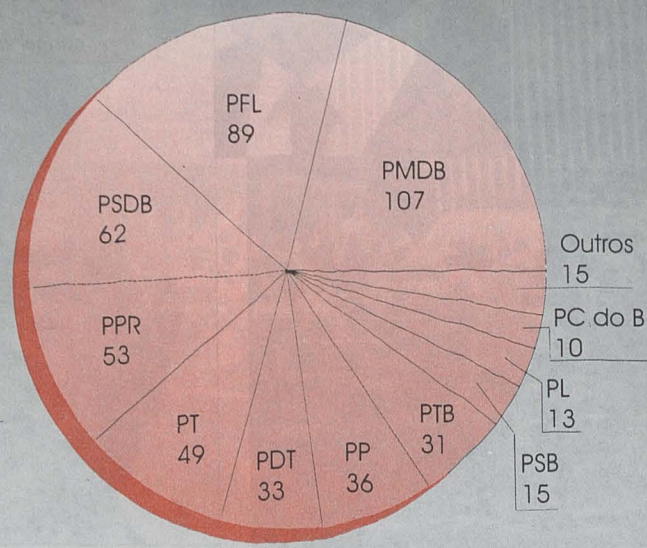
Durante a viagem a Moscou, logo após a vitória esmagadora no primeiro turno, Fernando Henrique declarou que o PFL teria saído “muito enfraquecido” da eleição, dando a entender que a influência do partido no governo não seria grande. Mas os entendimentos para a formação da bancada governista no Congresso indicam que a base de sustentação de Fernando Henrique será basicamente a mesma dos governos Sarney e Collor, com a inclusão do próprio partido do presidente, o PSDB.

As propostas anunciadas antes da posse como prioritárias também confir-

## A CÂMARA



FINAL DA  
LEGISLATURA  
91/95



INÍCIO DA  
LEGISLATURA  
95/99

Fonte: Diap

dências, tornando a legenda um novo PMDB, ou seja, fazendo com que fique sem uma identidade política. Sentem que o PSDB, fundado por membros da ala esquerda do PMDB, como o próprio Fernando Henrique e Mário Covas, já começa a perder o perfil original de centro-esquerda.

Contrastando com a derrota de Lula, o PT ampliou significativamente a bancada federal, conquistando 13 novas cadeiras na Câmara (total de 49 deputados federais) e quatro no Senado (total de cinco senadores). Apesar da vitória legislativa e da eleição de governadores (Vitor Buaiz, no Espírito Santo, e Cristovam Buarque, no Distrito Federal), pela primeira vez na história do partido, o PT enfrentará em 1995 um duro processo de discussão interna. Segundo alguns dos seus militantes, dependendo da forma como sejam conduzidos os debates, o processo poderá conduzir até mesmo a alguma fratura do partido.

**Novo papel do Senado** - Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entidade especializada na análise do Legislativo, o Senado deverá ter papel de destaque no debate parlamentar devido à eleição de políticos influentes. Em contrapartida, a Câmara Federal deverá ficar mais "provinciana". Onze partidos estarão representados no Senado e 18 na Câmara Federal.

O Senado contará com nomes de peso, como Roberto Freire e os ex-governadores Antônio Carlos Magalhães, Íris Resende, Roberto Requião e Wilson Kleinubing. A permanência na Casa de políticos de projeção nacional, como Pedro Simon, Eduardo Suplicy e José Sarney, somados aos eleitos, fará com que o Senado "se transforme num fórum político importante, capaz de dividir a liderança do processo decisório com a Câmara dos Deputados", prevê o estudo do Diap. O índice de renovação do Senado foi de 84%, em relação às vagas em disputa (2/3 da Casa).

Dos 81 senadores que participarão da legislatura 95/98, 22 são empresários e 21, advogados. A principal Casa legislativa contará também com três jornalistas, um delegado de polícia (Romeu Tuma, eleito pelo PL-SP), um bancário (Leomar Quintanilha, PPR-TO), uma assistente social (Benedita da Silva, PT-RJ), uma professora e defensora dos povos da floresta, que atuou junto a Chico Mendes (Marina da Silva, PT-AC) e um mestre de obras (João França, PP-RR).

Quanto à definição ideológica, o Diap qualifica oito senadores como socialistas, 15 sociais-democratas, 22 liberais reformistas, cinco sem definição clara e 40 entre neoliberais e liberais conservadores. A entidade define esta última categoria como os senadores que somente "admitem distribuição de renda com o aumento do Produto Interno Bruto".

Embora numericamente pequeno, o grupo de senadores de esquerda "reúne condições políticas e intelectuais para



# Balanco negativo

enfrentar as forças de direita” no Senado, afirma a análise do Diap. Para aprovar as suas propostas, o grupo progressista precisa cooptar os senadores de centro, fiel da balança nas votações por superarem a soma das bancadas da esquerda e da direita.

**Representação feminina** – A participação das mulheres no Senado foi ampliada de três para quatro senadoras. Junia Marise (PDT-MG), eleita em 1990, permanece, acompanhada das novatas Marina da Silva (PT-AC), Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PPR-RS). Marluce Pinto (PTB) foi reeleita em Roraima, mas declarada inelegível pelo TRE local devido a irregularidades na campanha. Poderá recuperar a vaga beneficiada pelo projeto que anistia Humberto Lucena.

Na Câmara, a bancada feminina foi ampliada em cinco cadeiras (de 28 para 33 deputadas), representando 6,4% da Câmara Federal, percentual ínfimo se comparado a que mais da

metade da população brasileira é formada por mulheres. Dentre elas, os nomes mais conhecidos são as reeleitas Rita Camata (PMDB-ES), Cidinha Campos (PDT-RJ) e as novatas Esther Grossi (PT-RS), Telma de Souza e Marta Suplicy (PT-SP).

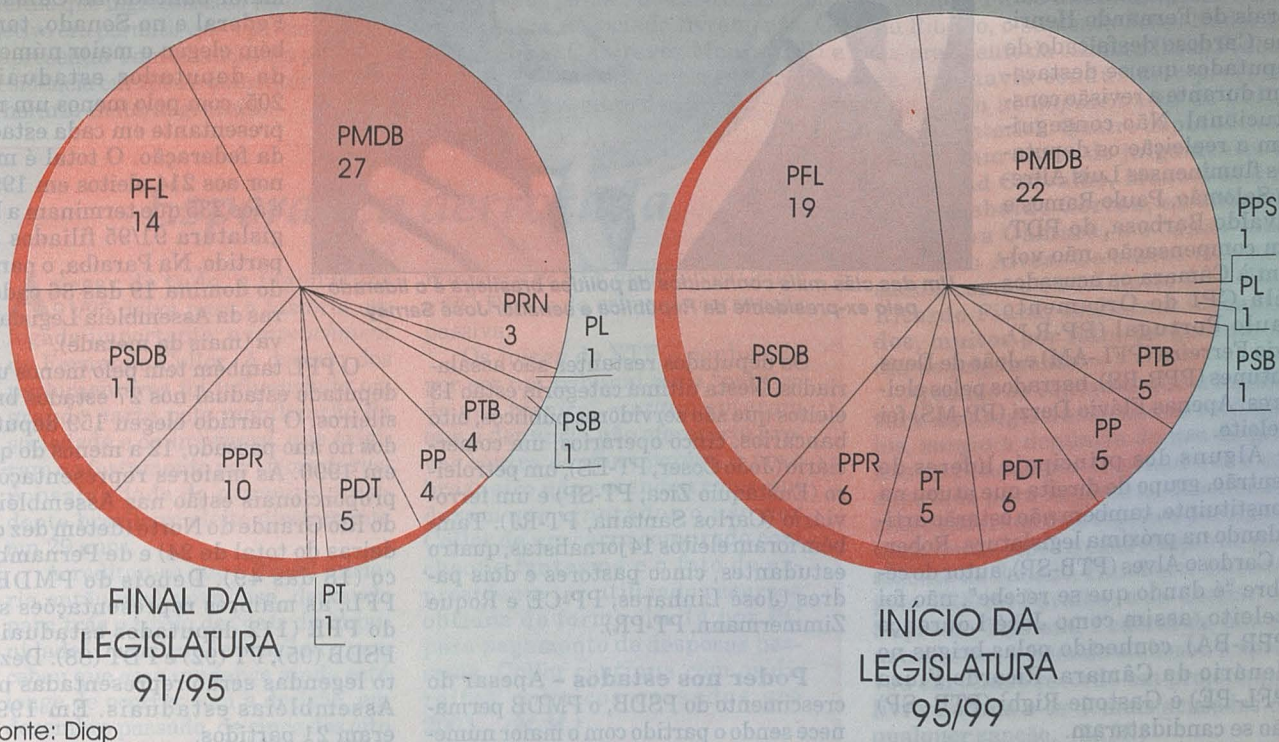
**Novos nomes, velhos problemas** – Além de compor a bancada feminina, a sexóloga Marta Suplicy também é exemplo de um fenômeno que se torna cada vez mais comum na política brasileira: a eleição de parentes de atuais ou de ex-detentores de mandatos. Marta é casada com o senador petista Eduardo Suplicy. Rita Camata, que vai para o seu terceiro mandato na Câmara Federal, é esposa do ex-governador e senador eleito pelo Espírito Santo, Gérson Camata.

Um levantamento preliminar do Diap estima que pelo menos 30 clãs de 22 estados brasileiros elegeram mais de 70 parlamentares para a Câmara Federal e o Senado. O ex-governador da Pa-

raíba Ronaldo Cunha Lima conseguiu a primeira vaga do estado para o Senado, com 517 mil votos, e não ficará com saudades de certos parentes em Brasília. O filho Cássio Cunha Lima, ex-superintendente da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o irmão Ivandro Cunha Lima foram eleitos deputados federais. Cássio foi o campeão de votos no estado para Câmara Federal, conquistando a confiança de 158 mil eleitores. Ronaldo Cunha Lima se tornou conhecido no país inteiro não pelas medidas de sua gestão e sim pelos tiros que desferiu no adversário político Tarcísio Burity.

Em São Paulo, o ex-superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, senador eleito pelo PL, terá a companhia em Brasília do filho Róbson Tuma, deputado federal reeleito também pelo Partido Liberal. Na Bahia, o futuro senador Antônio Carlos Magalhães garantiu a própria eleição, a do filho Luís Eduardo Magalhães como deputado federal mais votado do estado, e terá co-

## O SENADO



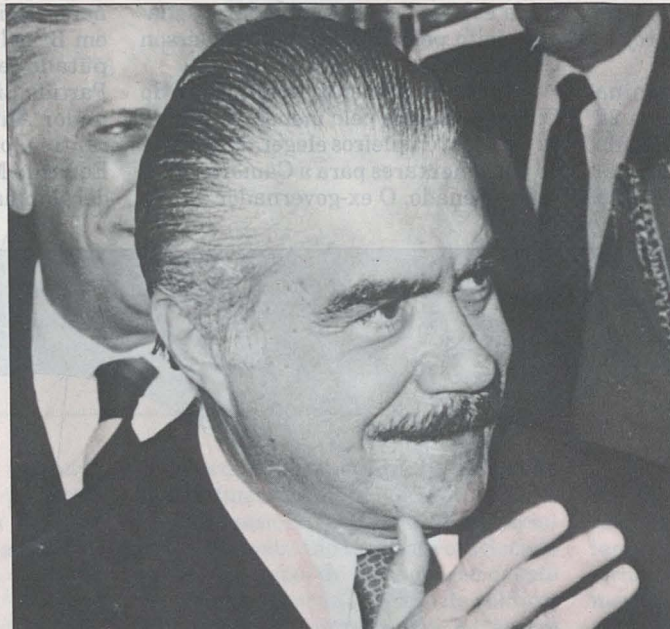
mo suplente outro filho, Antônio Carlos Magalhães Júnior. Um recorde parecido ao do senador José Sarney, cujo filho "Zequinha" foi reeleito para a Câmara Federal e a filha, Roseana, é a primeira mulher brasileira a governar um estado, o Maranhão. Aliás, o ineditismo do fato não pode ser devidamente festejado pela quantidade de irregularidades que turvaram a eleição maranhense.

**Algumas surpresas** – O índice de renovação na Câmara foi de 54%, sendo que boa parte dos novos deputados são ex-governadores, ex-prefeitos e ex-deputados federais. Ao lado da confirmação da eleição de políticos tradicionais, como Amaral Netto (PPR-RJ) e Rubem Medina (PFL-RJ), que vão para o oitavo mandato consecutivo como deputados federais, a eleição de 94 registrou algumas surpresas. Deixando clara a grande influência da mídia, o repórter do programa *Aqui e Agora*, do SBT, Celso Russomano (PSDB-SP), foi o deputado federal mais votado do Brasil.

O setor nacionalista enfrentará as propostas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso desfalcado de deputados que se destacaram durante a revisão constitucional. Não conseguiram a reeleição os deputados fluminenses Luis Alfredo Salomão, Paulo Ramos e Vivaldo Barbosa, do PDT. Em compensação, não voltam à Câmara os acusados pela CPI do Orçamento Paulo Portugal (PP-RJ), Ézio Ferreira (PFL-AM) e João de Deus Antunes (PPR-RS), barrados pelos eleitores. Apenas Flávio Derzi (PP-MS) foi reeleito.

Alguns dos principais líderes do Centrão, grupo de direita que atuou na Constituinte, também não estarão articulando na próxima legislatura. Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), autor do célebre "é dando que se recebe", não foi reeleito, assim como José Lourenço (PPR-BA), conhecido pelas brigas no plenário da Câmara. Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gastone Righi (PTB-SP) não se candidataram.

**Predomínio de empresários** – Assim como no Senado, boa parte da Câmara é formada por empresários e advogados. São donos de um empreendimento, rural ou urbano, 166 deputados eleitos para a legislatura 95/98 (cerca de 1/3 da Câmara). Pelo menos 52 são sócios de hospitais. Mais de 1/3 da casa é formada, segundo estudo do Diap, por profissionais liberais (advogados – 102; médicos – 56; e engenheiros – 37). O Diap afirma em sua análise que entre os profissionais liberais "muitos são testas-de-ferro ou empregados de grandes grupos de medicina privada, empreiteiras, conglomerados financeiros ou de prestação de serviços".



Um dos clãs mais conhecidos da política brasileira é o liderado pelo ex-presidente da República e senador José Sarney

Os deputados restantes são assalariados. Nesta última categoria estão 13 eleitos que são servidores públicos, oito bancários, cinco operários, um comerciante (João Coser, PT-ES), um petroleiro (Eustáquio Zica, PT-SP) e um ferroviário (Carlos Santana, PT-RJ). Também foram eleitos 14 jornalistas, quatro estudantes, cinco pastores e dois padres (José Linhares, PP-CE e Roque Zimmermann, PT-PR).

**Poder nos estados** – Apesar do crescimento do PSDB, o PMDB permanece sendo o partido com o maior número

de governadores (nove), sendo três no primeiro turno: Garibaldi Alves (RN), Divaldo Suruagy (Alagoas) e Wilson Martins (MS). A vitória mais importante foi a de Antônio Britto no Rio Grande do Sul, aumentando o poder de influência nas decisões partidárias da ala gaúcha da legenda. O resultado do PMDB foi melhor do que em 1990, quando elegeu sete governadores. Entretanto, o desempenho da legenda ficou distante do obtido em 1986, quando os efeitos do Plano Cruzado garantiram ao partido a administração de 22 estados, perdendo apenas no menor de todos, Sergipe, para o PFL.

O PPR venceu em três estados (Amazonas, Acre e Tocantins), ficando praticamente isolado no norte do país. PT, PDT, PSB e PFL fizeram dois governadores cada. O PTB elegeu um. O maior crescimento foi mesmo do PSDB, que em 1990 elegeu apenas um governador (Ciro Gomes, no Ceará), e fez seis em 1994.

Graças à estrutura montada em todos os estados da federação, o PMDB, além da maior bancada na Câmara Federal e no Senado, também elegeu o maior número de deputados estaduais: 205, com pelo menos um representante em cada estado da federação. O total é menor aos 214 eleitos em 1990 e aos 235 que terminam a legislatura 91/95 filiados ao partido. Na Paraíba, o partido domina 19 das 36 cadeiras da Assembléia Legislativa (mais da metade).

O PFL também tem pelo menos um deputado estadual nos 27 estados brasileiros. O partido elegeu 159 deputados no ano passado, 12 a menos do que em 1990. As maiores representações proporcionais estão nas Assembléias do Rio Grande do Norte (detém dez cadeiras do total de 24) e de Pernambuco (18 das 49). Depois do PMDB e PFL, as maiores representações são do PPR (112 deputados estaduais), PSDB (95), PT (92) e PDT (88). Deztoit legendas serão representadas nas Assembléias estaduais. Em 1990, eram 21 partidos.

# Balanço negativo

**A** legislatura do Congresso Nacional que se encerra no dia 31 de janeiro, apesar da decisão histórica do *impeachment* de Fernando Collor (*ver quadro*), foi marcada por uma série de fatos que serviram para tornar ainda mais negativa a imagem do Legislativo perante a opinião pública. O período parlamentar 91/95 foi o que registrou o maior número de denúncias envolvendo senadores e deputados federais. Oito deputados foram cassados pelo plenário da Câmara e quatro renunciaram ao mandato devido a evidências de irregularidades. Desde 1949, um deputado federal não era cassado pelo plenário.

O primeiro caso que afetou o Congresso foi a descoberta de uma carteira parlamentar falsa assinada pelo deputado Jabes Rabelo em poder do irmão Abdiel, preso em São Paulo com um carregamento de 554 quilos de cocaína. Jabes Rabelo acabou perdendo o mandato em novembro de 1991.

Em outubro de 93, surgiu o escândalo do pagamento de valores entre US\$ 30 mil e US\$ 50 mil pelo PSD a deputados federais que ingressassem na legenda. O objetivo era permitir que o partido pudesse apresentar uma candidatura própria à Presidência em 1994 e aumentar o tempo no horário eleitoral gratuito.

## Período 91/95 do Legislativo ficou caracterizado pelas irregularidades envolvendo parlamentares

Mesmo registrando a entrada de 17 deputados nos últimos dias permitidos pela legislação, apenas um dos acusados de vender o mandato acabou sendo cassado: Itsuo Katayama (MT). O parlamentar chegou a declarar que "deputado era como jogador de futebol". Ou seja, o seu "passe", no caso o mandato, poderia ser negociado livremente. Os corruptores Onaireves Moura (PR) e Nobel Moura (RO) também foram cassados em dezembro de 1993.

**Propinas** – Entretanto, o caso que mais abalou a credibilidade do Congresso foi a descoberta das propinas pagas por empresas a parlamentares em troca da apresentação de emendas superfaturadas ao Orçamento da União. O maior escândalo da história parlamentar brasileira foi descoberto por acaso: a prisão do ex-chefe do departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, acusado de ter participado do assassinato da mulher, Elizabeth Lofrano dos Santos. José Carlos mantinha em casa US\$ 1 milhão.

Preso, José Carlos revelou como obteve o dinheiro: participando do esquema de desvio de verbas do Orçamento, comandado pelo deputado João Alves, relator-geral da Comissão Mista de Orçamento. Dos cerca de 50 parlamentares acusados, apenas 18 acabaram indiciados pelo relator da CPI, Roberto Magalhães. Muitos nomes foram inocentados devido à falta de tempo para a conclusão das investigações. Desses, apenas seis foram cassados: Carlos Benevides, Raquel Cândido, Fábio Raunhetti, José Geraldo Ribeiro, o suplente Feres Nader e o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, que havia conduzido o processo que levou ao *impeachment* de Collor no ano anterior. Quatro deputados renunciaram antes do julgamento: os anões Cid Carvalho, Manoel Moreira, Genebaldo Corrêa, ex-líder do PMDB na Câmara, e o "anão-mestre" João Alves. Os outros oito acusados, como o ex-ministro de Collor, Ricardo Fiúza, acabaram inocentados, muitos por falta de quórum no dia do julgamento.

Quando se esperava que a legislatura não registrasse novos escândalos, surgiu a denúncia do uso da gráfica do Senado por 15 senadores e um deputado para impressão de calendários e cadernos com objetivo puramente eleitoral. Após a condenação do presidente do Senado, Humberto Lucena, pelo TRE da Paraíba, e da decisão do Supremo Tribunal Federal de não se manifestar, o Senado elaborou e aprovou em tempo recorde um projeto que livra Lucena e os demais acusados de qualquer sanção. (M.M.) ■

## Esperança derrotada

**A** pesar de tudo, a legislatura 91/95 deixa para a história um legado importante: o *impeachment* de Fernando Collor. A decisão dos parlamentares foi influenciada em grande parte pela mobilização da sociedade e da imprensa, que exigiram o afastamento por crime de responsabilidade do primeiro presidente brasileiro eleito diretamente em 29 anos.

Acreditou-se que o Brasil iniciaria então uma nova fase, deixando para trás o título de "país da impunidade". A sociedade brasileira percebeu que essa mudança ainda está longe de ocorrer com a decisão, em dezembro passado, de cinco dos oito

ministros do STF de absolver Collor e PC Farias do crime de corrupção passiva.

Os juízes do STF – conhecido por ser um tribunal mais "político do que técnico" – argumentaram que a denúncia não ofereceria provas contra os réus; porém, o povo brasileiro não entendeu como puderam ser ignorados o uso por Collor de um carro comprado com cheque fantasma e o fato do ex-presidente ter utilizado recursos obtidos de forma ilícita por PC para pagamento de despesas pessoais. Collor continua com os direitos políticos cassados até 2001. (M.M.)

# Violência simbólica

*Os militares discutem o papel da mídia na construção da cidadania e concluem que os critérios usados na informação devem ser controlados pela sociedade*

FOTOS: A.C. JUNIOR



O encontro na ESG reuniu cerca de 200 profissionais de comunicação

## Patrícia Costa

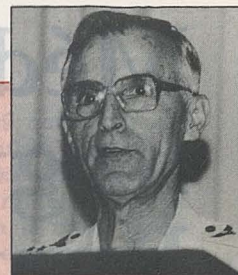
O poder da mídia tem sido amplamente exposto, discutido e analisado pelos próprios meios de comunicação. Filmes como os – não por acaso – norte-americanos *O jornal*, *Herói por acidente*, e mais recentemente *Assassinos por natureza*, além do cult *Cidadão Kane*; artigos em jornais, revistas; encontros de especialistas discutem sob diversos ângulos o papel da mídia na sociedade moderna e o que a comunidade organizada pode fazer para torná-la mais democrática. (ver em **cadernos do terceiro mundo** n° 179 a matéria de capa “Mídia: o quarto poder”). O que não é tão habitual é que o tema seja debatido nos recintos de estudos militares, com jornalistas convidados como palestran-

tes. Mas foi o que ocorreu na Escola Superior de Guerra (ESG), em dezembro passado. Com o tema “Mídia, Violência e Marginalização”, foi realizado o II Encontro da Escola Superior de Guerra com a Mídia, no Forte São João, na Urca, Rio de Janeiro. O objetivo do Encontro foi promover uma discussão sobre o papel da mídia dentro do contexto atual da violência que vem assolando a sociedade brasileira.

O brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, diretor da ESG, explica que, embora esse tenha sido o segundo encontro com a mídia, desta vez a inclusão do tema da violência foi consequência de uma análise da conjuntura que foi feita no ano passado: “Resolvemos discutir violência com a mídia para ver como ela se inseria nesse contexto, qual era o papel que podia desempenhar a favor para

tentar corrigir as causas, ou como ela podia prejudicar as ações que estão sendo feitas.” Segundo o oficial, esse encontro é um trabalho de abertura de diálogo dentro dos conceitos que a democracia defende (ver quadro).

Personalidades como os jornalistas Sidney Resende e Francisco Pedro do Couto, o publicitário Mauro Salles, o cientista social José Murilo de Carvalho, o advogado Leandro Konder, o economista Décio Munhoz, o professor Pedro de Oliveira Figueiredo e o sociólogo Luiz Eduardo Soares estavam presentes. Na plateia, como convidados, profissionais da maioria dos veículos de comunicação do Brasil – entre eles o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, e o diretor da Editora Terceiro Mundo, jornalista Neiva Moreira –, e representantes



Brigadeiro Ferolla

## Abertura ao diálogo

**C**riada em 1948, nos moldes dos colégios de guerra norte-americanos, a Escola Superior de Guerra (ESG) pretendia inicialmente socializar os interesses das elites militares e civis que viriam, mais tarde, a ajudar na criação do Ministério da Defesa. Mas tal projeto não se concretizou.

A instituição oferece quatro cursos clássicos: o de nível superior de guerra (aberto a civis e militares), o de comando e estado-maior, o de mobilização e o de informações (transferido para a Escola Nacional de Informações, na década de 70).

A escola usa também muitos convidados e dá cursos de extensão para elaborar planos e idéias em torno de um projeto nacional.

Hoje, é comandada pelo brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, que declara: “Éramos uma instituição fechada e, por isso, passamos a dialogar com a sociedade. Queremos contribuir para a conscientização do meio social. Recebemos pessoas consideradas teóricas do marxismo, ou líderes socialistas. É uma experiência enriquecedora.”

**Polêmica** – José Murilo de Carvalho concorda. Segundo o cientista social, as causas para a crise de valores da sociedade são diversas. O problema de garantia dos direitos civis é um dos maiores e tem duas razões: a falta de consciência da população, de um lado, e a incapacidade do Estado de garanti-los, de outro. “Temos de incentivar a ação do Estado através dos direitos políticos (voto, organização política), para que reconquistemos os direitos civis – de ir e vir, de liberdade de imprensa, de igualdade, por exemplo – e tenhamos acesso aos direitos sociais como a previdência, a justiça social, etc.”, conclui.

A violência que a mídia expõe diariamente é encarada como parte da sua função, que é a de veicular informações. Segundo o brigadeiro Ferolla, “a mídia, infelizmente, é obrigada a retratar o que está acontecendo. Antes, as pessoas não queriam reconhecer que existia o problema”. Sua ressalva é em relação aos critérios utilizados para expor a violência, principalmente na mídia eletrônica: “No horário infantil, aparece o trailer do filme violento que passa à noite. Deveria haver uma maior preocupação, pois o público está despreparado para essa violência”, afirma. Caberia aos órgãos de comunicação criar mecanismos para controlar esse problema; porém, a reação tem de ser da própria sociedade, pois ela “tem de exigir que seus direitos sejam respeitados. Democracia e cidadania é isso”.

A influência que a mídia pode exercer sobre o imaginário das pessoas – cenas violentas incitam atos de violência – é questionado pelo publicitário Mauro Salles: “Pelo contrário, a divulgação da violência pela mídia aumenta a consciência social para enfrentá-la.” E exemplifica: “Foi a divulgação da violência da guerra do Vietnã que contribuiu para que a própria guerra acabasse.” Para ele, a violência mostrada em filmes, livros, televisão, jornais etc. deve ser tratada como entretenimento e informação.

**Democracia na prática** – Polêmicas à parte, todos concordam que a mudança no quadro de violência em todo o país tem que passar por uma mudança estrutural, social, econômica e cultural, e nesse processo a mídia tem função primordial.

O advogado Leandro Konder vai mais longe ao afirmar que, no caso do Brasil, tal desafio para a sociedade passa por dois níveis: o dos que detêm o poder de informar (Estado e grandes conglomerados de empresas privadas); e o dos que se informam: o público consumidor. “Se quisermos conviver com o Estado, teremos de democratizá-lo. O excesso de poder que existe nas mãos de poucos conglomerados de informação impede a democratização. É impossível ser democrata com um conglomerado desses ditando as regras”, declara. Para Konder, o incentivo ao diálogo e à interlocução entre os setores da sociedade seria uma das saídas possíveis. ■

de diversas instituições, além de oficiais da ESG.

**Vilã ou heroína?** – A mídia foi encarada mais como um elemento fundamental para o processo de mudança social do que propriamente a vilã e mantenedora da atual conjuntura social, política e econômica. Alguns pontos foram marcantes e até unânimes nas discussões: a violência urbana foi considerada uma conseqüência da violência moral e da injustiça social em diversos níveis da sociedade. E se estima que só pode ser superada através de um projeto nacional de combate à pobreza, que garanta uma divisão mais justa de renda, e assegure emprego, moradia, educação e saúde para todos.

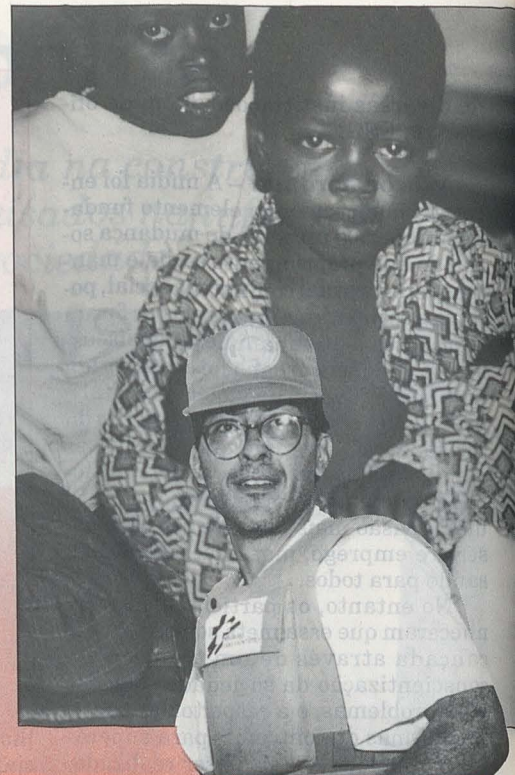
No entanto, os participantes reconheceram que essa meta só pode ser alcançada através de um trabalho de conscientização da sociedade sobre os seus problemas, e a respeito das possíveis formas de contribuir para superá-los. Tal objetivo só pode ser realizado, por sua vez, se houver uma democratização dos meios de comunicação no Brasil.

“Discutir o papel da mídia é fundamental, não só para a sociedade, mas principalmente para o próprio jornalista”, afirma Sidney Resende, completando que o importante não é associar a mídia à violência, mas sim discutir o papel da mídia dentro de um quadro de violência social, urbana e de violência ampla: “Existem várias formas de violência, como a sonegação de impostos, o desemprego, a corrupção, a concentração de renda brutal, que repercutem na violência urbana que vemos hoje.” Quanto ao papel da mídia, para ele é preciso democratizar os meios de comunicação, desde as concessões até o ofício do repórter no dia-a-dia.

Como atua em nível simbólico, a mídia cria e impõe significados. Tal poder é democratizado na medida em que há uma pluralidade de veículos, de redes e de canais de comunicação: “A sociedade brasileira tem que criar mecanismos eficazes de controle, para não permitir que a mídia dite a pauta da sociedade. A mídia tem que ser humilde para entender que está a serviço da população.” Para o jornalista, falta ainda uma estratégia nacional para se alcançar esse objetivo, além do despreparo da sociedade e da falta da famosa vontade política.

# Médico brasileiro na guerra em Ruanda

*Numa das guerras civis mais sangrentas do planeta, uma organização e seus militantes vivem o conflito de cuidar da saúde de populações que logo voltarão a se degladiar*



## Fernanda Pedrosa

Imagine um carioca, apaixonado por samba e futebol, ser obrigado a amputar diariamente as pernas de três a quatro crianças feridas em campos minados. Esta foi a experiência mais dolorosa vivida pelo médico Fernando Olinto Fernandes durante a guerra civil em Ruanda, na África. Cirurgião que chefiou durante muitos anos o serviço de Emergência do Hospital Getúlio Vargas, na Penha (Zona Norte do Rio), ele faz parte da organização não-governamental humanitária Médicos sem Fronteiras (MSF), com sede na Holanda (ver **cadernos do terceiro mundo** n.º 157).

Casado com a antropóloga Juliana Voicu, uma das coordenadoras da MSF, que cuida da parte de logística e segurança das equipes médicas, Fernando Olinto chegou à capital ruandesa, Kigali, no início de maio, a bordo de um avião da ONU que voava no meio das montanhas para driblar os tiroteios entre os hutus e os rebeldes tutsis. Ao chegar ao único hospital da cidade – “muito bem montado e com bom estoque de remédios” –, o primeiro problema a enfrentar foi a superlotação, não de doentes,

mas de refugiados: havia cerca de 5.600 pessoas morando no hospital, das quais apenas 600 eram pacientes.

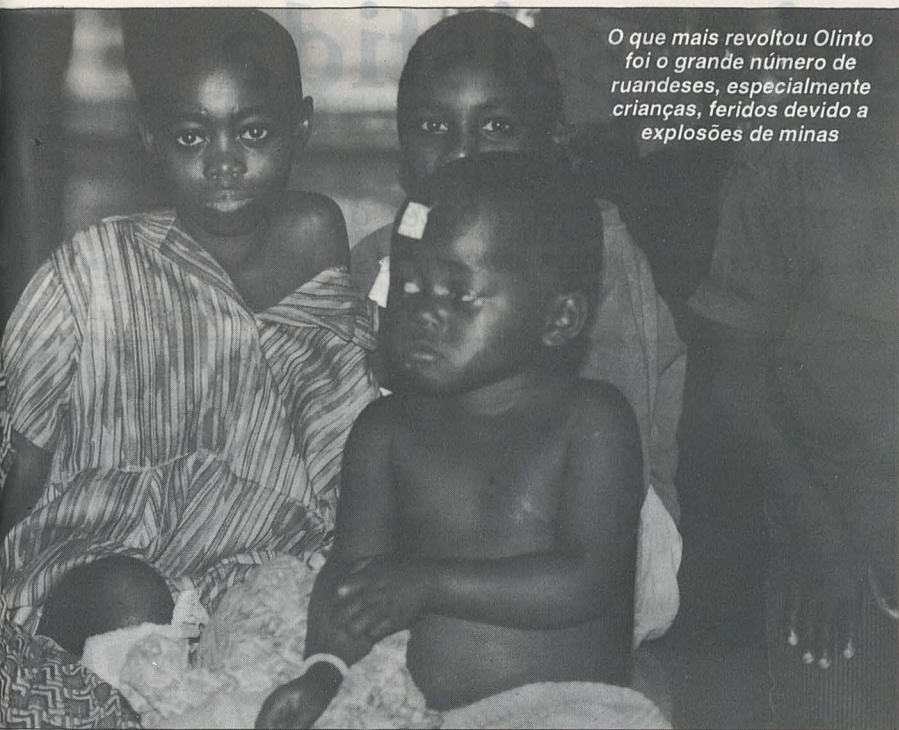
Fernando Olinto ficou sozinho durante uma semana, usando uma enfermeira como anestesista. “A maioria das vítimas eram crianças abandonadas e órfãs”, conta. Por estarem há muito tempo sem assistência, muitos feridos apresentavam infecções, principalmente nas pernas e na cabeça, alguns aguardando amputações há mais de 10 dias. O cirurgião dormia pouco, operando com energia produzida por um gerador. As refeições eram fornecidas pela ONU, se é que se pode chamar de refeição um bolo de lentilha com um creme parecido com sopa de milho, ou um copo de leite com um biscoito.

A equipe foi reforçada com outro médico da MSF, o ortopedista Ed Slamer, e com dois comerciantes belgas, que se tornaram “enfermeiros” em troca de abrigo e comida. Eles ficaram confinados ao perímetro do hospital durante um mês, pois os combates ocorriam a menos de 500 metros do prédio. “Também tive o sonho infantil de ser imortal, mas nosso trabalho não é aventureiro, é muito técnico. Temos que proteger a equipe e ficar atentos ao perigo, às regras de segurança e às mudanças no

quadro da guerra”, afirma Fernando Olinto, lembrando que a MSF recupera e monta serviços de saúde, para a população em busca de tratamento e remédio. “Não somos missionários, que levam a palavra de Deus e querem ajudar na cura”, esclarece. Além de recuperar o hospital de Kigali, a MSF montou três centros cirúrgicos em outros pontos do país.

A experiência no hospital público do Rio não pode nem ser comparada à que ele viveu em Ruanda. “É difícil comparar um hospital urbano com outro em situação de emergência. Em Kigali, eu vivia os problemas do hospital 24 horas por dia, por absoluta falta de pessoal. Aqui, em casos extremos, pode-se convocar novas equipes. Uma coisa eu concluí: não é preciso luxo, salva-se uma vida até dando atendimento no chão. Ao contrário de lá, os conflitos no Brasil são políticos”, afirma o cirurgião.

Em dois meses e meio no inferno de Kigali, o que mais revoltou Fernando Olinto foi a quantidade de civis, sobretudo crianças, feridos por explosões de minas. “Em Ruanda, existem mais de cinco milhões de minas enterradas, mais do que o número atual de habitantes. Além das vítimas inocentes que provoca, essa situação inviabiliza a re-



O que mais revoltou Olinto foi o grande número de ruandeses, especialmente crianças, feridos devido a explosões de minas

cuperação econômica do país, porque muitas regiões produtivas estão minadas”, explica. Ao reorganizar o hospital de Kigali, ele teve que criar uma enfermaria só para cegos, vítimas de um tipo de mina que explode no ar, à altura do rosto. “Esta é uma questão de emergência a ser discutida pela ONU: quem vende minas para países pobres. Além disso, como os rebeldes ruandeses compram minas se não têm dinheiro para comprar comida?”, questiona Fernando Olinto.

**Na linha de frente** – Juliana Voicu não é médica, mas, sem o trabalho dela, a atuação da MSF seria inviável. Ela faz parte da Equipe de Emergência da organização, um grupo de oito pessoas que realiza missões precursoras. “Quando há uma emergência em alguma parte do mundo, como guerra ou desastre natural, recebemos logo mensagens via fax e uma equipe vai ao local para verificar se há necessidade da ajuda da MSF. Os critérios são médicos, ou seja, avaliamos se o país tem infra-estrutura médica ou se há perigo iminente de epidemia, devido à grande concentração de pessoas, como nos campos de refugiados de Ruanda”, explica a romena.

Se a opção é ajudar, Juliana e seus companheiros entram em contato com as autoridades locais, de forma direta

ou através de organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). As dificuldades em Ruanda começaram nas tentativas de entrar no país para uma avaliação. A MSF já trabalhava lá há mais de dois anos, quando se iniciou a guerra civil, em 6 de abril deste ano. O massacre começou e a MSF teve que sair do país. Para voltar, foram feitas várias tentativas, mas só em maio os voluntários conseguiram embarcar num avião da ONU e chegar a Kigali.

Uma das tarefas mais difíceis em Ruanda foi demonstrar que a MSF é uma organização humanitária e neutra. “A cidade estava deserta, havia desabrigados em hotéis, no aeroporto e no único hospital, que fica numa zona ocupada pelos rebeldes”, diz ela. Juliana expôs sua proposta aos líderes rebeldes (hoje no poder) e negociou a transformação do hospital em área neutra, para o atendimento de vítimas dos dois lados. “O maior problema foi convencer os rebeldes a não entrarem armados no hospital”, conta. Alguns feridos eram considerados prisioneiros dos rebeldes e muitos desapareceram dos leitos do hospital.

Em Ruanda, existem três etnias: os hutus (maioria), os tutsis (12% a 15% da população) e uma minoria de pigmeus que vivem nas matas. Ruanda foi

colônia belga até 1959, quando os colonizadores foram expulsos por uma rebelião popular. Na época, havia um governador belga e um rei tutsi no poder. Com o fim da colônia, os tutsis acabaram discriminados, perseguidos e massacrados pelos hutus, que se perpetuaram no poder, apesar de haver eleições.

A guerra civil recomeçou quando os tutsis, refugiados em Uganda, se armaram e voltaram para retomar o poder. Juliana Voicu explica que, em Ruanda, o conflito não coloca em confronto duas ideologias. “É uma guerra civil entre duas etnias em disputa pelo poder”, define ela. Nesse verdadeiro genocídio morreram mais de 500 mil pessoas, ou toda a população de uma cidade média brasileira, como Niterói (RJ).

Depois de negociar a segurança de seu pessoal, a MSF fez um convênio com os rebeldes para dar assistência médica durante três meses, mas o prazo foi prorrogado porque o governo não tem condições de tomar conta do hospital. Oficialmente, a guerra acabou em Ruanda, os rebeldes têm o controle do país e instalaram um novo governo, composto por líderes guerrilheiros e políticos de oposição ao antigo governo. Portanto, há hutus e tutsis no comando, hoje. A população está voltando para Kigali, que recupera aos poucos os sistemas de água, luz e telefone, com a ajuda da ONU e de outras ONGs.

A situação, porém, não é tão animadora. Os líderes hutus, derrotados, dominam imensos campos de refugiados e impedem a população de voltar ao país. Segundo Juliana, eles controlam na base do terror e estão se reorganizando militarmente para voltar a Ruanda e retomar o poder, como fizeram seus adversários. Ela chegou a conversar com líderes hutus em Benaco, campo de refugiados na Tanzânia, para saber o que pretendem. “Alguns não querem voltar, mas outros foram agressivos, não aceitam o governo da minoria tutsi e querem que as organizações humanitárias não-governamentais ajudem somente os refugiados”, revela.

Essa atitude gerou para as ONGs humanitárias e até para a ONU um dilema moral, que é o de estar ajudando um grupo que se prepara para cometer um outro massacre. “A população de Ruanda está toda envolvida numa histeria coletiva que leva ao genocídio”, constata Juliana Voicu.

# Minoria assistida

*No Rio, projeto ajuda a tratar os soropositivos condenados e a combater o grande índice de Aids dentro dos presídios*

**Paulo Marinho**

**E**nvolvendo questões delicadas para o ser humano, como a morte e a sexualidade, a Aids assume contornos dramáticos nas instituições que compõem o sistema penitenciário – onde o indivíduo desenvolve todas as atividades de sua vida em reduzido espaço físico. Geralmente abandonada pelo poder público em todo o país, foi no Rio de Janeiro, no entanto, que a população carcerária viu surgir o primeiro hospital da América Latina especializado no tratamento de condenados portadores do vírus. Pioneiro neste tipo de atendimento, o Rio conta também com um inédito programa de prevenção desenvolvido por familiares de presos.

Idealizada e viabilizada no âmbito do Instituto de Estudos Religiosos (Iser), a iniciativa conta com o apoio do Ministério da Saúde e recursos do Banco Mundial.

Colocada em prática em 1988, a primeira ação voltada para a Aids em presídios no Rio de Janeiro foi um levantamento mal conduzido, ao fim do qual chegou-se a um resultado não compatível com a realidade. Desenvolvido sem o rigor metodológico exigido, o trabalho indicou que apenas 1,8% da população carcerária estava infectada, enquanto em São Paulo, na mesma época, 10% dos apenados eram soropositivos. Quem lembra é a médica Eugênia Medlej, da Divisão Ambulatorial do Departamento do Sistema Penal do Estado do Rio: “Como os perfis dos presidiários dos dois estados são muito parecidos, desconfiamos dos dados e, no final de 1988 e início de 1989, desenvolvemos uma testagem com 50% dos reclusos.”

**Estudo cuidadoso** – Familiarizada com o dia-a-dia do sistema penal e estudiosa dos temas a ele relacionados, Eugênia recorda que o segundo levantamento foi conduzido com todo o cuidado, à luz de critérios rigorosamente éticos.



No Hospital Penal de Niterói, o tratamento dos condenados é humanizado



## Um jeito mecânico

cos e científicos: “Promovemos palestras em todas as cadeias, chamando a atenção dos presos para a importância de um trabalho cujos resultados seriam utilizados para sensibilizar as autoridades. Como não existe exame compulsório para Aids, os 7% que não concordaram com a pesquisa a ela não se submeteram. Com as informações, fizemos projeções e chegamos à conclusão de que 11% dos apenados estavam infectados pelo vírus.”

**Iniciativa** – Um grupo de profissionais do setor, tendo à frente o atual coordenador de Saúde do Desipe, Edison Biondi, projetou, em 1990, a transformação de um hospital numa unidade exclusivamente destinada ao atendimento de presidiários portadores do vírus HIV. “Percebemos que com uma simples transferência de recursos era possível humanizar o tratamento dispensado a nossos presos. Obtivemos o sinal verde do então governador Leonel Brizola, e usamos parte do dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliar e recuperar o Hospital Penal de Niterói”, lembra Biondi.

Inaugurada em março de 1994, a unidade hospitalar veio juntar-se ao programa de assistência, prevenção e educação em Saúde/Aids, que o Desipe conduz nos presídios com a participação da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e o Centro Nacional de Pesquisa em Aids, do Hospital Universitário Gaffrée Guinle. Trabalhando com a filosofia prevenir/tratar com profissionais especializados, o Departamento do Sistema Penal vem mudando radicalmente as expectativas dos reclusos portadores do vírus. “Já recebemos alguns doentes que, por falta de cuidados especializados, tinham seu estado agravado pelas infecções oportunistas e acabavam aparentando um quadro terminal. Hoje, o soropositivo que tem determinada patologia é internado, tratado, curado, e volta à sua unidade de origem” – acrescenta Biondi.

**Preconceito** – Acostumada a proferir palestras sobre “A Sexualidade no Sistema Penitenciário”, a médica Eugênia Mejlev reconhece que qualquer ação destinada a humanizar o tratamento de reclusos ainda é vista com um certo preconceito por boa parcela da sociedade. Ela explica: “Nosso trabalho toca na se-

xualidade e na morte, temas que o ser humano até hoje não conseguiu resolver direito; além disso, nossos esforços são dedicados a indivíduos que não costumam integrar o rol de prioridades das autoridades e, por isso, as pessoas estranham e até mesmo condenam o uso de recursos públicos para atendê-los.”

**Prevenção em presídios** – Responsável por mudanças no comportamento sexual da sociedade, a Aids – que mexe com tabus e conceitos morais arraigados – assume contornos delicados nas chamadas instituições totalizadoras, como os presídios, onde o indivíduo vivencia todas as situações do cotidiano em um espaço físico muito reduzido. Ali, o apenado vive, trabalha, tem seu lazer, relacionamentos, emoções,

*Qualquer ação destinada a humanizar o tratamento de reclusos ainda é olhada com certo preconceito por boa parcela da sociedade*

vida afetiva e sexual. A responsável pela Divisão de Ambulatório do Desipe alerta para a importância da prevenção, uma vez que muitos presos têm direito ao “parlatório”, regime no qual os contatos sexuais são permitidos entre cônjuges e companheiros em áreas reservadas da prisão. “Além disso, para o preso, o exercício de sua sexualidade é a garantia de que ele não foi totalmente despersonalizado. As relações homossexuais surgem também como forma de reagir ao sistema”, adverte Eugênia Mejlev.

**Participação** – Além da prevenção e da unidade hospitalar específica para apenados, o Desipe está desenvolvendo um projeto que visa a aprimorar o treinamento dos agentes penitenciários que ingressam no sistema. Coordenado pela médica Eugênia Mejlev, o trabalho, aprovado e financiado pelo Banco Mundial, também inclui os internos e seus familiares. No presídio Ari Franco, os próprios presos estão elaborando as ilustrações que vão ser usadas para orientar os participantes sobre a anatomia do corpo humano, doenças sexualmente transmissíveis, higiene, visitas íntimas e Aids.

**Hospital único** – Anexo ao presídio Ferreira Neto, o Hospital Penal de Niterói é o único da América Latina especializado no tratamento de apenados portadores do vírus da Aids. Localizada na Alameda São Boaventura, no bairro do Peixoto, a unidade é cercada de padrões de segurança e espaçosa área florida e arborizada. Funcionando desde junho do ano passado, já fez 100 internações e jamais teve os 30 leitos de que dispõe ocupados ao mesmo tempo. Seu diretor, o pneumologista Dagomar Martins, tem longa trajetória no sistema penal e atuava no presídio vizinho em 1984, quando começou a surgir os primeiros casos de Aids entre presidiários. Testemunha da progressiva deterioração que atingiu o antigo Hospital Penal nos anos 80, ele integrou o grupo de profissionais que idealizou sua transformação em unidade especializada no tratamento de presos: “Não enxergamos em nossos pacientes indivíduos desprovidos de direitos, e sim pessoas que necessitam de tratamento adequado para voltar ao convívio de seus companheiros na instituição de origem.”

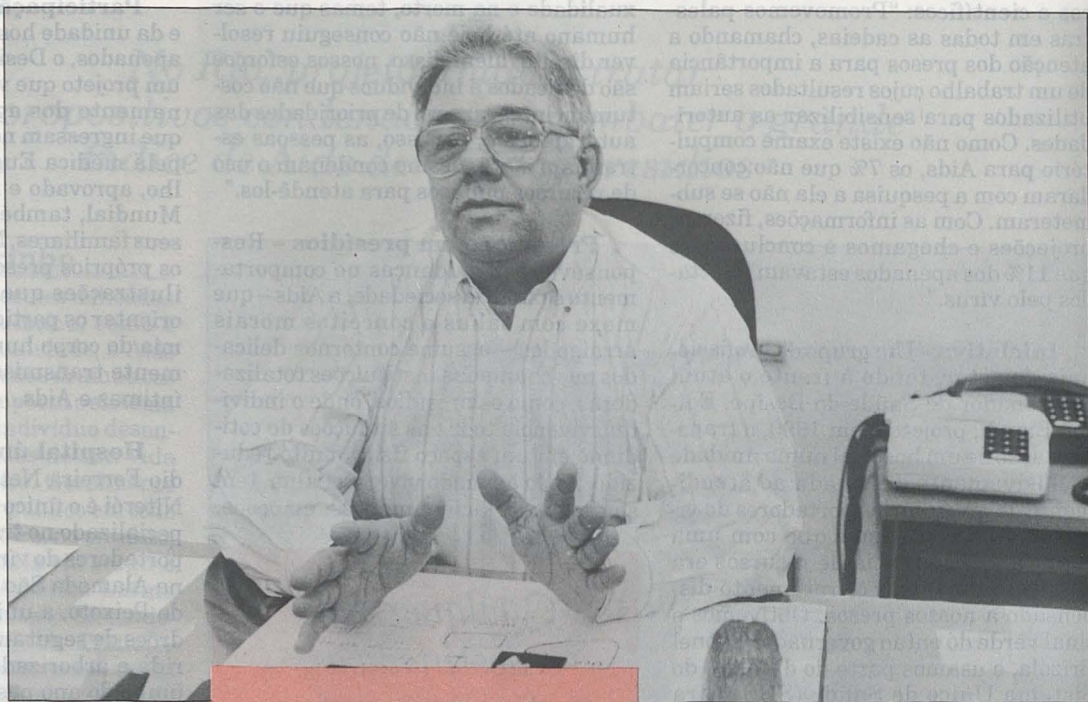
Favorável a que os detentos soropositivos do sistema sejam transferidos para o presídio Ferreira Neto, junto ao hospital, Dagomar entende que a medida facilitaria as remoções e o tratamento dos doentes. “Aqui atendemos um detento que ficou paraplégico por infecção na medula. A partir do momento em que passou a receber cuidados adequados, ele se recuperou, voltou a andar e retornou ao presídio onde cumpre pena”, explica.

**Equipe itinerante** – Com 22 pacientes internados no último mês de de-

# Minoria assistida

zembro, o Hospital Penal de Niterói conta com cerca de 60 profissionais concursados no estado do Rio em 1990. A instituição tem em seus quadros um cirurgião geral, um neurologista, um fisioterapeuta, um psiquiatra, duas assistentes sociais, dois psicólogos, um bioquímico, um farmacêutico, um infectologista, quatro técnicos em laboratório, um especialista em Centro de Tratamento Intensivo (CTI), seis diaristas, três plantonistas e 32 técnicos em enfermagem. Além de todos os equipamentos necessários ao funcionamento de uma unidade hospitalar, o HPN dispõe de um Centro de Estudos, farmácia e laboratório, que já está suprindo parte das necessidades do hospital. Semanalmente, uma equipe interdisciplinar itinerante percorre os presídios do sistema penal para acompanhar o estado de saúde dos cerca de 1.300 apenados infectados – 15% dos cerca de 8.700 presos do estado.

**Prevenção com familiares** – Única organização não-governamental (ONG) conveniada com o Desipe, o Iser desenvolve um inédito programa de prevenção contra Aids junto aos familiares dos detentos. Apoiado pelo Ministério da Saúde e financiado com recursos do Banco Mundial, o projeto, em andamento desde janeiro de 1994, originou-se do trabalho “Direitos Humanos em Cadeia”, realizado pelo mesmo Instituto nos presídios a partir de 1991. “Prestando assistência jurídica gratuita aos presos e a seus parentes, acabamos detectando sérios problemas de saúde no sistema. Definida a fonte de recursos, recrutamos e treinamos pessoas junto às famílias dos apenados e hoje temos oito agentes de saúde credenciados junto ao Desipe”, lembra a criadora e coordenadora do projeto, Simone Menezes.



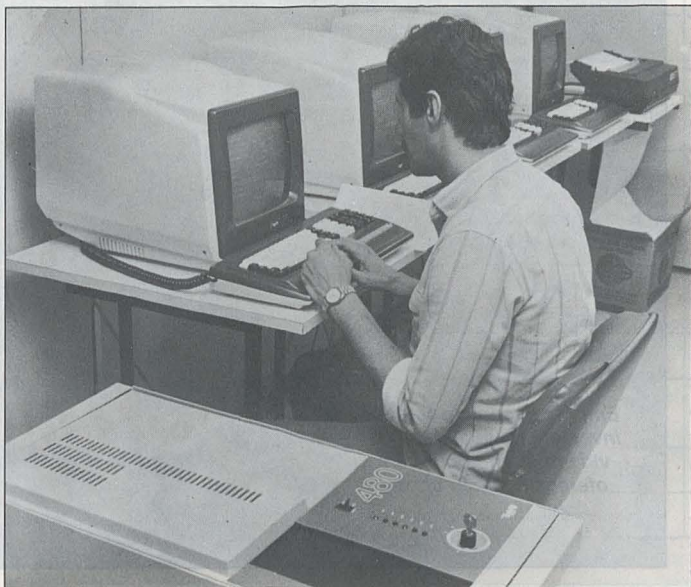
**Dagomar Martins:**  
*“Não vemos nos  
 pacientes  
 indivíduos  
 desprovidos de  
 direitos, e sim pessoas  
 que precisam  
 de tratamento  
 adequado”*

Contando com dois egressos do sistema penal entre os agentes, a equipe, que já acompanha cerca de 300 detentos, visita os presídios nos finais de semana e se reúne todas as segundas-feiras na sede do Iser, no bairro da Glória, Zona Sul do Rio. Nas visitas, o grupo identifica os problemas que estão ocorrendo, atende e encaminha pedidos de teste HIV e distribui uma média de 12 mil camisinhas por mês. Todos os da-

dos, inclusive os relativos ao recebimento de preservativos, são lançados numa planilha mantida no Instituto. “A família é ouvida com mais facilidade, dobra resistências e ainda consegue multiplicar a informação entre outros detentos e seus parentes; como, na maioria das vezes, o preso é mais assistido do que sua família, o fluxo de informações nos dois sentidos é altamente benéfico”, argumenta a advogada Simone Menezes.

**Organização** – Ex-estagiária do Desipe e casada com um apenado, Simone argumenta que o núcleo familiar, elo do preso com a sociedade, acaba aparecendo como alternativa às eventuais políticas públicas e evita problemas com a chamada descontinuidade administrativa, que geralmente ocorre quando há mudança de governo. Com o projeto de lançar a publicação *Rábula de bolso*, que vai orientar as pessoas a se locomover na área jurídica, ela assinala que a população carcerária, ao contrário de segmentos como o Movimento Negro, as prostitutas e os doentes mentais, “talvez seja a última minoria que até hoje não se organizou em uma entidade que represente seus interesses”.

# Um jeito mecânico de ser saudável



A maioria da população brasileira acorda sem estímulos e começa o dia contando as horas que faltam para acabar o expediente

## Tânia Coelho

**V**iver para morrer não é exatamente o desejo da maioria das pessoas. Sonhos, fantasias e projetos fazem parte da história do ser humano. No entanto, no Brasil, operários, gerentes, diretores, técnicos e peões sofrem, sem distinção de classe, sexo e idade, dos grandes males do século: têm péssimos hábitos alimentares e são sedentários. Também não importa a função. Podem ser empregados ou patrões, funcionários de empresas privadas ou órgãos públicos, de multinacionais ou estatais. A grande maioria da população brasileira acorda sem projetos, trabalha sem estímulos e começa o dia contando as horas que faltam para acabar o expediente ou os dias que a separam do fim de semana. É grande a insatisfação com o trabalho.

As conseqüências são, no mínimo, preocupantes. Levantamentos em empresas do Rio de Janeiro demonstram que mais de 70% dos trabalhadores são sedentários, cerca de um quarto têm excesso de peso, mais de 11% sofrem de hi-

pertensão arterial, quase um terço abusa do álcool e cerca de 10% já frequentam as estatísticas dos alcoólatras (*ver quadro*). Estes dados vêm sendo sistematizados pela Sempre Saúde, responsável pelo gerenciamento de saúde de empresas que buscam soluções para problemas que envolvem desde a qualidade de vida de seus empregados até a produtividade, afetada pelo alto índice de distúrbios apresentados pelos trabalhadores.

**Prevenção** – Além de oferecer assistência como qualquer plano de saúde, a Sempre atua dentro da empresa, com médicos próprios, de forma a avaliar a saúde da organização e propor um programa de prevenção.

Segundo a empresa, 3,7% das mulheres e 21,6% dos homens têm pressão alta e 80% deles não se tratam. E quem sofre de hipertensão jamais poderia trabalhar em situações de risco, já que bastaria uma simples taquicardia para provocar acidentes.

O levantamento inclui seis empresas – do setor financeiro, de prestação

*A tecnologia está transformando as pessoas em seres sedentários, e a maior prejudicada é a saúde física e espiritual*

de serviços e das áreas química e mecânica – com observações sobre um universo de 4.536 empregados. O problema comum a 72,4% deles é o sedentarismo, podendo gerar ou agravar obesidade, diabetes, hipertensão, estresse e alcoolismo. A grande proporção de fumantes – 30,8% de homens e 27,8% de mulheres – se traduz, para os empresários, em cifras que contabilizam as horas gastas ao fumar um cigarro, e conseqüentemente não-trabalhadas, e os custos com doenças relacionadas ao tabagismo: um fumante custa de US\$ 600 a US\$ 4.000 a mais para a empresa que o não-fumante.

Segundo o médico e diretor da Sempre Saúde, Jorge Wunsch, “a assistência médica vive, além da crise financeira na área pública, uma crise técnica com grande desperdício de dinheiro.

A população tem uma necessidade grande de consumir exames, e existe uma indústria querendo vender para que se pague os equipamentos que estão constantemente se renovando. Há três anos não havia ressonância magnética no Rio, um aparelho que custa

mais de um milhão de dólares, o mesmo preço do tomógrafo quando foi lançado, e que hoje pode ser comprado 50% mais barato. Isso tem que ser pago. O desperdício acontece pela falta de informação”.

**Saúde como produto** – Com a mercantilização da saúde, estão na ordem do dia as precárias condições de trabalho dos médicos e os baixos salários dos trabalhadores. Beneficiário de um plano de saúde, o operário que ganha de um a três salários não consegue comprar o remédio indicado pelo médico, principalmente os doentes crônicos, com hipertensão, por exemplo, que com drogas atualizadas, sem efeitos colaterais, têm custo médio mensal na faixa de 20 dólares.

Nesse caso, saúde e condições salariais se confundem. Não adianta ter ótima assistência médica se o salário não for melhorado. Até porque o doente vai preferir gastar com comida e não com remédio.

Se de um lado existe a preocupação com a saúde e o perfil do trabalhador, de outro, existe nas entidades empresariais uma tentativa de mudar para se tornarem, ou continuarem, competitivas. São mudanças que estão ocorrendo ainda de maneira muito tímida. O que prevalece são os planos de saúde convencionais com modelos que vieram para substituir o Inamps, com medicina assistencial e sem maior preocupação com qualidade de vida e relações de trabalho. E é exatamente aí que está a questão central.

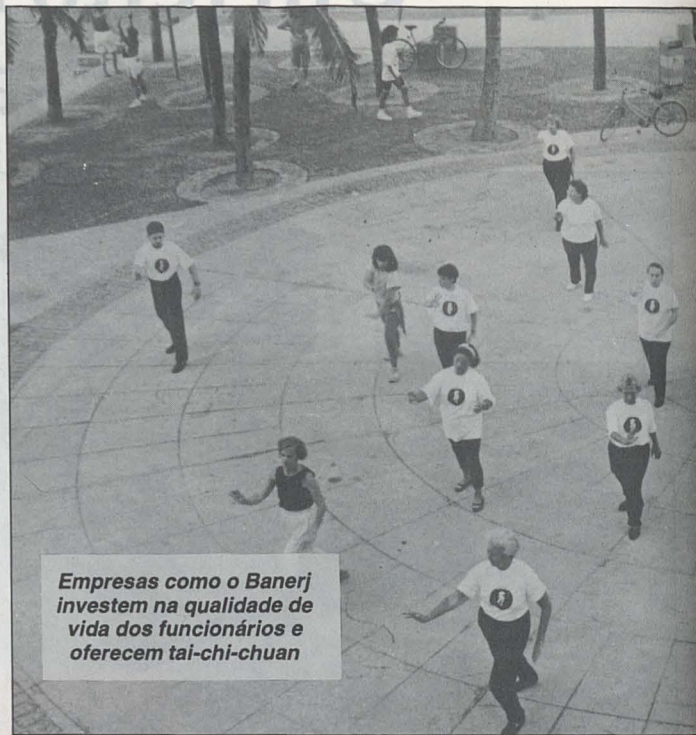
Jorge Gorember afirma: “O modelo empresarial brasileiro precisa avançar na sua relação com os trabalhadores. É preciso mudar o modo como se produz no país. Nesse sentido, o Brasil não saiu do Terceiro Mundo. Na medida em que as modificações das relações de trabalho acontecerem, vão ocorrer, inevitavelmente, mudanças no atendimento. É importante que os profissionais de saúde participem da modernização da empresa, como instrumento de uma nova política que valoriza a qualidade de vida.”

**Doenças do mundo** – O estresse, por exemplo, não afeta apenas os trabalhadores brasileiros. Em todo mundo, gasta-se verdadeiras fortunas com a chamada “doença do século”. Só os Es-

tados Unidos investem anualmente, segundo dados do Relatório Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1993, US\$ 200 bilhões (metade do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil) com faltas ao emprego, queda de produtividade, pedidos de indenização e serviços médicos. O mesmo documento conclui: “As empresas que provavelmente terão mais êxito no futuro serão as que ajudarem os trabalhadores a fazerem frente ao estresse e a recondicionarem o lugar de trabalho para adaptá-lo melhor às aspirações humanas.”

“São corpos infelizes, que vivem na cabeça e no estômago e o resto do corpo paga por esse cotidiano embrutecido, como se não existisse. Quando dói, procuram um médico”, esclarece a atriz e professora de dança e reeducação de postura corporal Rita Luppi, que, a partir de seu trabalho com grupos, elaborou um projeto para empresas para a introdução de programas de reeducação postural. Tais iniciativas, segundo ela, não se confundem com a prática de tai-chi-chuan, para o equilíbrio físico e mental, introduzida já em empresas como Embratel, Banerj e muitas outras, com horários opcionais aos funcionários interessados: “Não são programas de ginástica e sim de conscientização. Se você trabalha com movimentação maior na metade superior do corpo, como as pessoas que lidam com computador, é preciso que descubra, além dos grupos de músculos que estão sendo sacrificados, o nível do estresse muscular dessas atividades. Isso reverte em lucro e economia de esforço, e, conseqüentemente, em mais prazer e maior produtividade.”

As estatísticas de Rita Luppi confir-



*Empresas como o Banerj investem na qualidade de vida dos funcionários e oferecem tai-chi-chuan*

mam os dados da Sempre Saúde, acrescentando à lista de doenças profissionais uma altíssima incidência de problemas respiratórios e de coluna.

A professora ainda acrescenta que 99% não sabem sentar e nem sequer distribuir o peso do corpo: “Isso deveria ser ensinado nas aulas de educação física nas escolas, ao invés de ficarem voltadas mais para os jogos e o desempenho físico. É um trabalho sem preocupação com o desenvolvimento das estruturas óssea e muscular ou ainda com questões relacionadas à coordenação motora. O que vemos hoje, inclusive nas academias, é um grande investimento do ponto de vista estético e pouquíssimo na saúde do corpo.”

O que Rita Luppi propõe são palestras de conscientização e aulas práticas diretamente relacionadas à cultura de cada empresa. “Falta tranquilidade, e aí poderíamos desfiar uma série de razões como violência, salário, alta rotatividade no emprego etc. Mas, basicamente, falta tranquilidade e, com isso, até a respiração fica curta; nem o respirar natural é preservado.” Investir na saúde, conclui Rita, é se sentir mais íntimo do corpo, é investir num processo crescente de auto-estima e, com certeza, em uma outra cultura.



### Resultados de avaliação médica em empresas de serviços

Total de pessoas: 4.536

	Mascu- lino	Percen- tual	Femi- nino	Percen- tual	Total	Percen- tual
Total de examinados	1944	42,86%	2592	57,14%	4536	
Fumantes	600	30,86%	720	27,78%	1320	29,10%
Sedentários	1296	66,67%	1992	76,85%	3288	72,49%
Com excesso peso	504	25,93%	468	18,06%	972	21,43%
Último preventivo mais de um ano	0		900	34,72%	900	34,72%
Não fazem anticoncepção	0		372	14,35%	372	14,35%
Não previnem Aids	264	13,58%	324	12,50%	588	12,96%
Hipertensão arterial sistêmica	420	21,60	96	3,70%	516	11,38%
Abusadores de álcool	650	33,44%	625	24,11%	1275	28,11%
Alcoolismo	205	10,55%	220	8,49%	425	9,37%

**Sereia da eficiência** – Abordando a cultura, o trabalho e as transformações empresariais em curso, o psicanalista Carlos Rossi participou da XXX Reunião Senai/Empresas, realizada em novembro passado no Rio de Janeiro. Para ele, cada época tem seus objetos de paixão e a eficiência é o grande objeto apaixonante do nosso tempo.

“O robô é o filho legítimo do nosso século apaixonado pela eficiência. Os seres humanos poderão ficar em casa imóveis, com um mínimo de desperdício de energia acompanhando em seus terminais de computador como os seus robôs estão se saindo contra os robôs da concorrência, e tendo imenso prazer com isso. Só que o homem moderno, completamente apaixonado pela eficiência, está esquecendo dos outros prazeres e isso o está enfraquecendo espiritualmente, animicamente”, afirma Carlos Rossi.

Para ele, todo “apaixonamento” depende da concentração de todos os interesses numa única coisa ou numa única pessoa que se transforma na razão do viver. A cura de qualquer paixão passa pela dispersão, pela variação de interesses. Para que o homem contemporâneo se liberte da “sereia da eficiência”, precisa rapidamente

tentar se envolver com outros amores. Neste sentido, Rossi cita “a arte, mas não a arte de milhões de dólares; o esporte, mas não o esporte da olimpíada, e sim aquele gostoso de praticar entre amigos; o amor, mas o amor do tipo com poucos orgasmos, só de vez em quando, com calma; o lazer, mas não o da melhor estação de esqui, com a melhor companhia de turismo, acompanhado das melhores pessoas para ver e ser visto, e sim aquele do tipo em casa, sossegado”, e assim por diante. Para ganhar a guerra da saúde física e mental é preciso calma, ou como lembra a professora Rita Luppi, tranquilidade.

**Qualidade + eficiência** – As grandes empresas estão preocupadas hoje com a qualidade associada à eficiência. É inevitável que, em paralelo, surjam os temas do cansaço, da insatisfação e da desilusão, diagnosticados por todos os profissionais de saúde que hoje associam qualidade à qualidade da vida humana.

E é neste sentido que o professor Rossi lembrou a possibilidade do Brasil ter algo inspirador para o século XXI, partindo do raciocínio de que, em geral, quando se compara o povo brasileiro

com o do Primeiro Mundo, as nossas características destacadas são, inevitavelmente, a teimosia, a ineficiência e a preguiça.

Na opinião de Rossi e de outros especialistas, o Primeiro Mundo é aqui, exatamente porque aqui existe uma qualidade de vida emocional que a Europa já perdeu. Talvez isso que chamamos de preguiça, de resistência, de teimosia, seja uma certa oposição, uma certa recusa de se apaixonar por essa eficiência cega e absoluta.

“O brasileiro está sendo arrastado para isso. É inevitável até porque vivemos na orquestra das nações e vamos ter que dançar a música da humanidade. Mas talvez da mesma forma como alguns consideram que a Floresta Amazônica é o pulmão do mundo, talvez Macunaíma, o espírito mítico do nosso povo, possa ser o pulmão afetivo para a humanidade”, conclui o psicanalista. Ou seja, antes de desqualificarmos essa tendência nacional, não custa refletir sobre ela. Talvez ainda exista, culturalmente, em nossa terra, de uma forma espontânea, ingredientes que permitirão, quem sabe junto com os profissionais da área de saúde e com uma nova cultura empresarial, que o brasileiro se salve da “robotização da alma”. ■

# A força do sexo frágil

*ONG desenvolve projetos educativos em comunidades carentes, divulgando aspectos ligados à cidadania sob uma ótica feminina*

## Juliana Iooty

**A** pobreza é feminina. E não só devido ao artigo que a precede e lhe determina o gênero. Ao longo das últimas décadas, as mulheres têm se tornado as mais pobres entre os pobres do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas, a mulher representa 51% da população mundial e, apesar de sua jornada diária (na maioria das vezes dupla) representar 70% das horas trabalhadas no mundo, ganha apenas 10% do total de salários em todo o planeta.



Beatriz Cannabrava (foto pequena): vinte anos de experiência com projetos para mulheres de baixa renda

Na tentativa de apoiar as mulheres empobrecidas da América Latina, a Rede de Educação Popular entre Mulheres (Repem), organização não-governamental fundada em 1981 que trabalha em 20 países do continente, vem desenvolvendo há três anos uma campanha denominada "Educar para não discriminar". O objetivo da Rede é realizar um trabalho de educação popular sob uma "ótica de gênero", ou seja, levar a cabo projetos de educação feministas com vistas a desenvolver uma forma de consciência nas mulheres de comunidades carentes que as faça conhecer seus direitos, a importância que têm no mercado de trabalho e na vida em sociedade, seja como mães, trabalhadoras ou chefes de família.

**Projetos educacionais** – A Repem pode ser descrita como uma entidade supranacional. Dividida em cinco regiões administrativas – Cone Sul, Andina, América Central e Caribe, Brasil e México, que são considerados regiões devido à sua dimensão – a entidade tem como presidente a mexicana Eleanora Idacomte. A Rede é composta por ONGs instituídas oficialmente ou grupos de mulheres sem estrutura formal. No Brasil, são 22 instituições filiadas, a maior parte delas no Nordeste.

A educadora popular paulista Beatriz Cannabrava tem mais de 20 anos de experiência em projetos desenvolvidos com populações de baixa renda, particularmente com

mulheres. Beatriz é membro da Rede Mulher – entidade brasileira que esteve entre as fundadoras da Repem – e coordenadora da região Brasil, além de ocupar a vice-presidência da rede latino-americana.

Embora a ideia do programa não seja a de suprir as carências do sistema de educação, seguindo os métodos tradicionais de ensino, a Repem tenta, sempre que possível, inserir-se no contexto do ensino tradicional. Segundo Bia – como é conhecida Beatriz Cannabrava entre os amigos e colaboradores –, a ideia é a de desenvolver projetos de educação não-formal.

Atualmente, a instituição vem desenvolvendo dois projetos na América Latina. Um deles, sobre Mulher e Economia Popular, foi iniciado em 1994 e financiado pela entidade dinamarquesa Kulu. O projeto formou um grupo de trabalho composto por mulheres de ONGs de vários países com experiência em iniciativas de geração de renda. A ideia é sistematizar cada experiência particular para que estas possam servir a outros grupos como metodologia de trabalho. No Brasil, por exemplo, o Centro Josué de Castro, em Pernambuco, participa do grupo de trabalho da Repem em um projeto com as mulheres "pescadeiras" (mulheres que têm por ofício a pescaria e não as mulheres de pescadores).

Uma outra iniciativa, comum a toda a rede, é o chamado Projeto de Liderança. Como parte dele, foi realizado um seminário onde se discutiram as principais características da liderança no movimento de mulheres. Do encontro saíram projetos de alguns países sobre o estudo das lideranças femininas.

**Oficinas** – No Brasil, em 1993, a Repem e a Rede Mulher conseguiram criar várias oficinas do projeto Educar. Uma delas junto ao movimento negro paulista, cuja base principal é a cidade portuária de Santos, abordando a educação discriminadora como geradora de violência. Outra foi realizada com movi-



*Elas se preocupam  
cada vez mais com  
sua qualificação  
profissional e  
reivindicam  
melhoria de  
qualidade de vida*

mentos da cidade de Ribeirão Preto, também em São Paulo, com vários grupos de mulheres. No Nordeste, formou-se uma coordenação de oito entidades de mulheres de Pernambuco, Alagoas e da Paraíba, que estruturaram a campanha Educar para 1994. Um dos principais problemas enfrentados pela Repem no Brasil é o da carência de recursos. "Promover uma campanha sem dinheiro para produzir sequer um cartaz é muito difícil", lamenta Beatriz, acrescentando que no país o trabalho da Repem caminha com lentidão.

Apesar do ritmo dos projetos no Brasil, a educadora afirma que pode reconhecer alguns avanços de conscientização de mulheres ao longo do tempo. Segundo ela, a demanda das mulheres que participavam dos programas da

rede sofreu variações. "Quando começamos o trabalho no Brasil, existia uma necessidade de trabalhar a identidade feminina". A educadora acrescenta que a necessidade de descobrir a própria identidade foi seguida pela discussão em torno dos direitos da mulher – que coincidiu com o período da elaboração da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a especialista, este despertar para os direitos da mulher foi sólido e permanece um ponto muito fértil de discussão e de trabalho.

Uma das áreas programáticas atuais da Rede é a chamada "Direitos da mulher são Direitos Humanos", que inclui vários projetos. A última vertente é a que gira em torno da questão ambiental. Para Beatriz Cannabrava, as mulheres começaram a perceber a estreita relação entre saúde e meio ambiente, vinculando a questão ambiental à luta pela melhoria da qualidade de vida. "Assim como reivindicações por creches e postos de saúde, a defesa do meio ambiente passou a ser uma exigência das mulheres".

**Qualificação profissional** – Mas nos últimos anos, com o agravamento da crise econômica, a geração de renda e o mercado de trabalho passaram a ser temas cuja abordagem tornou-se urgente nos grupos de trabalho. De acordo com Beatriz Cannabrava, as mulheres preocupam-se cada vez mais com sua

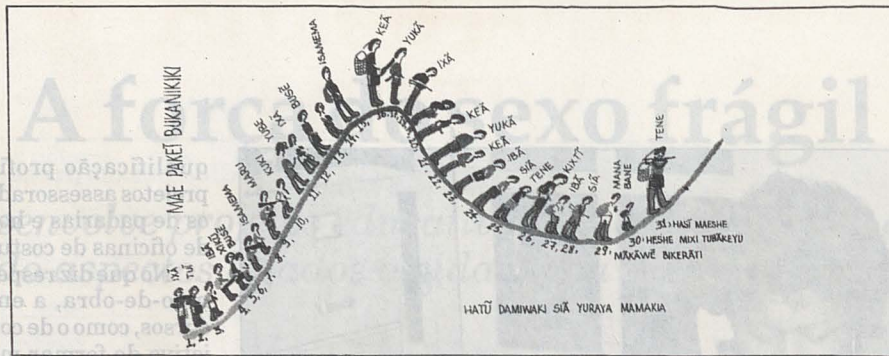
qualificação profissional. Dentre os projetos assessorados pela Repem estão os de padarias e hortas comunitárias e de oficinas de costura.

No que diz respeito à qualificação da mão-de-obra, a entidade desenvolve cursos, como o de computação, com o objetivo de formar monitoras que trabalharão posteriormente nos centros comunitários dos bairros, ensinando aos jovens a operar computadores. De certa forma, segundo Beatriz, a carência de recursos é suprida nas comunidades através da contribuição voluntária de centros, associações e até mesmo de paróquias locais. "Um cede o espaço, outros se cotizam para pagar a luz e outro doa o computador velho", conta.

Além da experiência como coordenadora regional da Repem, a educadora paulista participa também da entidade Rede Mulher, sediada em São Paulo e à qual são filiadas dezenas de instituições de apoio à mulher em todo o país. Em 1988, a Rede Mulher participou, juntamente com 75 outras entidades de todo o Brasil, da elaboração e envio de emendas populares à Assembléia Constituinte. Como consequência, passou vários anos trabalhando com os direitos da mulher, o que hoje se transformou em uma linha programática da instituição.

Além disso, a Rede Mulher participa da Campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A entidade trabalha nos três níveis da campanha: coletando e distribuindo alimentos, gerando empregos através das hortas comunitárias e discutindo a segurança alimentar.

Em julho deste ano, num seminário em Montevideu, capital uruguaia, organizado pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos, Beatriz levou a experiência da Rede Mulher junto à campanha da Fome, como forma de minimizar os efeitos da miséria sobre o ser humano, e consequentemente sobre a mulher. Como exemplo, ela cita um cadastramento feito em um bairro pobre da periferia de São Paulo, onde das 36 famílias que se inscreveram para receber as doações mensais de cestas básicas, 20 eram chefiadas por mulheres, entre mães solteiras, viúvas ou mulheres abandonadas pelos maridos. Muitas destas foram chamadas para trabalhar no projeto das hortas comunitárias.



Autodemarkação do território caxinauá, que ilustra um livro de leitura feito pelos índios

# Novos caminhos da educação

*Tese de Mestrado feita a partir de diários de classe de professores índios do Acre analisa a escola da floresta e mostra a tensão entre oralidade e escrita nas comunidades indígenas*

**Cláudia Neiva de Matos \***

**A** pesar de certo descrédito que atualmente atinge a capacidade acadêmica de produzir conhecimento eficaz, a Universidade brasileira não tem deixado de contribuir para o equacionamento de muitos problemas do país. Como exemplo, poderíamos apontar uma recente dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada “A construção de currículos indígenas nos diários de classe: estudo do caso Kaxinawá/Acre”. Em contrapartida, não se pode negar o frôloço que esse trabalho mantém com os espaços acadêmicos tradicionais. A autora, Nietta Lindenberg do Monte, após concluir a graduação em Letras, afastou-se da Universidade. Instalada no Acre, participou da criação da ONG Comissão Pró-Índio/AC, que nos últimos 13 anos vem reunindo em Rio Branco, a cada verão, professores indígenas oriundos de diferentes aldeias e nações. Sob orientação de assessores-consultores de várias universidades, esses professores iniciam-se ou aperfeiçoam-se em Língua portuguesa, Língua indígena, Matemática, Geografia, Pedagogia indígena etc.

Essa inovadora experiência pedagógica teria motivado Nietta a optar pelo curso de Educação, domínio propício para cultivar um conhecimento de feição e direcionamento empíricos, situando o trabalho no “intermezzo entre a etnografia educacional e a pesquisa ação

participante”. A discussão da educação indígena nasce e desdobra-se sobre o chão vivo e concreto do que já se fez e do que ainda se pretende fazer. Renuncia-se à escolha prévia de categorias analíticas para deixá-la surgir no próprio processo de reflexão.

Um dos aspectos mais inovadores da dissertação é o próprio *corpus* de análise: os diários de classe de três professores Kaxinawá do rio Jordão, a quem o texto é dedicado. O material a ser trabalhado não sofre a intermediação da coleta e registro por parte do pesquisador. Ele é fornecido diretamente por escrito, pronto e acabado, pelos próprios sujeitos da questão.

Os diários são minuciosamente explorados: observam-se conteúdos, estruturas sintáticas, modos de integração professor/aluno, processos avaliativos, perspectivas sobre escola e ensino enunciadas pelos autores ou manifestadas pelas práticas pedagógicas. A função dos diários de classe extrapola o simples planejamento, registro e controle das atividades escolares. Como exercícios de organização e abstração lógicas realizadas via linguagem escrita, os diários encaminham uma reflexão sobre o funcionamento das escolas e a prática sócio-pedagógica, constituindo-se como verdadeiros instrumentos de contínua formação docente. Revelam também a “tensão entre oralidade e escrita” que afeta uma sociedade de letramento recente. Nesse quadro a experiência intelectual da escrita estimula e instrumentaliza a elaboração de

um novo tipo de espírito crítico, funcionando como um “veículo de controle sobre a realidade”.

Para o leitor situado na cultura do branco, esse contato com o olhar/palavra do Outro é reforçado pela reprodução de desenhos coloridos com que os professores ilustram seus diários. Esses elementos visuais integrados ao texto da dissertação propiciam algo a que a própria autora declara ter encontrado no contato com os cadernos Kaxinawá: “uma leitura experimentada com forte emoção estética”.

A prática resulta em elaboração teórica capaz de, por sua vez, contribuir para a problematização e enriquecimento da própria prática. Não é à toa que o último capítulo se intitula “Conclusão com perspectivas”. O trabalho intelectual reverte funcionalmente para o processo de construção dos currículos das escolas, além de iluminar territórios contíguos (educação não-indígena, processos linguísticos, política sócio-cultural etc.).

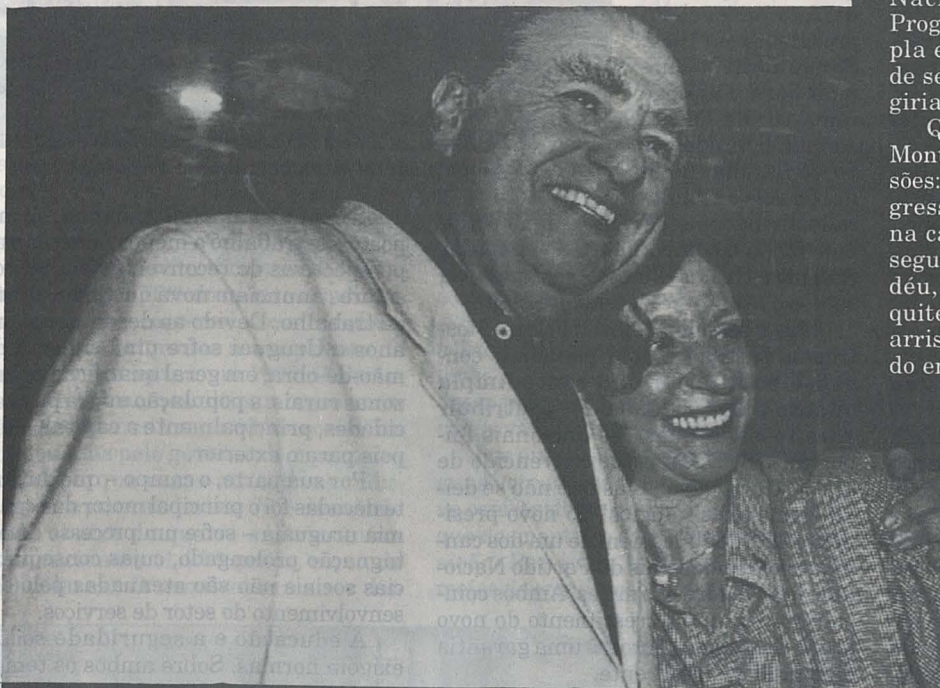
Um itinerário laborioso reuniu a Universidade e a escola da floresta. Num país multicetado e sofrido, em constante e precisão de soluções para seus graves problemas, essa “interação educativa” é uma realização feliz. E mostra como permanece atual e oportuna a exortação que, há mais de 50 anos, Mário de Andrade dirigia ao jovem poeta Drummond: “Devote-se ao Brasil, Carlos! Nós temos de ser professores!”

\* Professora de Literatura na UFF e autora de *A Poesia Popular na República das Letras: Sílvio Romero folclorista*



# Eleição enterra bipartidarismo

*O voto do eleitorado uruguaio em três opções políticas decreta o fim do bipartidarismo e exige do novo presidente uma hábil negociação para poder governar*



*Neste seu segundo mandato, o presidente Sanguinetti precisará de grande habilidade para governar, dividindo as responsabilidades com a Frente Ampla e o Partido Nacional*

## Guillermo Chifflet

**E**m 27 de novembro, ao final de um dia de sol, havia uma grande expectativa no Uruguai. As pesquisas prévias à eleição geral – a terceira desde a redemocratização, dez anos atrás – falavam de um inédito “empate técnico” entre as três forças políticas de expressão nacional: o Partido Colorado, o Partido Nacional (ou Blanco) e o Encontro Progressista, que reúne a Frente Ampla e dirigentes blancos dissidentes de seu partido. A última palavra surgiria das urnas.

Quando começou a contagem em Montevideu, se confirmaram as previsões: a esquerda, com o Encontro Progressista, vencia por ampla margem na capital. Conquistava, assim, pela segunda vez a prefeitura de Montevideu, agora com a candidatura do arquiteto Mariano Arana. Mas ninguém arriscava um prognóstico do resultado em todo o país.

No entanto, um dos canais privados revelou o que indicavam, segundo alguns analistas, as pesquisas “de boca de urna”: a esquerda ganharia também no plano nacional. Na principal avenida de Montevideu, uma multidão – que durante todo o dia havia tomado as ruas com bandeiras tricolores da Frente Ampla – começou as comemorações gritando em coro: “E já se vê, e já se vê, o presidente é Tabaré”, referindo-se ao candidato presidencial do Encontro Progressista, Tabaré Vázquez, que foi o prefeito de Montevideu de 1989 a 1994.

Não obstante, os dirigentes do Encontro não se pronunciavam sobre os resultados. Desde a véspera manifestações e caravanas anunciavam, em clima de festa, a convicção da vitória em Montevideu, mas eram precárias as informações disponíveis sobre o potencial eleitoral da esquerda no interior do país. De fato, havia poucos elementos para saber se o

predomínio tradicional de brancos e colorados desta vez havia sido rompido.

**Os números finais** – Finalizado, entre sustos e surpresas, o escrutínio, os resultados finais eram os seguintes: 92% dos eleitores (o voto é obrigatório) compareceram às urnas, isto é 2.022.184 cidadãos. O Partido Colorado, dentro do qual teve ampla maioria a chapa integrada por Julio María Sanguinetti e Hugo Batalla<sup>1</sup>, obteve 32,3% do total dos votos. O Partido Nacional recebeu 31,05% dos sufrágios e o Encontro Progressista 30,8%. Os demais partidos obtiveram em conjunto pouco mais de 0,7% (à exceção do denominado Novo Espaço, cujo candidato à presidência foi o jovem deputado Rafael Michelini<sup>2</sup>, que obteve cerca de 5,2%).

Após serem conhecidos os resultados, dois fatos foram destacados por todos os meios de comunicação. O primeiro, o fim do bipartidarismo tradicional: o Uruguai tem, agora, três forças extremamente equilibradas. Em segundo lugar, o crescimento espetacular da esquerda, que não só recebeu 44% dos votos emitidos na capital, como cresceu 46% em todo o país.

A América Latina tem consciência do profundo significado deste avanço dos setores progressistas ou, em todo caso, do equilíbrio de forças que surge do resultado eleitoral uruguaio, sobretudo em um momento de refluxo da esquerda a nível mundial. Mas, a partir de outra perspectiva (e com distinta objetividade), um canal de televisão da França somou votos dos brancos e colorados para informar que a esquerda havia sido “esmagada”.

**Disciplina partidária** – O presidente eleito, Julio María Sanguinetti – que já tinha ocupado a presidência entre 1984 e 1989, no período de transição democrática posterior à ditadura militar – tem ampla experiência política e, como é habitual em todo candidato recém-eleito, se mostrou partidário de um acordo nacional. Em suas primeiras declarações à imprensa disse que não teria inconveniente em chegar a acordos com o senador Danilo Astori, que confirmou seu peso político ao receber para sua corrente “Assembléia Uruguai” o maior caudal de votos dentro do Encontro Progressista.

Mas, simultaneamente, Sanguinetti reiterou críticas aos setores que chamou de “radicais” dentro da Frente Ampla. A resposta de Astori, mostrando sua disposição em colaborar com o presidente, despertou certa inquietação em militantes de esquerda que não esqueciam um fato: ao ser eleito presidente em 1984, Sanguinetti só chamou para o diálogo um setor da Frente Ampla, liderado por Hugo Batalla. Ao final de dois anos, Batalla abandonou a Frente Ampla e acabou sendo o companheiro de chapa de Sanguinetti nas eleições passadas, ou seja, é o atual vice-presidente eleito.

Mas o senador Astori foi claro. Mostrou-se partidário de ir ganhando consenso no interior da Frente Ampla quanto à necessidade de “contribuir para resolver questões nacionais importantes”. Disse estar convencido de que isso é possível, mas que não se deixa levar pelos “elogios” do novo presidente da República nem de um dos candidatos presidenciais do Partido Nacional, Juan Andrés Ramírez. Ambos coincidiram em que o crescimento do novo grupo do senador Astori é uma garantia de mudanças na Frente.

“No plano pessoal agradeço as opiniões sobre mim – respondeu Astori –, mas como dirigentes experimentados que são compreenderão que, antes de tudo, somos uma organização frente-amplista e que nos submeteremos a tudo o que a Frente Ampla decida, gostemos ou não. E eu acredito na disciplina. É fundamental na vida política e é a única coisa que torna uma organização previsível e portanto confiável.”

**Estagnação econômica** – As forças políticas que dirigirão o país precisarão encontrar fórmulas para tirar o país da atual estagnação econômica. Em primeiro lugar, é necessário criar novas fontes de trabalho. Nos últimos cinco anos, um grande número de in-



A propaganda eleitoral já anunciava uma disputa acirrada

dústrias faliram. Hoje, existem 70 mil postos de trabalho a menos no setor e as perspectivas de reconversão em outros setores anunciam nova queda na oferta de trabalho. Devido ao desemprego, há anos o Uruguai sofre uma sangria de mão-de-obra, em geral qualificada. Das zonas rurais, a população migra para as cidades, principalmente a capital, e depois para o exterior.

Por sua parte, o campo – que durante décadas foi o principal motor da economia uruguaia – sofre um processo de estagnação prolongado, cujas consequências sociais não são atenuadas pelo desenvolvimento do setor de serviços.

A educação e a seguridade social exigem normas. Sobre ambos os temas se realizaram plebiscitos, paralelos à eleição nacional. Setores vinculados ao ensino recolheram quase meio milhão de assinaturas pedindo um plebiscito onde os cidadãos se pronunciariam sobre um texto que incluiria, na Constituição, a obrigação de que o governo destinasse 27% do orçamento nacional (4,5% do Produto Interno Bruto) ao sistema público de ensino.

Na campanha eleitoral se enfrentaram duas posições. Os adversários da proposta de se conceder esse percentual ao ensino – ou seja, todos os partidos menos os que integram o Encontro Progressista – perguntavam: “O que acontecerá se outros setores, como a saúde, por exemplo, depois exigirem o mesmo? E se os policiais reclamarem uma dispo-

sição similar? Uma reivindicação assim não é corporativismo?"

Os argumentos em favor da proposta recordaram que, na década de 60, o Uruguai destinou um percentual similar à educação e os problemas do setor não eram tão graves como os atuais. E que técnicos e especialistas aconselham destinar pelo menos 6% do Produto Interno Bruto à educação (como no país 80% do ensino é público, os professores propunham 4,5%). Sobretudo insistiram em que há caminhos para obter esses recursos, como uma ampla reforma fiscal.

O resultado foi que os votos a favor da reforma (31,7%) não alcançaram 35% do total de eleitores, como exige a Constituição. Em compensação, no segundo plebiscito (sobre seguridade social) recebeu um rio de votos a proposta das organizações de aposentados, da Central Operária (PIT-CNT) e da Associação de Trabalhadores da Seguridade Social.

Nesse plebiscito, ficaram abolidas, por decisão de 70% dos eleitores, disposições legais incorporadas por brancos e setores dos colorados a um projeto de Rendição de Contas, em 1992. O Parlamento rejeitou, nos últimos cinco anos, várias reformas à seguridade social impulsionadas pelo governo. Em primeiro lugar, porque essas iniciativas reduzem as aposentadorias, 76% das quais estão abaixo de quatro salários mínimos nacionais (1.900 pesos, cerca de 380 dólares). O tema voltará a ser dis-

cutido este ano, certamente com ampla repercussão.

Uma reforma da seguridade similar à chilena (onde foi privatizada) ou à Argentina, despertaria, sem dúvida, forte oposição dos aposentados e pensionistas, que estão organizados e têm travado com sucesso importantes lutas, além de contar com representantes leais na direção da seguridade social. A realidade obrigará, também, a negociações com os interessados.

### Montevideu é da Frente Ampla

No plano municipal, a vitória da esquerda em Montevideu, onde vive quase a metade da população do país, resultou num respaldo à figura de Tabaré Vázquez (ex-prefeito e líder de grande apoio popular) e do arquiteto Mariano Arana, eleito por esmagadora maioria. Isto demonstra que a experiência de uma gestão de esquerda na capital foi especialmente fecunda.

A medida que a oposição política à Frente Ampla aumentava suas críticas contra a administração municipal da esquerda, mais crescia o apoio popular a Tabaré Vázquez. Parecia que a população sentia necessidade de contestar dessa maneira a injustiça ou o que considerava um ataque exagerado.

Por outra parte, a linguagem de alguns vereadores da oposição contrastava com o esforço e os avanços da cidade, que desmentiam sempre a fúria da oposição. Por outro lado, ao assistir aos meios de comunicação, o montevideano

aprendeu a distinguir a realidade do ânimo político de seus donos.

Pela primeira vez, além disso, um prefeito não dirigiu sua gestão a partir do Palácio Municipal. Tabaré realizava com frequência reuniões com sua equipe de governo nos próprios bairros e com a participação dos moradores. Participação e descentralização, superando todas as dificuldades (em mais de uma oportunidade, o Poder Legislativo freou as decisões do prefeito), começaram a se tornar realidade no município de Montevideu.

O arquiteto Mariano Arana recebe, agora, o governo municipal. Ninguém duvida que aprofundará as realizações do seu antecessor. Pessoalmente nos informou, já há algum tempo, que em seu governo só se ingressará ao município (caso haja necessidade) por concurso, ou por sorteio, quando a primeira via não for possível. Para a designação de seu gabinete, além disso, não haverá divisão de cargos em função da quantidade de votos de cada setor, mas unicamente partindo de análises da capacidade de cada colaborador.

Falando de Montevideu, do egoísmo ou da solidariedade na ação urbana, da necessidade de melhorar (coletivamente, coordenando ações) a estrutura física e ambiental da cidade, Arana já havia conseguido atuar, semeando idéias e valores democráticos, em tempos de silêncio e ditadura. Agora, com a mesma simplicidade e cordialidade com que ganhou o coração da população, reafirma todos os seus princípios.

Tabaré Vázquez e o novo prefeito constituem pilares básicos de uma esquerda que — a partir de 1971 e apesar de anos de repressão, tortura e crimes — continua crescendo.



A cédula amarela, em favor da reforma da Constituição para ampliar os recursos destinados ao ensino, não conseguiu o número necessário de votos

<sup>1</sup>No Uruguai vigora a chamada "lei de sublegendas", que permite que um mesmo partido tenha vários candidatos à presidência da República. De 1934 até hoje, a norma resultou um expediente importante para manter em um mesmo partido tendências discrepantes e os chamados partidos tradicionais (Colorado e Blanco) no Poder Executivo. A esquerda, que se opõe à lei de sublegendas, sempre apresentou candidato único à presidência.

Na última eleição, no Partido Colorado acumularam votos três chapas, encabeçadas por Julio María Sanguinetti, Jorge Battle e o ex-presidente Jorge Pacheco Areco. O Partido Nacional propôs três chapas à presidência, encabeçadas por Alberto Volonté, Juan Andrés Ramírez e o senador Carlos Julio Peyreya. A esquerda, que se agrupou sob o lema Encontro Progressista, lançou à presidência Tabaré Vázquez, ex-prefeito da capital.

<sup>2</sup>Rafael Michelini é filho do senador Zelmario Michelini, assassinado em Buenos Aires, possivelmente a mando da ditadura militar uruguaia, junto com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Héctor Gutiérrez Ruiz, em maio de 1976.



## Solidariedade sem pré-condições

*Parlamentares, sindicalistas e jovens do mundo inteiro se reúnem em Havana para denunciar o bloqueio imposto ao país há 30 anos pelos Estados Unidos*

### Claudia Guimarães

**N**o hall do amplo teatro Karl Marx, o que mais chamava a atenção era a diversidade de povos e culturas. Latino-americanos, europeus, norte-americanos, africanos, asiáticos...de todas as partes do mundo haviam chegado pessoas para prestar seu apoio ao povo cubano. Durante cinco dias, Havana se transformou em uma autêntica Torre de Babel, graças à presença de 2.700 delegados de 108 países, que participaram em fins de novembro do

primeiro encontro mundial de solidariedade com Cuba.

A denúncia contra o bloqueio decretado pelos Estados Unidos há 30 anos dominou os debates. Entre os que se posicionaram contra as pressões norte-americanas estavam conhecidas figuras internacionais, como o político francês George Marchais (ex-secretário geral do PC francês), os prêmios Nobel Rigoberta Menchú (Guatemala) e Adolfo Pérez Esquivel (Argentina), o ex-candidato presidencial mexicano pelo Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuauhtémoc Cárdenas, e o ex-presidente

nicaraguense Daniel Ortega, além de parlamentares de vários países.

Personalidades que não puderam participar do evento enviaram mensagens de apoio, como Danielle Mitterrand, esposa do presidente francês François Mitterrand. No seu comunicado, ela afirmou que, mediante o bloqueio, "se havia tomado todo um povo como refém", além de qualificar essa medida de "injustiça programada pelos interesses arbitrários de um só país".

**Asfixia pelo bloqueio** - Nas três comissões em que se dividiram os par-

## AMÉRICA LATINA

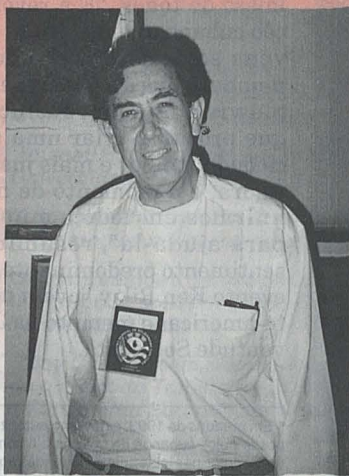
CUBA

participantes do encontro, não faltaram propostas de apoio a Cuba no plano econômico. Sugeriu-se, por exemplo, que os movimentos de solidariedade se empenhem em divulgar as possibilidades turísticas, comerciais e de investimentos na ilha, como também em trabalhar de forma coordenada com as representações comerciais cubanas para viabilizar as possíveis ofertas de negócios.

Medidas paliativas também foram defendidas, como campanhas de solidariedade para enviar material escolar, leite em pó, remédios e outros produtos de primeira necessidade, hoje quase inexistentes no mercado, com exceção das lojas que vendem em dólar.

Todas as propostas de ajuda esbarravam, porém, sempre no mesmo muro, o bloqueio norte-americano, unanimemente condenado. "Um princípio saudável a ser seguido pela comunidade internacional é que cada país deve decidir como dirigir sua economia e vida política, sem ingerências externas. Por isso, o fim do bloqueio seria a melhor contribuição para uma ordem internacional com mais equidade", afirmou Cuauhtémoc Cárdenas.

**Cuauhtémoc  
Cárdenas:**  
*"Bloqueio fere  
todos os acordos  
internacionais"*



Durante o evento, os dirigentes cubanos ressaltaram que os danos do bloqueio não se limitam à área econômica, como pensa a maioria das pessoas: "O bloqueio vai muito além... ele impede que se exibam nossas obras de arte, filmes e programas de televisão nos Estados Unidos. Também proíbe a circulação de publicações e a cobrança de copyright. Devido a essa arbitrária medida, o Balé Nacional de Cuba não pôde se apresentar na cerimônia de entrega do Oscar... Por outro lado, dezenas de artistas, músicos, intelectuais e acadêmicos norte-americanos sofrem ameaças e represálias por querer se apresentar ou simplesmente visitar nosso país", lembrou o chanceler Roberto Robaina.

**EUA e ONU no banco dos réus** - Um dos momentos particularmente ricos do encontro foi a oportunidade dos participantes de se manifestar e dirigir perguntas aos dirigentes cubanos presentes ao evento, incluindo o presidente Fidel Castro. Nesse momento, a temperatura amena do inverno cubano contrastou com o clima acalorado que tomou conta do plenário.

Diversos temas sensíveis foram aí levantados, como o rumor da implantação de uma moeda conversível - possibilidade que o ministro Carlos Lage não confirmou -, a exclusão de Havana da Cúpula das Américas e a opção do governo cubano em manter sua economia baseada, principalmente, na produção de açúcar.

Vários delegados também pediram a palavra para questionar o papel das Nações Unidas, criticando a falta de uma posição clara do organismo internacional em relação ao bloqueio, apesar da rejeição a essa medida por parte da maioria dos países-membros na Assembleia Geral.

"Nada nos deixa mais inseguros nesse mundo do que quando o Conselho de Segurança se reúne. Não sabemos quem vai ser bombardeado, quem vai ser invadido. Porque hoje, as guerras não se chamam guerras... hoje se chamam 'intervenção humanitárias', 'operações de manutenção da paz', 'diplomacia preventiva', 'operações de restauração da democracia...' ", comentou a propósito Robaina, arrancando aplausos do plenário.

A atitude dos Estados Unidos em relação a Cuba também foi duramente

**Rigoberta Menchú:**  
*"Nada justifica a  
atitude dos  
Estados Unidos"*



criticada. Tony Cunningham, deputado britânico do Partido Trabalhista, eleito para o Parlamento Europeu em junho passado, disse a **cadernos** que "torna-se difícil entender a continuação do bloqueio a Cuba depois que os Estados Unidos suspenderam o embargo ao Vietnã e mantêm relações comerciais crescentes com a China".

Na sua avaliação, o argumento norte-americano de que o bloqueio só pode ser levantado "quando o regime se democratizar" se desgasta a cada dia. "Quando falam que Cuba é uma ditadura porque não haveria escolha direta do presidente, eu contesto com os resultados das eleições nos Estados Unidos. Que representatividade tiveram Bush e Reagan, eleitos por uma parte tão pequena da população? Isso é democracia? Por outro lado, com que direito os Estados Unidos acusam Cuba de ser uma ditadura, depois de terem apoiado regimes militares em toda a América Latina e outros continentes, como é o caso até hoje do general Suharto, na Indonésia?", questionou o deputado britânico.

Sobre as constantes acusações por parte dos Estados Unidos de que Cuba não respeitaria os direitos humanos, Frei Betto afirmou em sua exposição que "nós, na América Latina, estamos muito longe dos avanços conquistados



No teatro Karl Marx, 2.700 delegados de 108 países acompanham os debates

pela revolução nesses 35 anos. Não estamos ainda nem na fase de luta pelos direitos humanos; estamos ainda na de conquista dos *direitos animais*: comida e abrigo para todos os seres humanos”.

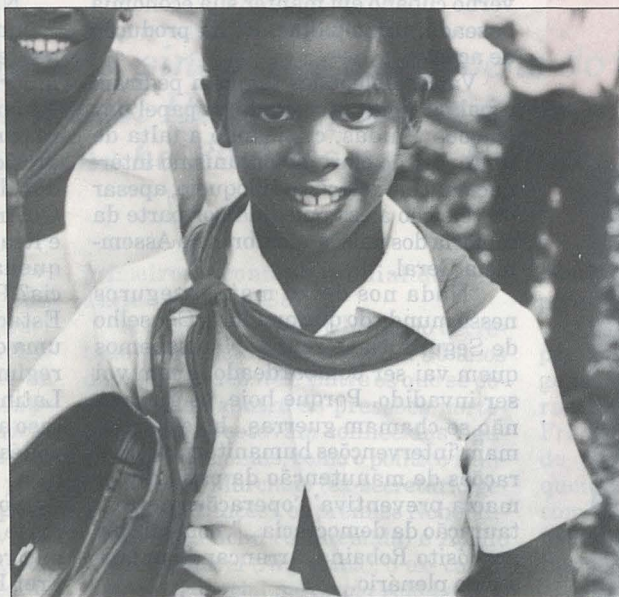
**Ameaças de morte** – Um dos principais saldos do encontro, na avaliação dos próprios participantes, foi permitir a coordenação de ações e troca de experiências entre os movimentos de solidariedade a Cuba em todo o mundo. Dentre eles, um em especial despertava maior interesse: a delegação dos representantes de cubanos que emigraram para os Estados Unidos e se opõem ao bloqueio.

“Não há nada como a revolução cubana. Ela é única no mundo, pela sua generosidade, por tudo que fez em benefício do homem”, diz Ismael Lores, um cozinheiro cubano membro do Comitê pró-Cuba de New Jersey. “Como milhares de outros jovens, acreditei no que me contavam e há 18 anos atrás decidi ir embora do meu país. Só depois descobri que os Estados Unidos não eram o paraíso que me pintavam...”

Lores não mede palavras ao denunciar as pressões e ameaças sofridas pelos que defendem uma aproximação com Havana: “Em New Jersey, onde vivo, a situação ainda é pior, pois aí residem os mais raivosos adversários do regime cubano, como Jorge Mas Canosa e Díaz Ba-

lant, que não medem esforços para nos calar. Em diversas ocasiões, eles tentaram assassinar membros do movimento de solidariedade, de uma forma que parecesse um acidente...por exemplo, provocando incêndios em nossas casas e desativando o freio de nossos carros.”

**Contato com a dura realidade** – Outro importante fruto do encontro foi a possibilidade dos estrangeiros tomarem contato direto com a difícil situação



No encontro se coordenaram campanhas de envio de produtos para as crianças cubanas, como material escolar e leite em pó

que vive hoje o país caribenhinho. Ajudar Cuba a superar a crise econômica – visível na precariedade do serviço de transportes e conseqüente disseminação da bicicleta como alternativa de locomoção, na má conservação de muitas moradias, na escassez de produtos e alimentos à venda no comércio, nos blecautes que atingem periodicamente todos os bairros da capital – era uma preocupação comum a todas as delegações.

Por isso, não era de se estranhar que uma das intervenções mais concorridas tenha sido a do secretário do Comitê Executivo do Conselho de Ministros, Carlos Lage, o principal responsável pela condução dos assuntos econômicos do país (ver matéria coordenada).

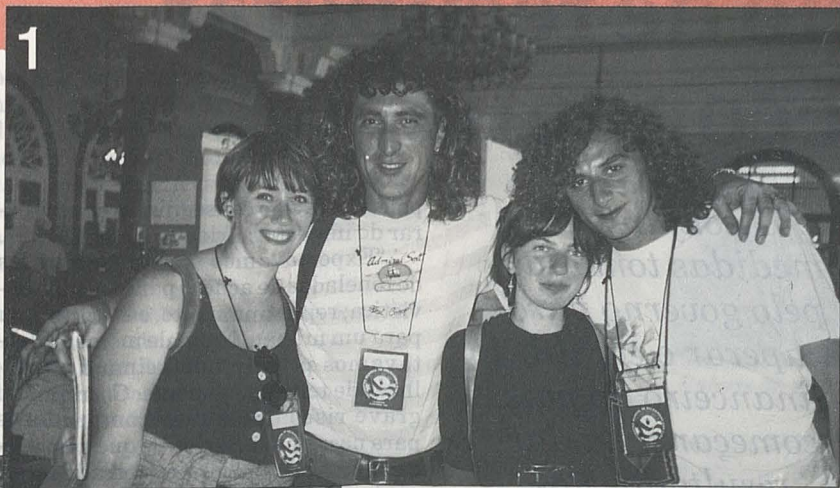
Lage traçou um amplo quadro da atual conjuntura e suas perspectivas, complementado pelas exposições do presidente Fidel Castro, que encerrou o encontro, de Ricardo Alarcón, ex-chanceler e atual presidente da Assembléia Nacional cubana, e do ministro das Relações Exteriores, Roberto Robaina. Todos destacaram as nefastas conseqüências do bloqueio, principalmente após o desaparecimento da União Soviética, e a luta para manter as conquistas sociais da revolução, em meio a esse contexto.

Essa luta, aliás, foi assumida pelos participantes do encontro como um compromisso de todos. “É a revolução cubana que inspira os jovens socialistas de todo o mundo. Cuba é o único exemplo vivo de uma revolução que procurou criar uma sociedade melhor e mais justa. Agora, é o momento de nos unirmos em todo o mundo para ajudá-la”, resumiu o sentimento predominante no evento Ken Riley, jovem norte-americano membro da Juventude Socialista. ■

1 Em meados de 1993, o governo autorizou a posse pelos cubanos de dólares e a compra de produtos nas lojas antes destinadas aos turistas estrangeiros

# AMÉRICA LATINA

CUBA



1



2



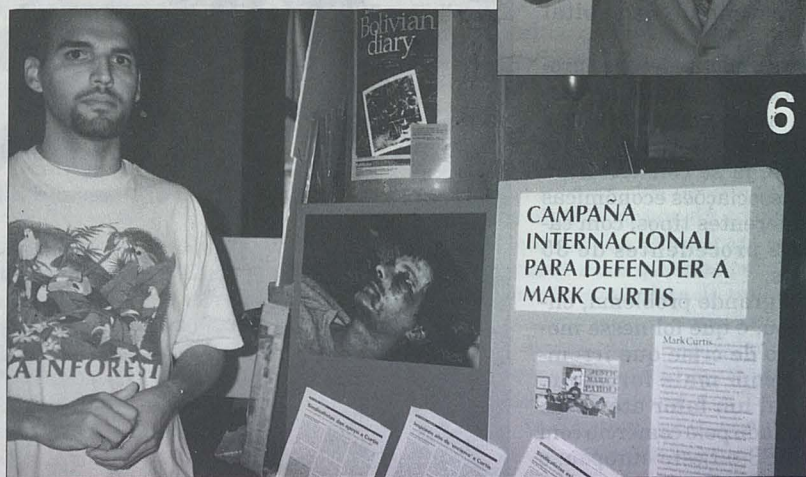
4



5



3



6

## O apoio vem de longe

- 1 Giocoma, Antonio, Cristina e Nino fazem parte de um grupo de reflexão de jovens em Lodi, perto de Milão
- 2 Bhahati Ray é doutora em História na Universidade de Calcutá, Índia
- 3 A parlamentar Tran Thi Than representou as mulheres vietnamitas
- 4 Gisela, Beatrice e Bettina pertencem a um grupo de solidariedade a Cuba em Darmstadt, Alemanha
- 5 Tony Cunningham, deputado britânico do Partido Trabalhista, eleito para o Parlamento Europeu em junho passado
- 6 Ken Riley é militante da Juventude Socialista norte-americana, organização que atua junto ao Partido Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers Party)

# O desafio de recuperar a economia

O primeiro dia de debates estava chegando ao fim, quando o ministro Carlos Lage começou sua intervenção diante de um auditório completamente lotado.

Falando pausadamente, Lage trouxe um amplo panorama da situação econômica do país, começando por lembrar que não só 85% do comércio exterior cubano desapareceram da noite para o dia com o fim da União Soviética, como também todas as fontes de crédito externo e de financiamento.

“A ruptura abrupta de relações econômicas privilegiadas com o bloco socialista, construídas ao longo de mais de 30 anos, está exigindo um reordenamento econômico e diferentes concepções estratégicas de desenvolvimento em busca de novos mercados”, afirmou.

A reorganização do aparelho produtivo inclui uma série de medidas, como a redução de ministérios e uma maior autonomia para que as empresas possam administrar suas finanças e negociar contratos com o mercado externo.

A abertura ao investimento estrangeiro, aliás, se tornou um das bases desse processo. “Embora o decreto-lei que fazia referência a essa possibilidade seja de princípios da década de 80, foi a partir de 1989-90 que se decidiu impulsar, como uma necessidade, o investimento de capital em Cuba.”

Segundo Lage, esse processo está avançando, “embora não ao ritmo que nós gostaríamos”. Até o momento, já se constituíram 165 associações econômicas de diferentes tipos, com capitais procedentes de 35 países.

O grande problema, enfatizou, é que foi nesse momento de crise que irrompeu, com mais força que nunca, um fator até então atenuado pelo comércio com a URSS e Leste europeu: o bloqueio decretado pelos Estados Unidos há 30 anos

*“O conjunto de medidas tomadas pelo governo para recuperar o equilíbrio financeiro do país começaram a dar resultados nos últimos meses”*

e reforçado em outubro de 1992 através da Lei Torricelli. “Existem estudos que tentam calcular as perdas causadas à nossa economia com o bloqueio – alguns cálculos falam de mais de 40 bilhões de dólares –, mas de fato é impossível medir a extensão do prejuízo, principalmente no contexto surgido após 1989”.

**O impacto sobre o açúcar e o níquel** – Apesar dos esforços feitos pelo governo para adaptar sua economia à nova realidade, a situação continua difícil. Segundo o ministro, o açúcar e o níquel, duas das principais fontes de renda do

país, ainda não conseguiram se recuperar do impacto sofrido a partir de 1989.

“Exportávamos mais de 4 milhões de toneladas de açúcar para a União Soviética; repentinamente, essa cifra caiu para um milhão. Naquele momento, estávamos produzindo acima de 7 milhões de toneladas anuais. Corríamos o grave risco de não ter compradores para nossa produção ou de que esse açúcar fizesse os preços no mercado internacional caírem ainda mais, com gravíssimas conseqüências para nossa economia.”

Hoje, nem a atual valorização do açúcar conseguiu reverter esse quadro, pois “os chamados preços do mercado mundial valem para apenas 20% do açúcar comercializado no mundo”, explicou. Por outro lado, “é um preço que está muito acima do que podemos vender. Em função das restrições econômicas que sofremos (leia-se bloqueio), nossos produtos têm que ser oferecidos com desconto para poder ser comercializados”.

Outros fatores, lembrou, também criam problemas na hora de se negociar o preço das mercadorias cubanas, como a lei norte-americana que proíbe barcos que tenham aportado em Cuba de atracar por seis meses em portos dos EUA.

No caso do níquel, 70% eram exportados para a URSS e os países socialistas, comércio que foi completamente suspenso. “De um dia para outro, nos vimos diante da ameaça de não ter mercado para nosso segundo produto de exportação. A União Soviética interrompeu não só a sua importação, como também o fornecimento de peças de reposição e a assistência técnica, vitais para manter em funcionamento a principal usina de níquel cubana.”

Com as portas do campo socialista fechadas, Cuba foi obrigada a buscar novos compradores. O mercado de níquel,



A escassez de alimentos foi atenuada com a venda direta ao consumidor



porém, "está dominado por um pequeno número de transnacionais, muitas das quais com importantes relações com os Estados Unidos. Aliás, no mercado norte-americano, está proibido entrar não só o níquel cubano, como o aço feito com níquel produzido em nosso país", revelou.

**Petróleo e turismo** - Um dos calcanhares de Aquiles da economia - a questão energética - também foi abordado pelo ministro durante o encontro.

Com a suspensão dos acordos de importação de petróleo da União Soviética, a economia cubana, que consumia 13 milhões de toneladas de combustível, foi obrigada a funcionar com apenas seis milhões. Entre as soluções de curtíssimo prazo, passou-se a incentivar o uso em massa de bicicletas: "Hoje, mais de 1 milhão e 700 mil bicicletas estão circulando no país".

Cuba também precisou recorrer à tração animal, porque "nossa agricultura estava baseada principalmente em uma grande mecanização e no uso de fertilizantes, ou seja, de produtos químicos derivados do petróleo".

A médio e longo prazos, várias iniciativas vêm sendo tomadas para contornar a crise energética, mas, apesar de Cuba ter oferecido as mesmas condições dadas no mercado internacional para que empresas internacionais invistam na área de exploração, perfuração e produção de petróleo, o país enfrenta muitas dificuldades para atrair investidores.

As grandes companhias dedicadas a esta atividade, explicou o ministro, não investem em Cuba por causa do bloqueio imposto pelos Estados Unidos. "A exploração de petróleo é uma atividade que requer grande capital e tecnologia avançada. As companhias pequenas e médias, que conseguem romper o bloqueio, precisam de um tempo maior para obter resultados, além do que têm muito menos possibilidades de assumir riscos, como fazem as grandes empresas. Enfim, por causa do bloqueio, esse processo está avançando de forma muito mais lenta do que necessitaríamos", lamentou.

O bloqueio também tem dificultado a Cuba buscar novos parceiros que lhe permitam concluir a construção da usina nuclear de Juraguá, projeto suspenso - como muitos outros que haviam

sido acertados com os soviéticos - após a reestruturação das relações econômicas entre os dois países.

"Para Cuba, essa usina é estratégica, porque nossa produção de petróleo é muito pequena". De fato, Juraguá representaria um grande passo para a superação da atual crise energética: quando estiver pronta, segundo informou o ministro, a usina terá condições de gerar de 800 a 900 megawatts de energia (no momento a capacidade instalada do sistema cubano é de 3.000 megawatts).

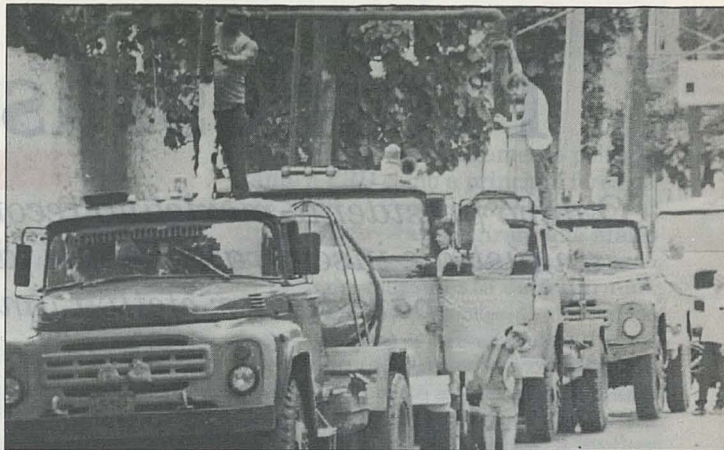
O primeiro reator já está quase 80% pronto. "É importante ressaltar que nós utilizamos a mesma tecnologia usada na Finlândia, posterior a Chernobil. Ou seja, a construção não foi interrompida por questões de segurança, já que ela atende a todas as normas internacionais, mas pela situação criada após o fim da URSS", fez questão de esclarecer.

Por outro lado, o que está caminhando a passos largos é o impulso à indústria turística, uma área com enorme potencial, dadas as condições naturais da ilha. Esse esforço já está produzindo resultados palpáveis: "Em 1994 recebemos mais de 700 mil turistas, o que significou mais de 900 milhões de dólares de receita."

Segundo Lage, tanto o turismo quanto a produção de petróleo tiveram uma recuperação em relação ao ano anterior (1993). "Porém - admitiu - não podemos dizer que estamos em um momento de recuperação da economia do país, nem em um momento de superação definitiva dos obstáculos e dificuldades com que temos no deparado."

**A produção de alimentos** - Outro grave problema em Cuba - a escassez de alimentos - está sendo enfrentado, entre outras medidas, com o estímulo a uma maior presença da força de trabalho no campo. Na avaliação de Lage, as condições dadas pela revolução para a população estudar e se aperfeiçoar profissionalmente terminaram contribuindo para esvaziar o campo.

"Mas temos buscado fórmulas que



A oferta de combustível caiu drasticamente após o fim da URSS

estimulem de maneira mais direta e imediata o trabalhador agrícola. Para isso, transformamos, em pouco mais de um ano, mais de 2 milhões de hectares de terras do Estado em Unidades Básicas de Produção Cooperativa."

Outra importante iniciativa foi a liberação da venda de uma parte da produção dos agricultores diretamente ao consumidor. Apesar dos altos e às vezes exorbitantes preços cobrados pelos agricultores, a liberação deu um certo alívio à população, pois aumentou a oferta de alimentos.

Algumas medidas, porém, não foram tão bem recebidas, como a elevação de preços de produtos não-essenciais, a cobrança de tarifas de serviços até então gratuitos - excluindo áreas como saúde e educação -, a criação de impostos e o estabelecimento de uma legislação trabalhista mais rigorosa.

"Essas medidas, que buscam o equilíbrio financeiro necessário para o êxito econômico e a recuperação do país, começaram a dar resultados nos últimos cinco meses. Pela primeira vez nesses anos, se reduziu o dinheiro circulante - em mais de 1 bilhão e 300 milhões de pesos - e cada vez se recolhe mais dinheiro de circulação."

Apesar do enorme desafio de tentar recuperar a economia, Carlos Lage não é pessimista. "Além dos resultados concretos em alguns ramos da economia, existem condições que foram sendo criadas nesses anos que nos permitem ter uma previsão otimista do comportamento de outros setores importantes da economia do país. Mas não podemos esquecer que todo esse esforço está sujeito às pressões do bloqueio dos Estados Unidos e às circunstâncias complexas em que se desenvolvem nosso comércio e nossa abertura ao investimento estrangeiro no país", concluiu. ■

# Promessas pendentes

*O novo presidente mexicano reconhece que o país vive um clima de angústia e insegurança e que falta percorrer um longo caminho para tornar efetiva uma autêntica democracia*

## Valeria Córdoba

**“U**ma nova democracia”, uma mudança radical do sistema judiciário, a moralização da atividade pública e o combate à pobreza foram os eixos de ação traçados pelo novo presidente do México, Ernesto Zedillo, ao tomar posse em 1º de dezembro passado. Deixando de lado qualquer linguagem triunfalista, o mandatário – um economista de 43 anos, formado em Harvard – reconheceu perante o Congresso os graves problemas pendentes no país, numa resposta às reivindicações feitas tanto pela oposição como por setores do próprio governo e da sociedade civil.

Na presença de 14 chefes de estado e membros de delegações especiais de 34 países – entre os quais se destacavam Fidel Castro, Al Gore e Felipe González –, Zedillo elogiou seu antecessor, Carlos Salinas, e evocou “com irremediável tristeza” a figura de Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial do Partido Revolucionário Institucional (PRI) para a eleição de 21 de agosto até seu assassinato, em 23 de março.

O chefe de estado, cujo mandato será de seis anos, se comprometeu a seguir a via da negociação para resolver o problema criado a partir da eclosão do movimento guerrilheiro encabeçado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no início de 1994 no sul do es-

tado de Chiapas. Também reafirmou sua disposição de eliminar as causas da violência e iniciar “uma nova negociação que nos leve a uma paz justa, digna e definitiva”. Assumiu o compromisso de que “o exército manterá unilateralmente o cessar-fogo” e precisou que “buscaremos por todos os meios chegar a um acordo baseado na concórdia, na democracia e nas oportunidades de desenvolvimento com equidade”.

**Crimes sem castigo** – Ao referir-se aos assassinatos do cardeal Juan Jesús Posadas Ocampo, em 1993, de Luis Donaldo Colosio e do secretário geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, ambos mortos em 1994, Zedillo admitiu



Ernesto Zedillo: novas linhas de ação...? Ou simples promessas?

que nos últimos anos – sobretudo nos últimos meses – o México viveu um clima de angústia e insegurança. “Temos sofrido por causa de grandes crimes públicos, que não foram totalmente esclarecidos, e por um deficiente desempenho das instituições encarregadas da segurança pública e da aplicação da justiça”, assinalou. Zedillo foi interrompido por aplausos ao assumir como sua a reivindicação geral de “um sistema de justiça eficaz”. O mesmo aconteceu quando assegurou que não descansará até que sejam esclarecidos totalmente “os assassinatos de figuras de destaque da vida pública, que feriram profundamente a sociedade e dividiram os mexicanos”.

Acrescentou que empreenderá uma reforma profunda das instituições judiciárias, “onde a incompetência, a corrupção e a ruptura institucional são mais frequentes e causam maior dano para a segurança das pessoas”.

Quanto ao tema da democratização, Zedillo disse que “os avanços ainda não são suficientes”. Manifestou que se propõe a impulsionar “uma reforma eleitoral definitiva” para dar credibilidade e transparência aos processos de consulta popular, e convocou para essa tarefa todos os partidos e organizações civis. O novo presidente fixou como meta incluir na reforma “o financiamento aos partidos, o acesso aos meios de comunicação e a plena autonomia aos órgãos eleitorais”.

Os aplausos mais demorados aconteceram quando Ernesto Zedillo enfatizou que “o governo não é lugar para acumular riqueza”. Advertiu que “quem tem esse objetivo, deverá fazê-lo fora do meu governo e baseado na lei”.

**“Os demônios estão soltos”** – O México continua muito abalado pelas polêmicas em torno do assassinato do secretário geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu. A luta pelo poder entre os grupos políticos do governo veio à tona com a renúncia de Mario Ruiz Massieu, ex-subprocurador e irmão do dirigente morto, que se demitiu do cargo e do PRI por causa da “obstrução” de suas investigações sobre o sangrento episódio.

Segundo denunciou, o procurador Humberto Benítez Treviño (ministro da Justiça), o presidente do PRI, Ignacio Pichardo Pagaza, e sua secretária

*“Nos últimos tempos, o México viveu um clima de angústia e insegurança. Grandes crimes públicos não foram esclarecidos e se comprovou um deficiente desempenho das instituições encarregadas da segurança pública e da aplicação da justiça”*

geral (substituta da vítima), María de los Angeles Moreno, dificultaram a investigação do caso e avalizaram um pedido de licença falso do mandante do crime, o deputado priista Manuel Muñoz Rocha.

O homicídio aconteceu em 23 de setembro passado e o pedido de licença foi concedido uma semana depois, quando o autor material e 13 de seus cúmplices, todos eles presos, já haviam confessado que foi Muñoz quem mandou executá-lo. Segundo o investigador encarregado do caso, Muñoz foi só intermediário entre os principais autores intelectuais do assassinato, “um grupo político interno do PRI”, e os executores materiais, “mas sua prisão é chave para esclarecer o crime”.

O Partido da Revolução Democrática (PRD, oposição de centro-esquerda) apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de resolução para submeter

Benítez Treviño a julgamento político. Tanto o PRD como a principal força da oposição, o Partido Ação Nacional (PAN, de direita), exigiram que Mario Ruiz Massieu continuasse encarregado do caso do assassinato de seu irmão. Por sua parte, o ex-presidente Carlos Salinas elogiou os avanços feitos durante a investigação, mas colocou acima de qualquer suspeita a honradez de María de los Angeles Moreno durante um ato público onde a qualificou de “a mulher do ano”. Moreno atribuiu as acusações contra ela ao desejo de “aparecer” por parte do subprocurador e irmão de Massieu.

Benítez Treviño, por sua vez, assinalou que Ruiz Massieu não apresentou uma só prova de suas acusações e o desafiou a fazê-lo “diante da opinião pública”. Pichardo Pagaza rejeitou categoricamente “as declarações levianas e irresponsáveis do ex-subprocurador” e pediu que se dê continuidade ao processo que iniciou por suposta obstrução à justiça.

Mario Ruiz Massieu declarou à imprensa que as provas exigidas pelos acusados estão no expediente de sua investigação, que se encontra na Procuradoria de Justiça. Anunciou que se propõe a escrever um livro sobre o caso e criar “uma fundação para a democracia, um centro de diálogo e de estudo de caráter absolutamente pluralista”.

Assinalou que o assassinato de seu irmão e a obstrução das investigações “marcam a corrupção, decomposição e fim de um regime que não suporta a prova de uma real democratização”. A seu ver, o crime foi político e seus responsáveis são um grupo de influência ou uma corrente interna dentro do governo que está sendo protegida pelo poder. “Sou um candidato ideal para ser eliminado, porque sei muito e só tornei público cerca de 20% das coisas que conheço”, declarou o ex-subprocurador. Afirmou que “o poder da classe política priista foi mais forte que a vontade de verdade e justiça do presidente Carlos Salinas”.

Expressou esperança, mas também pouca fé, em que Zedillo leve até o fim a apuração que concluiu em sua primeira fase. “Os demônios estão soltos e triunfaram”, exclamou dramaticamente diante de toda a imprensa nacional e internacional reunida no auditório do Ministério da Justiça.

# Um projeto ambicioso

*Presidentes de 34 países americanos chegam a um acordo para estabelecer uma zona de livre comércio do Alasca até a Patagônia a partir do ano 2015*



Na Cúpula das Américas, Clinton e a esposa cumprimentam Itamar e Fernando Henrique

## Aldo Gamboa

**P**ara alguns, foi a primeira oportunidade de aparecer em uma reunião de alto nível na qualidade de presidente. Para outros, foi apenas um hiato em uma supercarregada agenda para cumprir uma formalidade protocolar de três dias. Para poucos, era a oportunidade de selar uma sociedade com os dois países mais ricos do hemisfério.

A Cúpula das Américas, que se realizou na cidade de Miami entre 9 e 11 de dezembro, reservou a cada presidente uma pequena parcela de êxito, suficiente para não ter que retornar a seus respectivos países carregando a pesada mala da decepção. E ainda sobrou tempo suficiente para os mandatários aprovarem uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação para colocar em prática, a partir do ano 2015, uma ambiciosa zona de livre comércio que irá das montanhas de gelo do Alasca até as pedras da Patagônia.

Entre os temas já habituais nesse tipo de reunião, os países americanos se comprometeram a respeitar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e ambientalmente responsável, além de apontar o tráfico internacional de drogas, a lavagem de dinheiro e a corrupção como os principais elementos desestabilizadores das democracias do continente.

**A agenda** - Concebida originalmente para lançar a pedra fundamental do edifício do livre comércio hemisférico, a Cúpula das Américas tinha uma magra agenda, que na verdade se resumia em um único ponto, formulado de diversas maneiras: de que forma os países americanos podiam avançar na consolidação do ansiado mercado comum.

Em princípio, todos os países do hemisfério viram com bons olhos a proposta de uma área continental de livre comércio, mas não demoraram em surgir as divergências sobre as formas de materializar o sonho e o prazo para sua eventual aplicação. A principal dificuldade encontrada pelos técnicos que iniciaram a análise do assunto era a forma de compatibilizar o diferente grau de desenvolvimento das iniciativas já existentes sobre integração regional, como o Mercosul e o Pacto Andino.

As enormes dificuldades para encontrar um caminho viável para a criação e aplicação de uma zona de livre comércio, se somou a evidente indiferença do governo dos Estados Unidos em relação à idéia.

**Pressões contra o projeto** - Bill Clinton chegou à reunião carregando nas costas a responsabilidade de uma esmagadora derrota eleitoral, a pressão da opinião pública para que aparecesse como um estadista e o permanente alerta de seu próprio partido para que

adiasse ao máximo qualquer iniciativa que se sobreponha ao Tratado de Livre Comércio (Nafta, em sua sigla em inglês), que une os Estados Unidos, México e Canadá.

Esse desinteresse se manifestou de duas maneiras: em primeiro lugar, nas fracassadas pressões dos Estados Unidos para que não se determinasse uma data ou um prazo para o início da zona de livre comércio. Com isso, a Casa Branca considerava que podia adiar indefinidamente o compromisso.

Por outro lado, em seus discursos, Clinton colocou muito mais ênfase no fato de que os 34 presidentes presentes ao encontro tinham sido eleitos democraticamente em seus países, do que no livre comércio regional, motivo da reunião.

Apesar disso, por uma proposta de um grupo de países sul-americanos, a Cúpula determinou que em 1996 terão início reuniões de especialistas para analisar a viabilidade do projeto, em um aumento progressivo dos estudos que se estenderá até o ano 2005. O prazo máximo fixado para a implementação da zona comercial livre de barreiras alfandegárias foi estipulado para o ano 2015.

**A outra reunião de cúpula** - Uma vez em Miami, as delegações pareceram privilegiar mais os contatos com o presidente anfitrião, Bill Clinton, do que as negociações em bloco. Porém, desde o primeiro dia, Clinton deixou

## AMÉRICA LATINA

### CÚPULA DAS AMÉRICAS

claro que não negociaria com mais de um país ao mesmo tempo, aplicando um implacável bilateralismo que rapidamente diluiu as ilusões de acordos preferenciais.

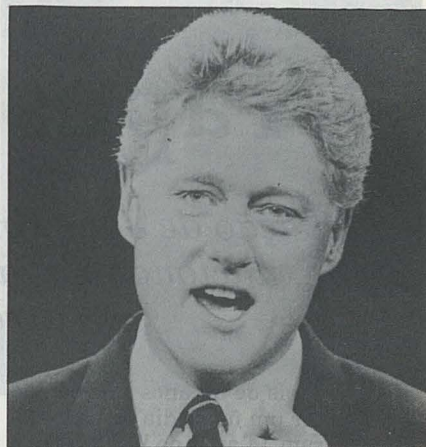
O caso mais notório era o do Chile. Como a Casa Branca já tinha deixado filtrar uma semana antes do encontro que Clinton aproveitaria a cúpula para anunciar o início das negociações para uma eventual incorporação chilena ao Nafta, a delegação de Santiago parecia limitar-se unicamente a esperar o pronunciamento.

Desde que chegou a Miami, o presidente chileno Eduardo Frei quase não teve oportunidade de fazer declarações sobre a questão do livre comércio he-

misférico, reservando espaço em sua agenda apenas para entrevistas com grandes periódicos norte-americanos especializados em economia, para tratar da entrada do seu país ao tratado. Chile e os países do Nafta iniciarão no próximo ano os estudos de viabilidade para uma associação prevista para depois do fim do século.

Apesar dos desmentidos diplomáticos, soube-se que a delegação mexicana não recebeu com agrado a possibilidade de incorporação do Chile ao Nafta.

Por outro lado, o presidente mexicano Ernesto Zedillo viajou a Miami disposto a obter apoio de seus colegas americanos para uma nota de repúdio à Proposta 187, aprovada recentemente no



Clinton: mais ênfase na democracia do que na integração comercial

estado da Califórnia, que elimina todos os serviços de saúde e educação gratuitos a imigrantes em situação ilegal.

O chanceler mexicano José Angel Gurría chegou a manter uma reunião a portas fechadas com o secretário de Estado Warren Christopher, a quem manifestou o desagrado de seu governo com a Proposta 187. Apesar do explícito apoio dos presidentes centro-americanos à queixa mexicana, Christopher comunicou a Gurría que o tema era uma questão interna dos Estados Unidos e que a Casa Branca não estaria disposta a tolerar notas de protesto sendo a anfitriã da festa.

Os países centro-americanos também foram à reunião com a expectativa de discutir com os Estados Unidos e Canadá os preços internacionais da banana, mas foram imediatamente avisados de que Clinton não pretendia conversas sobre nenhum tema que não estivesse incluído na agenda original.

**Resultados práticos** – Na prática, os países latino-americanos conseguiram superar o pouco interesse demonstrado pelos Estados Unidos e Canadá e arrancaram dos ricos vizinhos do norte da América um compromisso ambicioso: daqui a 20 anos estarão todos integrados numa zona de livre comércio.

O fato serve mais para deixar claro o interesse que existe entre os países latino-americanos em uma sociedade com os vizinhos ricos, do que em deixar aberta uma porta efetiva para a integração comercial hemisférica. Se a zona de livre comércio é uma possibilidade concreta, isso quem determinará é o desenvolvimento da região nas próximas duas décadas e as relações de força que existam na época a nível regional.

## Uma ausência ostensiva

Poucas vezes nas reuniões regionais de alto nível realizadas na América Latina nos últimos anos, uma ausência foi tão ostensiva ou esteve tão presente em todas as discussões como a do presidente cubano Fidel Castro na Cúpula das Américas.

Para justificar a ausência, as delegações alegaram que foi o anfitrião Bill Clinton que enviou os convites, e que não havia como dizer ao dono da casa quem deveria estar presente na sua festa.

O papel de principal porta-voz dos ataques anticastristas e dos apelos pela democratização de Cuba esteve – como tem acontecido tradicionalmente

nos últimos encontros – a cargo do presidente argentino Carlos Menem. Recebido com honras de herói por milhares de cubanos furiosamente anticastristas em Miami, considerado “Presidente Honorário de Cuba”, Menem chegou a dizer que

estava disposto a “dar sua própria vida pela liberdade da ilha”.

Porém, sua pregação anticomunista caiu no vazio e até Violeta Chamorro, a presidenta da Nicarágua – figura acima de qualquer suspeita de nutrir simpatias pelo regime de Fidel Castro –, optou por se manter estrategicamente longe de Menem cada vez que o mandatário iniciava seus ataques contra o presidente cubano. Assim, Fidel não esteve em Miami, mas graças ao presidente argentino, se falou dele quase ininterruptamente durante três dias.

Durante uma reunião que manteve com o secretário de Estado

Warren Christopher, o chanceler argentino Guido DiTella expressou o desejo de seu presidente de que a cúpula emitisse um documento de repúdio ao governo de Havana. A resposta que recebeu foi tão seca que à saída do encontro não quis comentar o assunto.

(A.G.)



Fidel: mesmo ausente, foi objeto permanente de discussões

# A aposta na conciliação

*A eleição de Joaquim Chissano abre uma etapa de reconciliação nacional e cria condições para a recuperação do país, arrasado por 30 anos de guerra*

**D**epois de 30 anos sem conhecer um único dia de paz – foram 14 anos de luta contra o colonialismo e 16 anos de guerra civil – os moçambicanos tiveram em dezembro um bom motivo para sair às ruas e festejar. A posse do presidente Joaquim Chissano, vencedor das primeiras eleições multipartidárias do país, renovou as esperanças de que Moçambique, por fim, conheça um período de paz e desenvolvimento.

“Esse é o momento privilegiado para os moçambicanos darem-se as mãos, superarem as suas diferenças e saberem viver como verdadeiros irmãos. Temos que saber pregar novos relacionamentos, sem preconceitos e sem rancores; devemos enterrar para sempre os ódios e renunciar de vez às vinganças”, afirmou Chissano em seu discurso de posse.

Seu tom conciliador tinha um objetivo muito claro: iniciar o doloroso processo de cicatrização das feridas deixadas pelos anos de guerra civil. De fato, o resultado das primeiras eleições livres mostrou um país rachado ao meio. Metade da população deu seu voto à Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) – partido que chegou ao poder em 1975, depois de uma longa e vitoriosa luta contra o colonialismo português – e a outra metade votou no seu adversário, a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), grupo guerrilheiro mantido pelos regimes racistas da Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul.

Hoje transformada em partido político, a Renamo obteve nas eleições legislativas 112 cadeiras, contra 129 da Frelimo, além de contar com o apoio de uma coalizão de pequenos partidos, a União Democrática, que conseguiu eleger nove deputados. Já na disputa presidencial, Afonso Dhlakama, líder da organização, conseguiu 33% dos votos, contra 53% de Chissano, um número que surpreendeu os analistas locais.

“Esperávamos que a margem de vi-

tória fosse mais substancial”, reconhece Marcelino dos Santos, presidente da antiga Assembleia unipartidária instalada em 1987 e cujas funções expiraram em 8 de dezembro com a posse dos novos 250 deputados que compõem o atual Parlamento pluripartidário.

A Frelimo foi mais votada no norte e no sul, tendo ganho nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Inhambane, Gaza, província de Maputo e na própria capital, Maputo. Já a Renamo obteve mais votos em Nampula, Zambézia, Sofala, Manica e Tete, importantes províncias do ponto de vista econômico.

“Mas é importante ressaltar que, mesmo nas províncias onde a Renamo ganhou, a nossa presença também é grande e a margem de diferença de votos foi pequena. Só em Sofala ganharam por ampla margem. Por outro lado, onde a Frelimo venceu, eles perderam feio: na capital, a Renamo obteve apenas 17% dos votos”, enfatiza Marcelino.

**Derrota nas províncias do centro** – Segundo ele, para os próprios dirigentes da Frelimo é uma incógnita a derrota do partido nas províncias do centro. “Ainda é uma questão sobre a qual todos nós nos perguntamos... Há, no entanto, elementos que deverão ser levados em consideração numa futura análise para se entender o porquê deste comportamento da população. Para começar, há o fator medo, como resultado



Com a desmobilização, milhares de armas foram recolhidas

de uma ação psicológica que a Renamo desenvolveu até mesmo durante o processo eleitoral.”

O ingrediente religioso-cultural, especula Marcelino dos Santos, talvez tenha também influenciado esse resultado. “É preciso analisar o peso das religiões católica e muçulmana nessa região. Calcula-se que em Moçambique deve haver em torno de cinco ou seis milhões de muçulmanos, em um total de 15 milhões de habitantes, o que dá a idéia da importância dessa comunidade. Em relação à Igreja católica, ela tem mais peso político devido ao contexto mundial. Mas o fato de representantes da hierarquia católica terem orientado a população a não votar na Frelimo também pode ter tido alguma influência no resultado eleitoral.”

Por último, na sua opinião, é preciso avaliar que peso tiveram as denúncias, comprovadas em alguns casos, de cor-

# ÁFRICA

## MOÇAMBIQUE

rupção no governo. “Essa questão da corrupção não é fácil de enfrentar...De fato, se registraram alguns casos, mas é preciso analisar em que medida isso influenciou o comportamento da população nas urnas. Se as pessoas vêem que há realmente esbanjamento de recursos públicos por parte de certas autoridades, se perguntam por que deveriam continuar se sacrificando...”, analisa o ex-presidente da Assembleia nacional.

**Longo caminho até a paz** – Sacrifício, aliás, é uma palavra já incorporada ao dia a dia dos moçambicanos: a guerra deixou mais de um milhão de mortos, milhares de pessoas mutiladas (grande parte, crianças) e mais de três milhões de refugiados. A infra-estrutura foi seriamente danificada (a maior parte das estradas foi destruída e metade das escolas e postos de saúde virou escombros) e hoje a mortalidade infantil alcança a incrível cifra de 150 por 1.000.

Com o fim do conflito, o desemprego surge como um dos piores fantasmas, particularmente para os cerca de 80 mil efetivos da Frelimo e da Renamo desmobilizados (ver **cadernos**, n° 180: “*Novas perspectivas*”). Por enquanto, a questão não é tão explosiva porque, ainda que precariamente, eles estão recebendo salários e aguardando treinamento para reintegrar-se à vida civil.

“Naturalmente, muitos se questionam por que não foi possível vencer a guerra contra a Renamo, se lutamos vitoriosamente contra o colonialismo português, um inimigo muito mais forte...mas não é algo simples de respon-

der...”, admite Marcelino dos Santos.

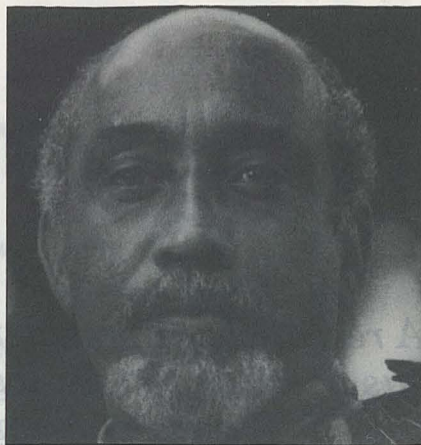
De fato, depois de mais de dez anos de combates, havia se chegado a uma situação onde “nenhuma das duas forças tinha condições de vencer no campo militar e, portanto, não havia outra saída senão a via diplomática”.

A princípio, não foi fácil para a Frelimo convencer a população a aceitar conversações com um grupo responsável por tantos crimes e atrocidades contra os civis. “Porém, o mais importante era chegar à paz. E foi isso que levou os moçambicanos a aceitarem as negociações com a Renamo. A população não se perguntou muito porque não conseguimos vencer a guerra... Apenas constatou que não vencemos e que era preciso negociar”.

**Novo contexto interno e externo** – Além das condições internas, Marcelino considera fundamental para que se tenha logrado a paz o novo contexto criado na África Austral com o fim do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela. “Importante também foi o distanciamento que os Estados Unidos tomaram em relação a Renamo”, acrescenta.

Esta mudança de posição teria sido, na sua avaliação, determinada basicamente por dois fatores. Primeiro, a divulgação de um documento, produzido em 1986 por um congressista norte-americano e conhecido como Relatório Gersony, onde se mostrava abertamente que a Renamo recorria a métodos de ação criminosos.

Outro elemento que pesou na mudança da posição norte-americana foram as profundas transformações ope-



Marcelino dos Santos: “A negociação é o único caminho para a paz”

radas em Moçambique nos últimos anos, em particular a lei mediante a qual se alterou o parágrafo da Constituição que definia o país como um Estado socialista.

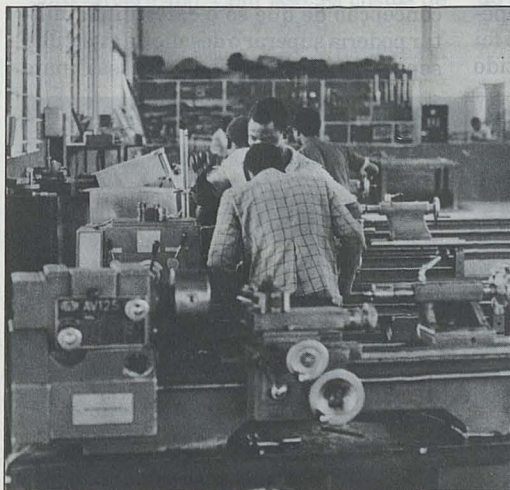
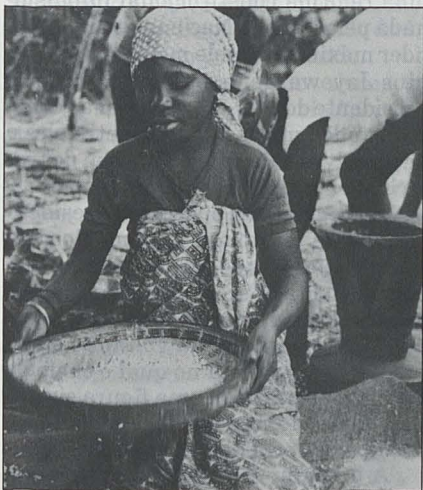
“Tivemos que adotar o capitalismo, mas era evidente que toda medida econômica só daria resultado se a guerra terminasse, o que veio a acontecer apenas em 1992”, lembra o dirigente.

Hoje, Moçambique vive um processo de privatização geral e aposta na parceria com investidores estrangeiros. Em 1991, o governo votou uma lei de investimentos (revisada em 1993) que oferece às empresas facilidades como isenção de impostos nos primeiros anos e remessa de lucros em qualquer momento. Devido a esse conjunto de medidas, o setor privado é atualmente muito mais forte que o estatal em todas as áreas.

Em alguns setores, porém, explica Marcelino dos Santos, o Estado ainda se faz presente, “como, por exemplo, na área de energia e ferrovias. Quanto à saúde e educação, embora a maior parte desses serviços sejam públicos, permitimos a abertura de hospitais e escolas privadas”.

Apesar de todas as dificuldades, pouco a pouco o país começa a respirar um clima de maior otimismo e confiança no futuro. “Já se observa uma revitalização de setores como o têxtil, o turismo, a indústria de transformação, assim como da agricultura e pesca. No caso da agricultura, o desenvolvimento é real, mas insuficiente. Uma condição importante para o desenvolvimento da agricultura era que as pessoas deslocadas voltassem para seus lugares de origem e isso leva tempo”, assinala. ■

(Claudia Guimarães)



Com o fim da guerra, começa a se observar uma revitalização da agricultura e da indústria

# Hora de negociar

*A recém-eleita presidenta Kumaratunga lança as bases de um diálogo com a minoria tamil para pôr fim à guerra civil*

**Pieter Peramana**

**D**epois da vitória da primeira-ministra Chandrika Kumaratunga nas eleições presidenciais de novembro passado, aumentaram consideravelmente as esperanças de pôr fim à guerra étnica que travam há mais de vinte anos a Frente Unida de Libertação Tamil (Tulff) e o governo da maioria cingalesa do Sri Lanka.

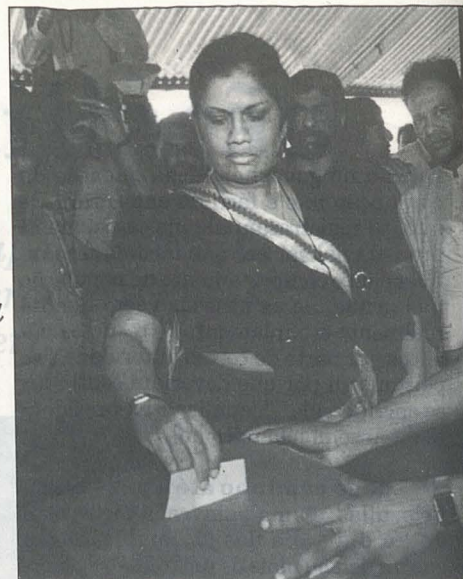
Eleita com uma maioria esmagadora de votos – obteve 62,28% dos sufrágios – a nova mandatária anunciou em seu primeiro discurso após a consagração eleitoral que a negociação de uma paz duradoura será a prioridade de seu governo. “Chegamos ao fim do túnel e agora se aproxima uma era de paz e liberdade”, afirmou Kumaratunga, que obteve uma vantagem de mais de dois milhões de votos sobre sua adversária, Sri-ma Dissanayake, que assumiu a candidatura presidencial depois do assassinato de seu marido, Gamini Dissanayake, em um atentado que deixou um saldo de 58 mortos duas semanas antes das eleições.

**Um mandato inequívoco** – A expressiva vitória de Kumaratunga superou as expectativas mais otimistas e foi interpretada pela dirigente do Partido

da Liberdade como um mandato de seu povo para reiniciar de imediato as negociações com os guerrilheiros tamis. Chegados a Sri Lanka há mais de dois mil anos procedentes do sul da Índia, os tamis (que são aproximadamente 20% da população) travam uma luta sangrenta pela criação de um Estado no norte da ilha, onde se concentra essa minoria étnica.

Kumaratunga – a primeira mulher que assume a presidência do Sri Lanka e a sexta no mundo a ocupar esse cargo – havia vencido em agosto passado as eleições legislativas, e desde então, em sua condição de primeira-ministra, iniciou um diálogo com a direção dos tamis com chance de estabelecer as bases da pacificação no país.

A possibilidade de deixar de lado as aspirações à independência para negociar formas de autonomia mais limitadas havia sido colocada há pelo menos dois anos por Velupillai Prabhakaran, líder do movimento guerrilheiro tamil. Mas o governo anterior, em mãos do Partido Nacional Unido (UNP), nunca deu uma resposta consistente a essa reivindicação. Ao contrário, sua rígida concepção de que só o extermínio militar poderia superar o desafio da guerrilha separatista havia levado ao assassinato



**Chandrika Kumaratunga: diálogo pela paz**

do presidente Ranasinghe Premadasa, em maio de 1993.

Defendida inequivocamente pelo Partido da Liberdade de Kumaratunga, a incipiente negociação foi interrompida depois do atentado que em outubro custou a vida de Gamini Dissanayake, candidato do UNP e partidário da linha dura contra os guerrilheiros. O atentado, possivelmente uma ação suicida, foi atribuído aos Tigres tamis. Na ocasião se especulou que se trataria de uma vingança dos separatistas contra Dissanayake, que em 1978 foi o artífice do acordo entre os governos da Índia e Sri Lanka que culminou no envio de uma expedição indiana para ajudar a reprimir as forças tamis.

**Presidencialismo ou parlamentarismo?** – O regime presidencial do Sri Lanka foi implantado em 1978, após uma reforma constitucional impulsionada pelo Partido Nacional Unido, cujo líder máximo naquele momento era Junius Jayewardene, que foi o primeiro presidente do país. Ao outorgar ao chefe de Estado amplos poderes, entre eles o de dissolver o Parlamento, além do tradicional controle do Exército e das forças de segurança, o sistema presidencialista foi muito questionado desde o início pelo Partido da Liberdade. Depois de eleita, Kumaratunga anunciou que pretende promover uma nova reforma constitucional para voltar ao sistema parlamentarista no qual o chefe de Estado não passe de uma figura simbólica, deixando transparecer que prefere voltar a ser primeira-ministra.

A presidenta Kumaratunga não é uma novata na política. De 49 anos de



**Dissanayake vela seu marido, assassinado por separatistas tamis**



# Uma invasão diferente

*Pequenas empresas emigram para países vizinhos em busca de condições mais favoráveis*



A polícia escolta uma das urnas da eleição, em Colombo, a capital



idade, viúva e mãe de dois filhos, ela pertence a uma família que pagou um preço muito alto pelo ideal de construir uma nação multiétnica capaz de viver em paz. Seu pai, o ex-primeiro-ministro Solomon W. Bandaranaike, participou ativamente nas negociações que conduziram à fundação do Movimento Não-Alinhado e foi assassinado em 1959, em consequência de uma série de incidentes sangrentos protagonizados pelos secessionistas tamis.

A viúva, Sirimavo Bandaranaike, a mãe de Kumaratunga, apesar de não ter nenhuma experiência anterior na política, assumiu as lutas do *premier* morto e venceu as eleições de 1960. Foi a primeira mulher que encabeçou um governo em todo o mundo, ocupando o cargo de primeira-ministra até 1965. Voltou ao poder no período 1970-75 e atualmente, aos 78 anos, continua dirigindo o Partido da Liberdade, fundado por seu marido.

A atual chefe de Estado voltou a sofrer as consequências da violência em 1988, quando seu marido, Vijaya Kumaratunga, ex-ator de teatro e dirigente político, foi assassinado na sua presença em um atentado também atribuído aos tamis.

A presidenta Kumaratunga foi educada em Paris e, além de cingalês e francês, fala fluentemente o inglês e o alemão e tem noções de russo e indiano. Durante sua permanência na França, participou intensamente das manifestações estudantis de maio de 1968, experiência que, somada a sua trajetória familiar, explica seu compromisso com a luta pela paz e a justiça social. ■

**A** constante valorização do *ien* nos últimos meses desencadeou o êxodo dos investidores japoneses para os países do sudeste asiático, mas desta vez acentuando a fuga de pequenas e médias empresas, que até agora resistiram em transferir suas operações ao exterior. A moeda japonesa aumentou sistematicamente desde abril em relação ao dólar norte-americano. Com isso, os custos de produção cresceram vertiginosamente, obrigando as indústrias japonesas a transferir-se para países vizinhos onde a mão-de-obra é mais barata.

Tailândia, segundo receptor de investimentos japoneses entre os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), registrou um número sem precedentes de novos investimentos desse país durante 1993, mais do dobro do ano anterior. No entanto, o montante dos investimentos se elevou somente a cerca de 2,5 bilhões de dólares, superior apenas aos 2,3 bilhões em 1992. As diferentes porcentagens de crescimento entre o número e o montante dos investimentos indicariam que os novos investimentos do Japão provêm principalmente de pequenas e mé-

dias empresas. Essa é, pelo menos, a dedução de Hideki Higashi, um pesquisador do Instituto de Economias em Desenvolvimento, com sede na Tailândia.

Estudos realizados por bancos demonstram que mais de 60% das pequenas e médias empresas, que constituem a espinha dorsal da indústria japonesa e abastecem de produtos baratos as grandes empresas, estão se transferindo para o sudeste da Ásia para driblar a atual taxa de câmbio que gira em torno de 97 *ienes* por dólar.

A maioria vai para a Malásia e Tailândia, onde os custos de mão-de-obra são cinco vezes inferiores aos do Japão. China é o segundo destino das empresas em êxodo, seguida pelos Estados Unidos. Os economistas de Tóquio não se mostram surpresos com essas cifras. Sustentam que para as empresas japonesas o deslocamento da produção para o exterior se converte na única forma de superar a recessão. A transferência é mais notória entre as empresas de autopeças e produtos eletrônicos, pois este é o setor que abastece os grandes exportadores japoneses. ■

*Swendrini Kakuchi*

# FIM DE SÉCULO: CEM ANOS SEM JUSTIÇA SOCIAL

*Se compararmos alguns cenários do fim do século XIX nos campos científico, econômico e social, com os problemas enfrentados pela Humanidade na entrada do terceiro milênio, vemos que não houve avanços em muitos terrenos, principalmente quando se observa a exclusão social e a pobreza*



## Marcelo Montenegro\*

**D**urante os últimos cem anos o capitalismo impôs sua presença de maneira universal e agravou os problemas sociais em todo o mundo. Gerou-se uma massa de desempregados e subempregados com acesso restrito aos direitos políticos e que está marginalizada do consumo e do conforto.

O nacionalismo, na sua forma mais agressiva, como expressão de xenofobia e intolerância, voltou a surgir com virulência em quase toda a Europa. Hoje se acredita muito menos na ciência do que no começo do século e o desequilíbrio global do meio ambiente criou desafios que despertam temores pela futura sorte de todas as espécies. A ciência não substituiu a religião, como se chegou a pensar que aconteceria no início deste século. Pelo contrário, o fanatismo em suas formas mais extremadas se desenvolve em muitos lugares do mundo.

No meio deste contexto mundial complexo, muitos abandonam as utopias igualitárias que, há cem anos atrás, anunciavam a iminência da revolução social.

Para inaugurar um debate sobre estes temas, **cadernos do terceiro mundo** conversou com dois professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Afonso Carlos Marques dos Santos e Francisco José Calazans Falcon. Afonso Carlos, que é professor adjunto de Teoria e Metodologia da História, investiga a questão nacional como paradigma formado no século XIX para pensar a História, e Falcon, que é professor titular, trabalha com a pesquisa da História Social das Idéias, Teoria e Metodologia da História, Teoria da Historiografia e História e Historiografia da Cultura.

A seguir publicamos uma versão desta entrevista, deixando em aberto uma série de questões que deverão ser abordadas em edições futuras.

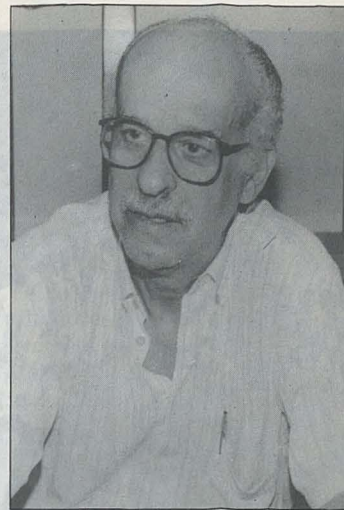
*Prof. Afonso Carlos, como o sr. colocaria o tema da evolução da questão nacional ao longo do século?*

– Eu pesquiso a formação do paradigma nacional, construído no século XIX para pensar a História. Este paradigma correspondeu à formação dos Estados nacionais no século XIX e, do ponto de vista da cultura, correspondeu ao romantismo. Foi a necessidade de inventar um passado para os Estados nacionais reconstruídos depois da Revolução Francesa.

O meu ponto de partida é sempre a mudança de significado que houve em algumas categorias que nós utilizamos no mundo contemporâneo.

A nação, por exemplo, se converteu em uma categoria política só a partir da Revolução Francesa. É justamente a partir deste momento histórico que começo a estudar como é que se constrói um imaginário sobre a nação e como a historiografia constrói a própria nação sob o ponto de vista da História.

Outro eixo de minha reflexão é também o de que a nação não é um dado, e sim um problema; é o objeto de uma construção. Se transportamos esse raciocínio



Os historiadores Afonso Carlos M. dos Santos e José C. Falcon

para esta preocupação de comparar o final do século XIX com o final do século XX, a primeira coisa que surge e surpreende é que no século XIX houve uma onda de nacionalismos que hoje pareciam sepultados. E só houve nacionalismo no século XIX depois da Revolução Francesa, em um momento no qual as massas começaram a irromper e a ter peso no cenário político.

É importante, portanto, estabelecer uma cronologia da *questão nacional*. Durante o século XVIII se formou a idéia de nação e no século XIX se organizaram os Estados nacionais. Mas é apenas no final do século – nas três últimas décadas, quando as massas irromperam na política e ganharam peso com o surgimento do voto universal na Europa – que desponta o nacionalismo.

E aparece como um instrumento de propaganda para a coesão nacional, marcando de forma determinante o final do século XIX, caracterizado pela noção de nacionalidade entendida de forma extrema.

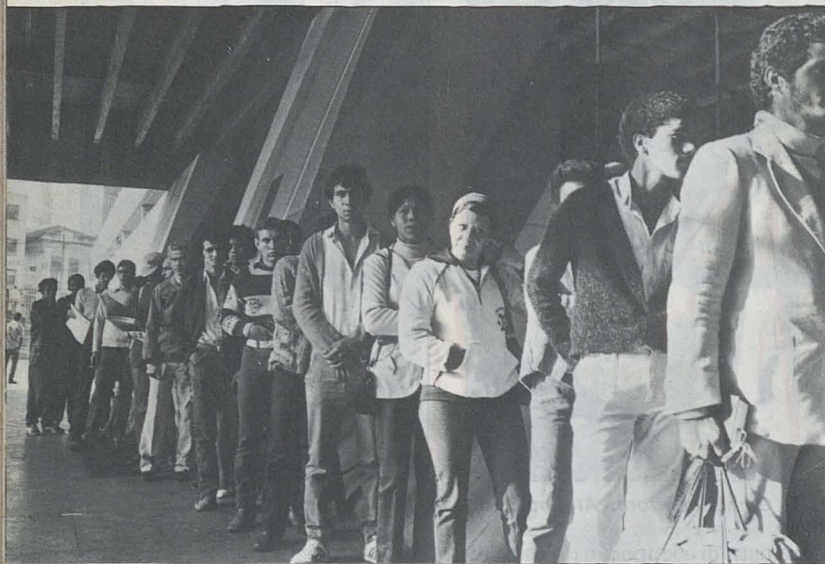
Ao mesmo tempo em que parecia que o liberalismo tinha garantido a paz, uma vez terminada a época das guerras mercantilistas, o final do século passado esteve marcado pela ocupação e partilha europeia da Ásia e da África e por uma radicalização das particularidades nacionais, originada nas Constituições aprovadas na Europa.

*Este racismo eurocentrista que levou ao colonialismo não estará ainda vigente na Europa?*

– O fim do século passado é um momento no qual a Europa avalia e julga o resto do mundo e, ao mesmo tempo, se apropria – e reparte – o continente africano e uma parte da Ásia.

Um século depois, é surpreendente e assustador que muitas das práticas que julgávamos enterradas definitivamente tenham renascido com grande virulência nas últimas décadas. E assusta ainda mais ver o renascimento do nacionalismo, justamente na sua vertente mais bárbara, a que surge do fortalecimento da xenofobia, do medo de tudo o que seja estrangeiro, e da intolerância.

Só que hoje existe um contexto diferente ao do ra-



**O desemprego atual é a pobreza situada em um nível de exclusão que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema: nem sequer para serem exploradas**

cismo do século XIX, um racismo que pretendeu ser "científico". Atualmente há um *culturalismo*, praticado em nome das diferenças culturais, e já não das diferenças de raça. Todas as exclusões praticadas atualmente em diferentes países da Europa têm esta origem.

*Há diferenças entre o Leste europeu e o resto da Europa?*

— Isto é algo que eu vinha percebendo há muitos anos. Acho que era previsível que, com o desmoronamento da União Soviética, a questão nacional retornasse com todas as suas particularidades extremas. E depois da experiência autoritária, onde se praticou uma camuflagem do problema nacional, esta questão ressurgiu de forma bastante violenta.

Mas agora está claro que não se trata de um fenômeno exclusivo da Europa oriental. É um fenômeno que passa também pelas particularidades regionais da Península Ibérica, pelo problema das nacionalidades na Espanha, pelos distintos regionalismos que existem em muitos países, como a França, Alemanha, Itália e Bélgica. Fenômenos que pareciam estar definitivamente enterrados depois da II Guerra Mundial, hoje renascem com tanta ou mais força que antes.

*Não seria este um fenômeno inerente ao capitalismo, ou que pelo menos está associado ao sistema econômico que hoje vigora em quase todo o planeta?*

— O fenômeno é curioso. De um lado, está o problema da exploração da mão-de-obra que realiza o capitalismo do final do século XIX de forma muito nítida. Os movimentos sociais daquela época expressam uma insubordinação contra as formas de exploração da mão-de-obra, uma luta para criar condições de vida e de trabalho adequadas para os trabalhadores, etc.

O que mudou um século depois? Hoje, há outro componente. O componente da pobreza gerada pelo desemprego, que já não é a pobreza como fruto da exploração ou objeto da exploração. É a pobreza sem lugar algum na sociedade.

O desemprego atual é a pobreza situada em um nível de exclusão que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema: nem sequer para serem exploradas. E me preocupa muito o renascimento da noção de extermínio. Isto pode ser visto aqui no Brasil de forma muito nítida, muito clara.

*Retornemos ao tema econômico. Assim como a prosperidade europeia dos anos 60 levou a estimular a "importação" de mão-de-obra dos países do Magreb, a recessão e os problemas de emprego levam hoje os europeus a querer expulsar esses imigrantes...*

— No final do século XIX havia problemas sociais derivados da existência de uma massa de pessoas pobres, que estavam disponíveis como mão-de-obra. No final deste século, em contrapartida, criou-se uma massa de população em todo o mundo que não serve nem para ser explorada. Há uma prática geral de exclusão.

Um exemplo claro é o que acontece, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde uma parte da população não consegue ser assimilada pelo conjunto de cidadãos, não tem como integrar-se à sociedade nacional.

Então, o que resta como solução é tratá-los como inimigos, como habitantes do lugar que é o centro da criminalidade. E é exatamente este o lugar que foi ocupado pelo tráfico de drogas no vazio deixado pelo Estado. Em uma sociedade que não tem organização autônoma, quando as pessoas são deixadas de lado, alguém ocupa o espaço que o Estado deixa. E hoje isto é muito grave no Brasil, pois existe a possibilidade do surgimento de campos de concentração pedidos por uma parte da sociedade, para circunscrever o âmbito da atividade de uma parte da população e inclusive para promover seu extermínio.

— Acredito que isto esteja muito claramente explicitado no sentido comum que criaram a classe média e determinados setores populares, de que é necessário entrar nas favelas abrindo fogo e que os pobres devem ser tratados de uma forma dura.

Curiosamente, há muita gente no meio universitário e no âmbito dito "progressista" com esta mesma visão: "As questões de segurança chegaram a um ponto de tal gravidade que é necessário fazer algo"; e a partir daí não se pensa mais.

Considero que estamos vivendo no final deste século um conjunto de atitudes discriionárias, de exclusão explícita, muito claras.

*As utopias mudaram ou estão acabando?*

— Digamos que a utopia internacionalista acabou sendo derrotada na I Guerra Mundial, quando o próprio movimento social dos sindicatos se voltou para as lutas nacionais. Hoje, curiosamente, o capitalismo acaba promovendo na Europa a eliminação das fronteiras nacionais, ou pelo menos tenta fazê-lo. Sob o ponto de vista dos ideais internacionalistas, isto deveria gerar a expectativa de um mundo melhor, a criação de um "cidadão do mundo".

Porém, criaram um cidadão europeu excluindo as

culturas de fora da Europa. Todo o racismo na Europa hoje está relacionado a este problema. E o que o racismo ataca é algo que se construiu no século XX e tem a ver com o direito à identidade cultural, o direito à diferença. É algo que foi muito defendido pelos antropólogos e se refere à relativização das culturas, ao direito à especificidade cultural.

O que ocorreu foi que, num movimento perverso, isto está sendo atualmente usado como argumento para reforçar exatamente a xenofobia e o extremismo. O argumento seria: "Não quero que este tipo de gente faça parte do meu cotidiano, não por razões de credo, raça ou opinião política, e sim porque foram educados de outra forma e sua cultura me incomoda. Então os excluo porque eu tenho direito à minha cultura e ao meu território."

*Quando a esquerda, em muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, se queixa da ausência de um "projeto nacional", no marco deste ressurgimento do nacionalismo não se estará colocando de novo esta antiga discussão?*

— Não sei. A esquerda na América Latina nunca foi contra a questão nacional. Fez um casamento entre nacionalismo e socialismo, o que é muito complicado. Toma-se uma utopia internacionalista e se promove o seu "casamento" com a questão nacional, ou seja, evocam-se os mitos nacionais e se defende a idéia de que existe uma identidade entre os *nacionais*, quer sejam burgueses ou trabalhadores. Portanto, esta identidade tem particularidades e pode continuar uma evolução progressista. Mas é difícil casar uma utopia libertária com os particularismos nacionais. Cuba foi uma exceção. É uma ilha que tem um indivíduo poderoso e então este particularismo nacional coincide com a utopia de uma sociedade igualitária. Mas este é um caso muito particular.

Atualmente, a construção nacional na África sem violência é muito difícil. Os limites da nação são os do poder de dominação da classe governante. Mas estes são agora conceitos antigos, que perderam o sentido. Ninguém mais fala de *classe dominante*.

*Ao estudar as mudanças na evolução do século XX se torna interessante analisar se este final de sé-*

## Brasil: exclusão consentida

A constituição da nação e da cidadania no Brasil ao longo deste século, bem ou mal, foi alcançada. As massas entraram na política durante o século atual. Mas o significado desta entrada deve ser visto por ângulos diferentes.

Na opinião do professor Falcon, o ingresso das massas no cenário político mudou completamente as regras do jogo mas seus efeitos são discutíveis. "Não se pode negar que foi um avanço, mas nem sempre teve sinais positivos, entre outras coisas porque não existiu no Brasil uma consciência de cidadania."

Segundo ele, em geral os indivíduos não são conscientes de seus direitos e de seus deveres e, ao mesmo tempo, houve uma grande hipertrofia do Estado: "Resultado disso foi a consolidação da velha tradição originária da colônia, segundo a qual tudo se espera do Estado, tudo se reclama do Estado, mas ninguém se responsabiliza individualmente em colaborar, em fazer e atuar para obter os resultados que se quer deste Estado".

Atualmente há níveis de organização maiores e melhores em alguns setores da sociedade brasileira. Mas

a grande questão levantada pelo professor é sobre o modelo de desenvolvimento no Brasil, se ele deve apontar para uma sociedade de indivíduos ou para uma sociedade mais comunitária.

"Na América Latina, o que vemos como nossas deficiências são sempre produto do jogo de espelho que nos faz ver a realidade alterada. Quando nos olhamos, não vemos o mesmo que se vê nos países do Primeiro Mundo. E consideramos isso como uma falha, como uma carência", afirma o acadêmico. Esta abordagem propõe encarar positivamente aspectos vistos como negativos e ver que eles contêm potencialidades diferentes das que se desenvolveram na Inglaterra, nos Estados Unidos, etc.

"Nossas cúpulas de poder, olhando para a Europa, sempre desprezaram nossas realidades. Hoje existe uma crítica em relação a esta visão elitista. Os modelos estão fora de moda".

O historiador e professor Falcon acredita haver muito cinismo neste fim de século. Trata-se de uma época de relativismo, de pragmatismo, de ausência de ideais. Há um confor-

mismo, um sentimento de fatalismo, muito comum no Brasil, que é o que faz com que os líderes progressistas hoje percam a paciência frente à inércia da elite dominante.

Em geral, as pessoas temem as mudanças que possam subverter seu cotidiano. O professor exemplifica esta afirmação com uma análise das eleições nas quais foram vitoriosos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Nenhum dos dois poderia ter sido eleito só com o voto das cúpulas dominantes, que são minoria. O povo votou neles pelas promessas que fizeram. A maioria das pessoas no Brasil se acostumou com um nível mínimo de satisfações.

"Acredito que não haveria tanta exclusão se os excluídos não a aceitassem. Nossa sociedade está cheia de exclusões praticadas e aceitas de forma tácita. Quando as coisas são praticadas 'de uma certa forma', não há problemas. No Brasil a exclusão começa pela existência generalizada de dois elevadores nos edifícios, um para os empregados domésticos e outro para os patrões. E de duas portas de entrada, uma para o pessoal de 'serviço' e outra para os moradores."

*culo trará efetivamente o fim das utopias e imporá o reinado do pragmatismo, com algumas ilhas de prosperidade, mas em um mundo onde grassa a pobreza.*

– Considero que o conceito mais definidor neste processo sobre o qual estamos conversando é o de *exclusão*. O que existe não é suficiente para todos. As ilhas de prosperidade são limitadas. Agora, como isto se conjuga com os projetos nacionais? Como se conjuga com os parâmetros antigos de análise social?

Para tomar a sociedade brasileira como exemplo, eu creio que aqui vai se tentar resolver o problema pela via de supressão. Primeiro pode haver um confinamento e depois eliminação dos que sobraram.

*Como? Por eliminação física?*

– Acredito que pode começar a aplicar-se uma política de deslocamento populacional para as áreas mais inóspitas do país, com conseqüências impensáveis. Creio que, nos centros urbanos, pode avançar uma política de restrições nesse sentido. Algo que não chegou a ocorrer nos anos 80 devido ao processo de redemocratização, que permitiu a ocupação pacífica de espaços públicos e privados pelas populações de baixa renda.

*Mas em países com extensas fronteiras agrícolas ainda abertas, como é o caso do Brasil, não seria possível praticar uma política de assentamento populacional com um raciocínio diferente, menos cruel?*

– No Brasil há um elemento por trás deste problema, que é o tema do direito de propriedade. Poderia ser possível reformar a estrutura agrária do país se fosse possível mudar o regime de propriedade, questionar os direitos de propriedade. Mas o Brasil é um país ocupado de forma ilegal, onde os grandes proprietários não têm como comprovar a procedência de seus títulos de posse de terras.

*Quais são os conceitos e categorias que mudaram ao longo de todas estas décadas?*

– Há temas do século XIX que ressurgem no século XX e que são muito curiosos. Um deles é o da civilização. Há conceitos, inclusive, que são deformados pelo colonialismo e o imperialismo. Então hoje, no final do século XX, alguns dos valores do século XVIII que passaram ao XIX

começam a ser revisados. Começou uma revisão dos processos civilizatórios dos séculos XVIII e XIX e há três óticas de enfoque: uma visão iluminista, uma visão romântica e uma visão cínica.

*Prof. Falcon, para o sr. há outros temas importantes no centro desta evolução sobre a qual conversamos?*

– Eu assinalaria o papel da ciência. No final do século XIX, a ciência era Deus. A perspectiva de transformação da Humanidade estava depositada na ciência e estava na moda ser *cientificista*.

As cúpulas do poder acreditavam na ciência. Hoje, pelo contrário, está na moda desconfiar da ciência. Naquela época não se pensava na preservação do meio ambiente. Existia uma confiança ilimitada no controle das doenças endêmicas por parte da ciência. Hoje em dia, já não existe esta segurança. Hoje se anuncia a erradicação de uma doença e no dia seguinte voltam a aparecer um, dois, ou três casos. As chamadas *grandes verdades* foram questionadas.

Outro aspecto é o surgimento dos grupos ultrarreligiosos. Atualmente, crescem em muitas regiões seitas de extremismo religioso. E isto nos leva novamente ao tema da revolução. No começo do século XX, se acreditava não somente que uma revolução proletária era possível, mas também que era inevitável. A grande preocupação das cúpulas dominantes em diferentes países era proteger-se e proteger a sociedade contra a “ameaça revolucionária”.

Hoje, não é mais esta ameaça revolucionária o que preocupa, pelo contrário. São outras expressões, que poderíamos chamar de retrógradas, ou reacionárias, movimentos de segregação, de exclusão, de fanatismo religioso.

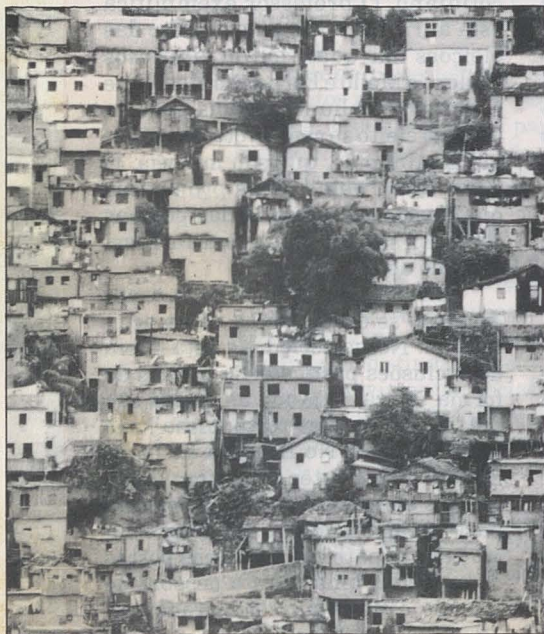
Há um século se pensava que o avanço da civilização das luzes iria suprimir as religiões, mas pelo contrário, as religiões crescem cada vez mais. Cada vez há mais seitas, inclusive sob o ponto de vista do ocultismo e da magia. No começo do século o *magô* era algo impensável, em contrapartida, hoje...

*E o Estado nação, como evoluiu na sua opinião?*

– Como foi dito, o Estado nação vive atualmente um drama sem solução, porque é muito pequeno para uma ordem internacional como a que está sendo estruturada, e muito grande sob o ponto de vista dos pequenos cantões nacionais, éticos, religiosos e lingüísticos.

No fim do século XX, o Estado nação está ameaçado em duas frentes. Pelo que não pode fazer e, segundo outro ponto de vista, pelo que faz em excesso. É muito grande e é muito pequeno, ao mesmo tempo. É pequeno para o mundo da comunicação instantânea, dos interesses plurinacionais e multinacionais. É muito grande para os grupos que têm um interesse separatista e cultural particular. ■

**No Rio de Janeiro, uma parte da população não consegue ser assimilada pelo conjunto de cidadãos, não tem como integrar-se à sociedade nacional**



\*A entrevista dos professores Afonso Carlos Marques dos Santos e Francisco José Calazans Falcon foi concedida a Marcelo Montenegro e Jessie Jane de Souza



PRESENTE NA VIDA DA GENTE

# O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



**BANERJ**

BANCO DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE